



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM – IEL

LAÍS SOUZA TOLEDO PEREIRA

DESEMBRULHANDO “BALAS DE ESTALO”
NOTAS PARA TRÊS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS

CAMPINAS

2021

LAÍS SOUZA TOLEDO PEREIRA

DESEMBRULHANDO “BALAS DE ESTALO”
NOTAS PARA TRÊS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS

Monografia apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em Estudos Literários.
Orientadora: Profa. Dra. Daniela Birman

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

P914d Pereira, Laís Souza Toledo, 1995-
Desembrulhando "Balas de Estalo" : notas para três crônicas de Machado de Assis / Laís Souza Toledo Pereira. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Daniela Birman.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Assis, Machado de, 1839-1908. 2. Crônicas. 3. Notas de rodapé. 4. Paratexto. 5. Ciência na literatura. I. Birman, Daniela, 1974-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: Unwrapping "Balas de Estalo": notes for three chronicles by Machado de Assis

Palavras-chave em inglês:

Assis, Machado de, 1839-1908

Chronicles

Footnotes, Bibliographic

Paratext

Science in literature

Titulação: Bacharel

Banca examinadora:

Jefferson Cano

Lúcia Granja

Data de entrega do trabalho definitivo: 08-07-2021

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente

Daniela Birman

Membros

Jefferson Cano

Lúcia Granja

IEL/Unicamp 2021

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Graduação do IEL.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Neide e Eduardo, por me incentivarem e por apoiarem a minha vontade de reingressar no curso de Estudos Literários.

Ao meu namorado, Diogo, pela parceria, pelo bom humor e pela ajuda com esta pesquisa, com livros de presente, leituras em conjunto e revisão do que escrevi.

À professora Daniela Birman, por aceitar me orientar nesta pesquisa, pelas recomendações de leituras, pelos comentários, pela flexibilidade e pela paciência.

Aos professores Lúcia Granja e Jefferson Cano, por participarem da banca e compartilharem suas experiências com a edição crítica de crônicas do Machado de Assis.

Aos professores, funcionários e colegas do IEL que contribuíram para a minha formação.

Ao PIBIC-Unicamp e ao CNPq, pela bolsa de Iniciação Científica, que possibilitou que eu me dedicasse mais à pesquisa que resultou nesta monografia.

RESUMO

As crônicas de Machado de Assis, apesar do interesse que recentemente vêm despertando, constituem a parte menos conhecida da obra desse escritor. Isso aconteceria, entre outros motivos, pelo fato de esse gênero de texto ter, como uma de suas características, a efemeridade de uma publicação de jornal. Assim, a legibilidade das crônicas de Machado, sobretudo para um leitor de hoje, depende, em grande medida, da produção de notas que expliquem passagens obscuras (GLEDSON, 2013). O objetivo desta monografia foi justamente elaborar uma apresentação e notas para três crônicas de Machado, entre as 126 que ele publicou nos anos de 1883 a 1886, durante sua participação na série humorística e coletiva “Balas de Estalo”. As edições disponíveis em livro dessa série são consideradas insatisfatórias tanto no que diz respeito à qualidade das notas quanto a alterações indevidas e inadvertidas feitas nos textos (GLEDSON, 2008; BERGAMINI JUNIOR; TATIM, 2013). Apesar disso, “Balas de Estalo” foi uma das séries mais populares de sua época, (RAMOS, 2005) e, nela, Machado – já em uma fase de maturidade e consagrado por *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) – abordou assuntos que lhe eram caros, como as implicações de certa apropriação do (pretensamente objetivo) discurso científico (RAMOS, 2016). As crônicas anotadas nesta monografia foram aquelas em que Machado abordou as fragilidades de discursos unívocos, especificamente em relação à medicina científica, que, no Brasil, principalmente a partir de 1870, era marcada pelo embasamento em teorias racistas (SCHWARCZ, 1993) e por travar disputas com outras práticas de cura do período, com a finalidade de se estabelecer como a medicina oficial do Império (SAMPAIO, 2001; CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2003). O trabalho prático de apresentação e anotação das crônicas foi ancorado não apenas no exame de edições críticas conceituadas – sobretudo, as de outras séries cronísticas de Machado (como CANO; GRANJA, 2008; FARIA, 2009; GLEDSON, 2008; 2013; GLEDSON; GRANJA, 2008; GODOI, 2014; PEREIRA, 2009) –, mas também em uma revisão bibliográfica sobre as notas, entendidas como um paratexto editorial (GENETTE, 2009; 2010) e como uma reescritura ou reescrita (LEFEVERE, 2007). Além disso, concepções e recomendações de importantes editores brasileiros sobre as notas foram também consideradas para a realização das anotações (ARAÚJO, 2008; MARTINS FILHO, 2016).

Palavras-chave: Machado de Assis; crônicas; série “Balas de Estalo”; notas e paratexto editorial; ciência na literatura.

ABSTRACT

The chronicles of Machado de Assis, despite the interest they have been arousing recently, constitute the least known part of this writer's work. This would happen, among other reasons, because this type of text has, as one of its characteristics, the ephemerality of a newspaper publication. Thus, the readability of Machado's chronicles, especially for a reader today, depends, to a large extent, on the production of notes that explain obscure passages (GLEDSON, 2013). The objective of this monograph was precisely to prepare a presentation and notes for three of Machado's chronicles, among the 126 that he published in the years 1883 to 1886, during his participation in the humorous and collective series "Balas de Estalo". The editions available in books of this series are considered unsatisfactory both with regard to the quality of the notes and inappropriate and inadvertent alterations made to the texts (GLEDSON, 2008; BERGAMINI JUNIOR; TATIM, 2013). Despite this, "Balas de Estalo" was one of the most popular series of its time, (RAMOS, 2005) and, in it, Machado – already in a phase of maturity and consecrated by *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) – addressed subjects that were dear to him, such as the implications of a certain appropriation of the (allegedly objective) scientific discourse (RAMOS, 2016). The chronicles annotated in this monograph were those in which Machado addressed the weaknesses of univocal discourses, specifically in relation to scientific medicine, which, in Brazil, notably from 1870 onwards, was marked by a foundation in racist theories (SCHWARCZ, 1993) and by disputes with other healing practices of the period, in order to establish itself as the official medicine of the Empire (SAMPAIO, 2001; CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2003). The practical work of presenting and annotating the chronicles was based not only on the examination of reputable critical editions – above all, those of other chronicle series by Machado (such as CANO; GRANJA, 2008; FARIA, 2009; GLEDSON, 2008; 2013; GLEDSON; GRANJA, 2008; GODOI, 2014; PEREIRA, 2009) – but also in a bibliographical review on the notes, understood as an editorial paratext (GENETTE, 2009; 2010) and as a rewriting (LEFEVERE, 2007). In addition, conceptions and recommendations of important Brazilian editors about the notes were also considered for the realization of annotations (ARAÚJO, 2008; MARTINS FILHO, 2016).

Keywords: Machado de Assis; chronicle; "Balas de Estalo" series; notes and bibliographic paratext; Science in Literature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – TORNANDO TEXTOS PRESENTES.....	16
1.1 Texto e paratexto, escrita e reescrita	16
1.2 Notas sobre notas.....	23
CAPÍTULO 2 – ENTRE BALAS E REMÉDIOS.....	32
2.1 Disfarce ou elaboração literária?	32
2.2 Machado baleiro	34
2.3 O frágil peso da objetividade.....	41
2.4 Breve anamnese da medicina no fim do século XIX.....	47
CAPÍTULO 3 – APRESENTAR E TORNAR PRESENTE: UMA TENTATIVA	54
Entre balas e remédios: Machado examina a medicina.....	54
Crônica 1 – 2 de julho de 1883.....	57
Crônica 2 – 10 de agosto de 1884.....	61
Crônica 3 – 18 de novembro de 1884.....	64
Fontes de pesquisa das notas	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
APÊNDICE – “BALAS DE ESTALO” PUBLICADAS POR MACHADO DE ASSIS	79
ANEXOS	80
Anexo 1 – Séries de crônicas de Machado de Assis.....	80
Anexo 2 – Contos publicados por Machado de Assis entre 1883-1884.....	81

INTRODUÇÃO

Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) dispensa grandes apresentações. No entanto, ainda que seus romances e contos sejam relativamente famosos entre o grande público e bastante estudados academicamente, as suas mais de 600 crônicas “são a parte menos conhecida de toda a sua obra”, nas palavras do crítico inglês John Gledson (2013, p. 9).

O pesquisador reconhece que a ignorância sobre essa parte da produção de Machado não se dá por acaso: as crônicas – redigidas para a publicação em jornais – são intencionalmente efêmeras e, sem guias, isto é, sem alguma explicação sobre passagens que possam parecer obscuras para o leitor de hoje, elas são, em boa medida, *ilegíveis* (*Idem*, p. 11, destaque meu). De forma semelhante, o historiador Sidney Chalhoub afirma que Machado não concebia suas crônicas na esperança de que elas transcendessem seu próprio tempo: “leitores pósteros, portanto, são surpresas da história, que Machado, quem sabe, nem sequer apreciaria” (CHALHOUB, 2009, p. 79). Chalhoub também considera que as crônicas modernas – frequentemente vistas como um gênero desprezioso ou inferior¹ – oferecem dificuldades específicas de interpretação, boa parte delas devido ao fato de as crônicas serem imersas em indeterminações de sua época, isto é, “afundadas na terra e no estrume da história” (CHALHOUB, 2009, p. 244).

No caso de Machado de Assis, Gledson considera que as suas crônicas são mais difíceis de editar do que a maioria dos textos desse gênero, uma vez que o Bruxo do Cosme Velho seria “muito mais oblíquo e reticente” (GLEDSON, 2008 [1990], p. 74). Assim, para Gledson, mesmo os leitores contemporâneos de Machado certamente tiveram dificuldades de acompanhá-lo em alguns momentos, já que, como depois afirmaram o próprio Gledson e Lúcia Granja, Machado teria um “instinto recorrente de se expressar por meio de enigmas” (GLEDSON; GRANJA, 2008, p. 34).

No entanto, o pesquisador inglês defende enfaticamente a necessidade de se encarar essas dificuldades impostas pelas crônicas de Machado, dado o enorme interesse que todas as obras desse escritor atraem: “temos o direito e até o dever de nos debruçar sobre essa parte fascinante da sua produção” (GLEDSON, 2013, p. 9). Outros motivos, apontados pelo crítico, para nos determos sobre essas crônicas são os fatos de que elas acompanhariam, e às vezes antecipariam, as mudanças pelas quais Machado passou em outros gêneros; seguiriam o

¹ Ou como uma filha bastarda da arte literária, que trata de temas leves e deve ser esquecida nas páginas dos jornais velhos, nas palavras de Sidney Chalhoub, Margarida de Souza Neves e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (2005, pp. 11-12).

desenvolvimento da imprensa brasileira do século XIX; e seriam ainda um meio privilegiado para se entender a interação entre o escritor e o mundo público onde ele se movia (GLEDSON, 2008, pp. 13-14).²

Recentemente, como o próprio John Gledson reconhece, vêm ocorrendo grandes progressos no que diz respeito ao interesse que essas pequenas obras têm despertado em críticos respeitados, de diferentes áreas e linhas, como Nicolau Sevcenko, Roberto Schwarz, José Miguel Wisnik e Luiz Costa Lima. Além disso, boas edições das crônicas, bem anotadas, têm sido publicadas (GLEDSON, 2013, p. 10). O próprio Gledson empreendeu um esforço para a elaboração de edições anotadas de crônicas de Machado de Assis (GLEDSON, 2008 e 2013; GLEDSON; GRANJA, 2008). Duas dessas edições, organizadas, integral ou parcialmente, por Gledson, foram publicadas pela Editora da Unicamp, que, até agora, já publicou seis edições críticas de séries de crônicas de Machado (CANO; GRANJA, 2008; FARIA, 2009; GLEDSON, 2008; GLEDSON; GRANJA, 2008; GODOI, 2014; e PEREIRA, 2009). No entanto, há ainda muito material a ser explorado.

A relação de Machado de Assis com as crônicas começou cedo em sua vida, no final da década de 1850, quando ele tinha apenas 20 anos. E, com poucos intervalos, essa relação durou mais de 40 anos, quase até o fim da vida do escritor. Ao longo de todo esse tempo, como já dito, Machado produziu mais de 600 textos desse gênero.³

Publicadas em diferentes jornais e revistas, essas crônicas eram agrupadas em séries, individuais ou coletivas – nesse último caso, Machado era um dos autores que se revezavam na escrita dos textos. O escritor publicou crônicas em mais de uma dezena de séries,⁴ todas diferentes entre si e assinadas por distintos pseudônimos. Para mencionar uma diferença evidente, por exemplo, na série “A+B” (publicada entre agosto e outubro de 1886), o narrador, João das Regras, limitava-se a “reproduzir” diálogos entre dois personagens, A e B;⁵ já a série

² Vale também lembrar que, no século XIX, os jornais eram os principais veículos de comunicação com o grande público, com tiragens muito superiores àquelas alcançadas por outras obras impressas. Mesmo com as baixas taxas de escolaridade e de alfabetização, os jornais se mostravam capazes de influenciar os mais diversos grupos sociais, o que pode ser explicado pela rápida difusão do que era publicado e por hábitos como a leitura em voz alta. Assim, alargando o horizonte de possíveis leitores, os jornais proporcionavam prestígio e reconhecimento aos seus autores (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 18).

³ Recentemente, Sílvia Maria Azevedo, após anos de pesquisa, conseguiu atribuir a autoria, antes incerta, a muitas crônicas de Machado. Os textos foram publicados no livro *Badaladas Dr. Semana, de Machado de Assis*. Pesquisa, organização, apresentação e notas de Sílvia Maria Azevedo. São Paulo: Nankin Editorial, 2019, 1.682 p.

⁴ No “Anexo 1 – Séries de crônicas de Machado de Assis”, há uma tabela, adaptada de John Gledson (2013), com as séries de Machado, local e período de publicação, quantidade de crônicas e assinatura adotada pelo escritor.

⁵ Para mais informações sobre essa série, conferir “A arte de alinhar histórias – a série ‘A + B’ de Machado de Assis” (CHALHOUB, 2005).

“Gazeta de Holanda” (publicada entre novembro de 1886 e fevereiro de 1888), assinada por Malvólio, era escrita em versos.

Uma das séries coletivas da qual Machado participou se chamava “Balas de Estalo”. Em 1883, aos 44 anos de idade, o escritor, já consagrado por *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, aceitou o desafio de participar dessa série, de tom humorístico, publicada no jornal *Gazeta de Notícias*. Como afirma Ana Flávia Cernic Ramos, nas “Balas”, mais de uma dezena de autores “se revezavam no ofício de comentar os mais variados assuntos do dia a dia e [...] tinham como mote central de seu trabalho fazer pilhéria com os fatos inusitados do cotidiano e da política imperial” (RAMOS, 2016, p. 24). A série, em seus quatro anos de publicação diária (entre 1883 e 1887), rendeu um conjunto de mais de 900 crônicas. Dessas, 126 foram escritas por Machado de Assis, entre 3 de julho de 1883 e 22 de março de 1886, sob o pseudônimo de Lélío.

Ana Flávia Cernic Ramos, que já se dedicou a estudar o conjunto dessas crônicas (RAMOS, 2005) e também, especificamente, a participação de Machado (RAMOS, 2016), considera que, em suas “Balas”, o Bruxo do Cosme Velho teria dado ênfase a implicações de certas apropriações do discurso científico, assunto bastante em pauta no Brasil, sobretudo, a partir de 1870. Para Machado, o discurso científico, como qualquer outro, não seria objetivo nem inquestionável; pelo contrário, algumas apropriações desse discurso serviam para sustentar certos interesses, como era o caso, por exemplo, das teorias científicas racistas, que defendiam uma superioridade natural de pessoas brancas. Outra apropriação desse discurso, mas no campo da literatura, sustentaria o Naturalismo, movimento literário criticado por Machado.

Ainda de acordo com Ana Flávia Ramos, Lélío, o pseudônimo usado pelo escritor, parecia, em várias de suas “Balas de Estalo”, “testar os limites dos argumentos das teorias científicas que estavam se difundindo no Brasil, na tentativa de combater o dogmatismo, o ‘messianismo’ da intelectualidade brasileira em relação a essas ideias” (*Idem*, p. 196). Lélío levava esses argumentos ao extremo e, assim, demonstrava que essas “doutrinas científicas tinham significados muito maiores que simplesmente compreender os fenômenos naturais que regiam o mundo” (*Ibidem*).

Com essa estratégia de levar os argumentos das teorias científicas até seus limites, até o absurdo, nessa série, Lélío passou por vários temas, um deles – bastante discutido nos jornais da época – foi o das ciências médicas. No Rio de Janeiro do final do século XIX, assim como em todo o país, variadas práticas de cura conviviam lado a lado com a medicina oficial do Império – aquela que se julgava científica (SAMPAIO, 2001, p. 21). Membros da classe médica (ainda que também criticassem outros colegas por imperícias) encetaram uma “cruzada

anticharlatanismo”, perseguindo agentes de cura não oficiais (*Idem*, p. 24). Assim, o estabelecimento da medicina científica no Brasil é resultado de um processo conflituoso, que envolvia diversas práticas de cura e sujeitos, que travavam disputas em torno das concepções sobre saúde e doença (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2003, p. 11). Machado de Assis, com seu característico ceticismo generalizado, participou desse debate, mostrando-se menos contrário às condenações que a medicina popular recebia pela medicina científica (GLEDSON, 2008, p. 56).

Apesar do interesse que as crônicas de Machado sobre esse tema – ou melhor, que todas as “Balas de Estalo” produzidas por Machado – certamente despertam, elas foram publicadas, até o momento, em duas edições em livros (sem contar edições de obras completas do escritor e de coletâneas que reúnem apenas algumas dessas crônicas) que, segundo John Gledson, são desapontadoras:

[...] há também, além da edição de Raimundo de Magalhães Júnior, *Crônicas de Lélío* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958), a mais recente de Heloísa Helena Paiva de Luca, *Balas de estalo, de Machado de Assis* (São Paulo: Annablume, 1998). Esta tem a vantagem de acrescentar uma crônica inédita⁶ à coleção. *Infelizmente, em muitos outros aspectos, a edição é bastante desapontadora. As notas são, a todas as luzes, insuficientes e não iluminam os acontecimentos diários que estão na origem de muitas crônicas.* Numa obra que se supõe de utilidade para outros estudiosos, não há sequer índice onomástico. *Finalmente, em alguns momentos, a organizadora se dá ao luxo de corrigir Machado*, substituindo “achques” por “ataques” (ver p. 49), por exemplo, quando no jornal constava “cura os achques humanos” (verdade seja dita, Magalhães [sic] “corrige” sem nos advertir de que está corrigindo) (GLEDSON, 2008, p. 58, nota n. 5, destaque meu).

Atílio Bergamini Junior e Janaína Tatim também se mostraram insatisfeitos com as edições de “Balas de Estalo” disponíveis:

Em 1958, Raimundo Magalhães Júnior coligiu em *Crônicas de Lélío* grande parte das balas de estalo de Machado, todavia com algumas ausências, notas insuficientes e vagamente informativas. Além dessa edição, as balas também entraram para o tomo das crônicas nas sucessivas edições das obras completas do autor, sem o trabalho de anotação. Em 1998, Heloisa Helena Paiva de Luca reeditou as balas de Machado, dessa vez reunindo todas as crônicas, porém, sem ir muito além do que fora Magalhães Júnior no esmero com a edição.

Ou seja, ainda que a série tenha sido em seu tempo sucesso junto ao público leitor das folhas da Corte, o histórico de suas edições em livro revela o quanto ela foi lembrada apenas a partir de Machado de Assis. Mesmo para as crônicas de Machado, observa-se a ausência de uma edição que dê sustento à leitura voltada para a pesquisa.

Apesar de as “Balas de estalo” comporem a fase madura de Machado de Assis e apesar de terem feito parte, durante um período considerável, do cotidiano de publicação de um dos jornais de maior relevância no último quartel do século XIX no Brasil, até recentemente suas crônicas permaneceram quase despercebidas por pesquisadores da

⁶ Gledson está se referindo ao fato de que Heloisa Helena Paiva de Luca, ao organizar as publicações, deparou-se com uma “Bala de Estalo” de Machado que ainda não havia sido encontrada, pelo “simples fato de que fora impressa na terceira página do jornal, e não na segunda, como era de hábito” (LUCA, 1998, p. 20).

literatura brasileira, do jornalismo e da história (BERGAMINI JUNIOR; TATIM, 2013, pp. 34-35).

Dadas essas circunstâncias, destaco alguns pontos: (i) a necessidade, indicada e justificada, de nos dedicarmos a produzir edições bem anotadas das crônicas daquele que é considerado por muitos um dos maiores escritores brasileiros, senão o maior; (ii) o interesse da série “Balas de Estalo” em si; (iii) o interesse das discussões a respeito da ciência médica, inclusive, bastante debatida nesse momento de pandemia de Covid-19;⁷ e (iv) o fato de que as edições existentes das crônicas de “Balas de Estalo” são consideradas desapontadoras tanto do ponto de vista da qualidade das notas (e de outros recursos, como índices onomásticos) quanto em relação às alterações indevidas e inadvertidas feitas nos textos por seus organizadores.

Diante desse cenário e considerando que o curso de Estudos Literários da Unicamp pretende, também, preparar os alunos para atuarem no meio editorial,⁸ a minha proposta nesta monografia foi elaborar notas para as três crônicas, selecionadas entre as 126 “Balas de Estalo” produzidas por Machado de Assis, nas quais o escritor abordou o tema das ciências médicas de seu tempo. Além disso, produzi um texto de apresentação – que inclui a explicação dos critérios de seleção das crônicas, de estabelecimento do texto e de elaboração das notas – e conferi o texto, como publicado originalmente na *Gazeta de Notícias*.

As crônicas selecionadas – que não têm títulos, como todas as “Balas de Estalo” – foram publicadas em 2 de julho de 1883 (essa é a crônica de estreia de Machado na série), 10 de agosto de 1884 e 18 de novembro de 1884. A primeira dessas crônicas não foi incluída no livro *Crônicas de Lúlio* ([1958]), organizado por Raymundo Magalhães Júnior. Já o livro *Balas de Estalo de Machado de Assis* (1998), organizado por Heloisa Helena Paiva de Luca, apresenta essa crônica com duas notas.⁹ No meu trabalho de anotação, julguei necessário elaborar dez notas para esse texto. As outras duas crônicas escolhidas foram incluídas nos dois livros: a publicada em 10 de agosto de 1884 contém apenas uma nota no livro de Magalhães Júnior¹⁰ e

⁷ Para Lília Moritz Schwarcz, a pandemia de Covid-19 marcaria o fim do século XX, ao mostrar o nosso lado humano e vulnerável. Uma criatura invisível a olho nu foi capaz de paralisar o planeta e abalar a crença típica do século XX de que a tecnologia emanciparia e libertaria os seres humanos (SCHWARCZ, 2020, p. 6). Nesse cenário de vulnerabilidade e incerteza em que vivemos, acredito que a perplexidade de Lúlio, o narrador de Machado de Assis, diante de novas práticas de cura e de remédios milagrosos, hoje, até nos provoca mais do que, talvez, há alguns anos.

⁸ Como pode ser conferido na página com os objetivos do curso: <https://www.iel.unicamp.br/node/1516>. Acesso em 09/05/2021.

⁹ A primeira delas é uma explicação sobre quem era Lulu Sênior, pseudônimo de outro cronista das “Balas”, que é mencionado por Machado. A outra é um aviso sobre a substituição que a organizadora faz da palavra “avô” por “autor” (LUCA, 1998, pp. 31-32). A meu ver, essa alteração não era necessária; logo, na crônica apresentada neste trabalho, mantive “avô”.

¹⁰ Nessa nota, Magalhães Júnior comenta: “Os velhos remédios sempre preocuparam Machado de Assis. Ver as crônicas de ‘A semana’ e de ‘Diálogos e reflexões de um relojoeiro’, este publicado por esta mesma editora” (MAGALHÃES JÚNIOR, [1958], p. 53).

nenhuma no livro de Luca; e a crônica de 18 de novembro de 1884 não apresenta nota alguma nas duas publicações. Neste trabalho, decidi elaborar quatro notas para a crônica de agosto e nove para a de novembro.

Evidentemente, essa elaboração das notas exige um embasamento não só prático (ancorado em edições críticas consagradas, seja de crônicas do Machado ou não), como também teórico. Para além de textos teóricos sobre as crônicas de Machado, em especial sobre as “Balas de Estalo” e sobre a ciência e a medicina no século XIX, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre as notas de rodapé, entendidas como um tipo de paratexto editorial, na concepção do francês Gérard Genette, crítico e teórico da literatura, ou entendidas como reescrituras/reescritas, na concepção do belga André Lefevere, teórico da tradução.

Para Genette, as obras literárias se apresentam ao público junto de outras produções (por exemplo, capa, notas, orelhas...) que contribuem para a construção dos sentidos dessas obras. Tais produções, que de certo modo acompanham o texto em si, são denominadas por Genette como “paratextos”. Esses elementos envolvem o texto, “exatamente para *apresentá-lo*, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para *torná-lo presente*, para garantir sua presença no mundo, sua ‘recepção’ e seu consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro” (GENETTE, 2009, p. 9, grifos do autor).

Para Lefevere, as “reescritas” ou “reescrituras” seriam aqueles textos escritos por mulheres ou homens intermediários, ou seja, pessoas que não escrevem literatura, mas que seriam corresponsáveis pela recepção geral e pela sobrevivência de obras literárias entre os chamados “leitores não profissionais”. Esses – que seriam a grande maioria dos leitores – raramente leem a literatura na forma como o autor a escreveu; eles a leem, sobretudo, por meio de reescrituras, sendo a principal delas a tradução (LEFEVERE, 2007, pp. 13-14).

Acredito que a elaboração de notas para as três “Balas de Estalo” de Machado desempenhe esse papel de tentar garantir a existência dessas crônicas no mundo, já que, sem as notas, de acordo com o próprio Gledson (2008), esses textos de Machado são, em grande medida, ilegíveis.

No primeiro capítulo da monografia, “Tornando textos presentes”, as notas foram o assunto principal. Para compreendê-las melhor, apresentei brevemente as concepções de Genette sobre cinco diferentes tipos de relações entre textos, destacando, entre essas relações, a paratextualidade. Também nesse capítulo foram apresentados alguns aspectos da discussão de Lefevere sobre a reescrita ou reescritura e recomendações sobre as notas, feitas por dois consagrados editores brasileiros: Emanuel Araújo e Plínio Martins Filho.

Um dos temas tratados em “Entre balas e remédios”, o segundo capítulo, foi a polêmica questão da elaboração literária das crônicas de Machado de Assis: seriam seus pseudônimos apenas um recurso para o escritor expressar suas ideias de modo anônimo, ainda que ironicamente, ou seriam eles espécies de narradores-personagens? Nesse capítulo, foram também apresentadas brevemente as “Balas de Estalo”, com destaque para a participação de Machado nessa série e para a construção de seu pseudônimo, Lélío. Ainda nesse capítulo, foi abordado o desagrado do Bruxo do Cosme Velho em relação a uma pretensa objetividade do discurso científico. Uma das áreas em que esse discurso tentava se afirmar era a das ciências médicas, pelas quais Machado se mostrou interessado, inclusive em suas “Balas de Estalo”. Por isso, uma apresentação do cenário belicoso entre a medicina científica e outras práticas de cura no Brasil do final do século XIX foi o último tema abordado no capítulo dois.

Por fim, o terceiro capítulo, “Apresentar e tornar presente: uma tentativa”, contém o objetivo mais específico desta monografia: a apresentação e a anotação das três “Balas de Estalo” nas quais Machado abordou as ciências médicas de forma explícita.

CAPÍTULO 1 – TORNANDO TEXTOS PRESENTES

1.1 Texto e paratexto, escrita e reescrita

As notas podem ser compreendidas como parte de uma categoria mais ampla: os “paratextos editoriais”, na denominação do francês Gérard Genette (1930-2018), crítico e teórico da literatura. Os paratextos ou a paratextualidade, por sua vez, fazem parte de outra categoria, ainda mais ampla, a qual Genette chama de “transtextualidade” ou “transcendência textual do texto”, que pode ser definida, grosso modo, como tudo que coloca um texto “em relação, manifesta ou secreta, com outros textos” (GENETTE, 2010 [1982], p. 13).¹¹

Genette propõe cinco tipos de relações transtextuais: (i) intertextualidade, (ii) paratextualidade, (iii) metatextualidade, (iv) arquitextualidade e (v) hipertextualidade. Uma precaução importante dada por Genette é a de que esses cinco tipos não devem ser considerados estanques, sem comunicação ou interseção, uma vez que as relações entre eles são numerosas e muitas vezes decisivas (*Idem*, p. 23). A fim de melhor situar a “paratextualidade”, a categoria na qual as notas se encaixam e que, portanto, é o foco desta seção, também apresentarei, brevemente, os outros quatro tipos de transtextualidade.

O primeiro tipo, a “intertextualidade”, é definido por Genette (*Idem*, p. 14), de forma restritiva, como uma relação de copresença entre dois ou vários textos, ou, como ocorre mais frequentemente, como a presença efetiva de um texto em outro. A citação, o plágio e a alusão são, nessa acepção, formas de intertextualidade.

O terceiro tipo, a “metatextualidade”, é mais usualmente chamada de “comentário” e é, por excelência, a relação da crítica. A metatextualidade une um texto a outro sem necessariamente citá-lo (*Idem*, p. 17).

O quarto tipo, a “hipertextualidade” é o foco do livro *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Ela diz respeito a toda relação que une um texto B (“hipertexto”) a um texto anterior A (“hipotexto”), do qual B “brota de uma forma que não é a do comentário” (*Idem*, p. 18). O próprio Genette reconhece a temeridade dessa definição (que usa a metáfora “brotar” e

¹¹ Genette afirma que, em um primeiro momento e na falta de melhor opção, utilizou, no livro *Introduction à l'architexte* (1979), o termo “paratextualidade” para designar o que ele passou a chamar, em *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*, de “transtextualidade” (GENETTE, 2010 [1982], p. 13). O autor deslocou o termo “paratextualidade” para designar outra coisa, mais específica, que será apresentada com mais detalhes ainda nesta seção.

uma negação) e desenvolve um pouco mais a sua explicação, utilizando a noção geral de texto de segunda mão ou “texto derivado de outro preexistente” (*Ibidem*).¹²

O quinto tipo, a “arquitextualidade”, é definida como “o conjunto das categorias gerais ou transcendentais – tipos de discurso, modos de enunciação, gêneros literários, etc. – do qual se destaca cada texto singular” (*Idem*, p. 13). Esse é o tipo mais abstrato e implícito e seria, para Genette, em certa medida, quase o mesmo que a “literariedade da literatura”. Além disso, a arquitextualidade seria silenciosa e articulada, no máximo, uma menção de caráter taxonômico, por exemplo, no título (“poemas” ou “ensaios”) ou na indicação (“romance” ou “narrativa”).

O segundo tipo, deliberadamente adiado por ser o foco desta seção, é a “paratextualidade”. Genette afirma que a paratextualidade diz respeito à relação entre o texto propriamente dito e o que ele chama de paratextos, que seriam sinais acessórios que fornecem ao texto um aparato e eventualmente um comentário (*Idem*, p. 15). Exemplos de paratextos são: capa, orelha, título, subtítulo, prefácio, posfácio, prólogo, notas marginais, notas de rodapé, notas de fim de texto, ilustrações, entre outros.

Essa foi a definição dada por Genette em 1982, no livro *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Tal definição, porém, só foi desenvolvida posteriormente. Cinco anos mais tarde, o autor dedicou um livro inteiro aos paratextos: *Seuil*,¹³ ou, na edição brasileira, *Paratextos editoriais* (2009 [1987]). Nesse livro, Genette não alterou a base da definição de 1982; porém, desenvolveu sua explicação. Por exemplo, ele reforçou a ideia de que os paratextos seriam “acompanhamentos” que *apresentam* o texto, inclusive, no sentido de garantir sua presença no mundo:

A obra literária consiste, exaustiva ou essencialmente, em um texto, isto é (definição mínima), em uma sequência mais ou menos longa de enunciados verbais mais ou

¹² Sem me estender muito mais nesse tipo de transtextualidade, apresento apenas um exemplo de Genette que, creio, ajuda a compreender melhor a hipertextualidade: a *Odisseia*, de Homero, seria o hipotexto de dois (entre outros) hipertextos: *Eneida*, de Virgílio, e *Ulisses*, de James Joyce. Esses dois hipertextos não existiriam da mesma forma sem o hipotexto, ainda que seus autores operem transformações simétricas e inversas na obra de Homero: “Joyce conta a história de Ulisses de maneira diferente de Homero, Virgílio conta a história de Enéias à maneira de Homero” (Genette, 2010 [1982], p. 20). Esse exemplo também ajuda a elucidar outra questão. Genette (*Idem*, p. 24) antecipa uma possível objeção de que é característico das obras literárias evocarem, em algum grau, outras obras; o que nos levaria à conclusão de que todas as obras são hipertextuais. No entanto, em sua abordagem, Genette considera, aludindo a Orwell, que algumas obras seriam “mais iguais” que outras; então, ele considerará nessa categoria apenas os hipertextos com relações mais explícitas.

¹³ A palavra francesa “seuil” pode ser traduzida como “limite”, “fronteira” ou “limiar”, o que se relaciona ao que Genette (2009 [1987], p. 10) aponta sobre o paratexto se localizar em uma zona indecisa entre o dentro e o fora do texto, isto é, entre o texto propriamente dito e os discursos do mundo sobre esse texto. Além disso, essa zona indecisa não seria apenas um local de transição entre o texto e o extratexto, mas constituiria também um local de “transação”, pois seria um “lugar privilegiado de uma pragmática e de uma estratégia, de uma ação sobre o público, a serviço, bem ou mal compreendido e acabado, de uma melhor acolhida do texto e de uma leitura mais pertinente – mais pertinente, entenda-se, aos olhos do autor e de seus aliados” (*Idem*, p. 10).

menos plenos de significação. Contudo, esse texto raramente se apresenta em estado nu, sem o reforço e o acompanhamento de certo número de produções, verbais ou não, como um nome de autor, um título, um prefácio, ilustrações, que nunca sabemos se devemos ou não considerar parte dele, mas que, em todo caso, o cercam e o prolongam, exatamente para *apresentá-lo*, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais amplo: para *torná-lo presente*, para garantir sua presença no mundo, sua “recepção” e seu consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro (*Idem*, p. 9, destaques do autor).

Para Genette, não existem textos sem paratextos:¹⁴ mesmo na Antiguidade ou na Idade Média, quando os textos circulavam em manuscritos em estado praticamente bruto, a transcrição ou a transmissão oral introduziam uma parte de materialização (gráfica ou fônica) que induziria efeitos paratextuais. Apesar disso, a presença dos paratextos não é constante nem sistemática, ela se modifica conforme as épocas, os autores, os gêneros, as culturas, entre outros elementos. Houve um período, por exemplo, em que o nome do autor não era um elemento obrigatório ou, mesmo hoje em dia, de fato, nem todos os livros têm prefácio ou notas. E esse caráter irregularmente obrigatório do paratexto pode ser observado também na relação com os leitores, que podem escolher ler ou não o prefácio ou as notas, por exemplo. Inclusive, Genette pontua que há paratextos que são dirigidos apenas a alguns leitores (*Idem*, p. 11).

Antes de ver os traços que, para o autor, constituem os paratextos, vejamos outra forma de compreender esse tipo de produção que apresenta os textos, no sentido de garantir a presença deles no mundo. André Lefevere, teórico da tradução, propõe a noção de “reescrita” ou “reescritura” para tratar de textos escritos por homens e mulheres “intermediários”, ou seja, pessoas que não escrevem literatura, mas que a reescrevem. Essas pessoas seriam corresponsáveis (em proporção igual ou até maior que os escritores) pela recepção geral e pela sobrevivência de obras literárias entre aqueles que Lefevere chama de “leitores não profissionais” – a grande maioria dos leitores –, os quais mais frequentemente leem literatura da forma como ela foi reescrita, e não do modo como os autores a escreveram. É nesse sentido que Lefevere defende que o “sucesso” (aceitação ou rejeição, canonização ou não) de uma obra depende muito menos de um suposto “valor intrínseco” dela do que de fatores concretos, sendo a reescritura um desses fatores (LEFEVERE, 2007, pp. 13-14).

A reescrita mais discutida por Lefevere (2007) é a tradução. Porém, a edição, a antologização, a compilação de histórias de literatura e obras de referência e a produção de algumas formas de críticas que ainda conseguem atingir leitores não profissionais (como biografias ou resenhas de livros) são também reescritas importantes; assim como o são as

¹⁴ Ainda que, paradoxalmente, possam existir paratextos sem textos, por exemplo, nos casos de obras desaparecidas das quais conhecemos apenas os títulos.

adaptações cinematográficas ou televisivas. Essas variadas atividades de reescrita não são recentes:

Reescritores sempre estiveram presentes entre nós. O escravo na Grécia organizava antologias dos clássicos gregos para ensinar filhos dos senhores romanos. O erudito do Renascimento coletava vários manuscritos e trechos de manuscritos, a fim de publicar uma edição mais ou menos confiável de um clássico grego ou romano. Destacam-se, também, os compiladores das primeiras histórias da literatura grega e latina no século 17 que não foram escritas nem em latim nem em grego, e os críticos do século 19, que explicavam a doçura e a clareza contidas nos trabalhos de literatura clássica ou moderna a um público cada vez menos interessado. Chega-se ao tradutor do século 20, que tenta “transportar o original através” das culturas, como tantas gerações de tradutores tentaram antes dele e, ao compilador dos “Guias de Leitores” contemporâneos que fornecem referências rápidas sobre autores e livros que deveriam ter sido lidos como parte da educação dos leitores não profissionais, mas que cada vez menos o são (*Idem*, p. 15).

Além de não serem recentes, vale lembrar que as reescritas tampouco são “neutras”: “toda reescritura, qualquer que seja sua intenção, reflete uma certa ideologia e uma poética e, como tal manipula a literatura para que ela funcione dentro de uma sociedade determinada e de uma forma determinada” (*Idem*, p. 11).

Considero que alguns paratextos podem ser compreendidos também como reescrituras. No caso desta monografia, houve dois movimentos de reescrita: a seleção (antologização?) de três crônicas e a apresentação dessas crônicas (tanto por meio de introdução/prefácio, quanto pelas notas). Esses movimentos tentam aproximar os leitores não profissionais de uma parte menos conhecida da obra de Machado de Assis, as suas crônicas, as quais, como vimos, sem o aparato de notas são, em boa medida, ilegíveis (GLEDSON, 2013, p. 11).

Incorporando essa dimensão de reescrita à discussão, retornemos à concepção de paratexto, mais especificamente ao que o constitui. Genette parte de alguns traços que definiriam a mensagem paratextual. Esses traços descreveriam características espaciais, temporais, substanciais, pragmáticas e funcionais:

De maneira mais concreta: definir um elemento de paratexto consiste em determinar seu lugar (pergunta *onde?*), sua data de aparecimento e, às vezes, de desaparecimento (*quando?*), seu modo de existência, verbal ou outro (*como?*), as características de sua instância de comunicação, destinador e destinatário (*de quem? A quem?*) e as funções que animam sua mensagem: *para quê?* (*Idem*, p. 12).

Em relação às características *espaciais*, Genette propõe dois espaços que podem ser ocupados pelos paratextos, ou, dito de outra forma: “paratexto = peritexto + epitexto”. O peritexto é a categoria mais típica dos paratextos, e fica em torno do texto (como o título ou o prefácio) ou até mesmo nos interstícios do texto (como títulos de capítulo ou algumas notas).

O epitexto também fica em torno do texto, porém “a uma distância mais respeitosa (ou mais prudente)” (*Idem*, p. 12). Essa categoria diz respeito a mensagens que se situam na parte externa do livro, como conversas, entrevistas, correspondências ou diários íntimos.

Quanto a características *temporais*, tomando como referência a data de aparecimento do texto, os paratextos podem surgir antes do texto, sendo chamados nesse caso de *anteriores* (como panfletos, anúncios de “no prelo” ou pré-publicações em jornais); podem surgir ao mesmo tempo em que o texto, os chamados *originais* (como prefácios produzidos na mesma época do texto que apresentam); ou podem surgir depois da produção do texto. Nesse último caso, Genette divide os paratextos em *posteriores* (quando aparecem alguns meses após o texto) ou *tardios* (quando aparecem anos após o texto). Ainda em relação ao tempo, Genette propõe uma segunda classificação: paratextos *póstumos* (elementos que aparecem após a morte do autor) ou *ântumos* (elementos produzidos durante a vida do autor). Além de poderem aparecer a todo momento, os paratextos podem também desaparecer, de forma definitiva ou não, dependendo da decisão do autor ou de outra pessoa (*Idem*, pp. 12-13).

Quanto às características *substanciais*, na maioria dos casos, os paratextos são textuais, mas pode haver também outros tipos de manifestações: icônicas (como as ilustrações), materiais (como escolhas tipográficas) ou factuais (como informações sobre o gênero, a idade ou os prêmios do autor) (*Idem*, p. 14).

A condição *pragmática* (*Idem*, pp. 15-17) do texto diz respeito a algumas características de sua situação de comunicação, como a natureza do destinador e do destinatário. Em relação ao destinador de uma mensagem paratextual: ele não é necessariamente o verdadeiro produtor da mensagem, mas o autor e o editor são (inclusive juridicamente) os responsáveis pelo texto e pelo paratexto, ainda que possam delegar parte dessa responsabilidade, por exemplo, quando há um prefácio escrito por um terceiro. Ainda em relação à responsabilidade, um paratexto pode ser oficial (quando autor ou editor assumem abertamente a responsabilidade) ou oficioso (quando existe a possibilidade de se esquivar da responsabilidade, como em declarações ou entrevistas, já que o autor pode alegar, por exemplo, que alguma afirmação não corresponde exatamente ao que ele quis dizer). Quanto ao destinatário, o paratexto pode ser classificado como *público* (quando destinado ao público “geral” ou a certas categorias de leitores, como críticos ou livreiros), *privado* (quando destinado a alguns particulares) ou *íntimo* (quando o autor endereça uma mensagem a si próprio).

O último aspecto, *funcional*, diferentemente das outras características, não é da ordem das escolhas e não pode ser descrito teoricamente, *a priori*: “As funções do paratexto

constituem, pois, um objeto muito empírico e muito diversificado, que se deve evidenciar de maneira indutiva, gênero por gênero e, muitas vezes, espécie por espécie” (*Idem*, p. 18).

Nesse livro, Genette afirma que não pretendia fazer um estudo exaustivo dos paratextos, mas apenas uma introdução e um exortação a esse tipo de pesquisa, ao mesmo tempo em que propunha, em um nível geral, uma tipologia dos paratextos (*Idem*, p. 355). O autor também se limitou ao estudo dos paratextos no universo da literatura, mas ele lembra que eles existem no universo da música, das artes, do cinema, entre outros (*Idem*, p. 357).

Genette ainda destaca que, dado o caráter indeciso do paratexto, antes de declarar levianamente que “tudo é paratexto”, é preferível evitar multiplicar sem razão o número de “objetos teóricos” (*Idem*, pp. 357-358). Além disso, o autor reforça que a propriedade mais essencial dos paratextos é o seu caráter funcional:

Qualquer que seja a intenção estética que se lhe acrescente, o paratexto não tem por desafio principal “tornar bonito” o entorno do texto, mas, sim, assegurar-lhe um destino conforme aos desígnios do autor. Para isso, constrói, entre a identidade real e relativamente imutável do texto e a realidade empírica (sócio-histórica) de seu público, caso aceitem essas minhas imagens aproximativas, uma espécie de eclusa que lhes permite manter-se “no nível”, ou, se preferirmos, um estrado que permita ao leitor passar sem muita dificuldade respiratória de um mundo a outro, operação às vezes delicada, principalmente quando o segundo é um mundo de ficção. Sendo imutável, o texto é incapaz por si só de adaptar-se às modificações de seu público, no espaço e no tempo (*Idem*, p. 358).

Em relação à importância dada à visão do autor, Genette argumenta:

A pertinência concedida aqui ao desígnio do autor, e, portanto, a seu “ponto de vista”, pode parecer excessiva, e de método bem ingênuo. Na verdade, é imposta pelo objeto, cujo todo o funcionamento se assenta, mesmo que às vezes o negue, no postulado simples de que o autor “sabe melhor” o que se deve pensar de sua obra. [...] a exatidão do ponto de vista autoral (e acessoriamente editorial) é o credo implícito e a ideologia espontânea do paratexto. Esta opinião, partilhada durante séculos quase sem reservas, é hoje, como se sabe, atacada por razões muito diversas, onde certo formalismo (“Não existe o verdadeiro sentido de um texto”) e certa psicanálise (“Existe um sentido verdadeiro que o autor não pode conhecer”) constituem um paradoxal casal feliz. Este debate me deixa, pessoalmente, bastante perplexo, senão indiferente, mas não me parece necessário entrar nele aqui: válido ou não, o ponto de vista do autor faz parte da prática paratextual, anima-a, inspira-a, fundamenta-a. Mais uma vez, o crítico não é de modo algum obrigado a subscrevê-lo; afirmo apenas que, por conhecê-lo não pode negligenciá-lo totalmente e, se quiser contradizê-lo, deve primeiro integrá-lo (*Idem*, pp. 358-359).

Uma última advertência de Genette diz respeito ao fato de que, se um paratexto deve sempre cumprir uma função, nem sempre ele a cumpre bem. O principal obstáculo não é que os fins do paratexto sejam mal compreendidos, mas que ele ultrapasse suas funções de intermediário e, assim, desempenhe seu papel em detrimento do texto, atuando como um anteparo, um obstáculo, que se põe diante do texto, e acaba o tornando até mais obscuro. O antídoto para esse perigo seria, portanto, agir com moderação:

Nada, com efeito, seria mais lastimável, no meu entender, do que substituir a idolatria do texto fechado – que reinou sobre nossa consciência literária durante uma ou duas décadas, e que a análise do paratexto muito contribui, como vimos, para desestabilizar – por um novo fetiche, ainda mais vão, que seria o do paratexto. O paratexto é apenas um auxiliar, um acessório do texto. [...] Por isso, o discurso sobre o paratexto jamais deve esquecer que versa sobre um discurso que versa sobre um discurso, e que o sentido de seu objeto depende do objeto desse sentido, que é também um sentido. Apenas um limiar a transpor (*Idem*, p. 360).

Antes das considerações de Genette sobre as notas, vejamos rapidamente o que ele diz sobre os prefácios. Além do fato de que, nesta monografia, as três crônicas de Machado são antecedidas por um pequeno texto de apresentação (que pode ser considerado uma espécie de prefácio), Genette retoma algumas características dos prefácios ao abordar as notas, já que esses são paratextos similares.

Vejamos a definição dada pelo autor:

Chamarei aqui de *prefácio* toda espécie de texto liminar (preliminar ou pós-liminar), autoral ou alógrafo, que consiste em um discurso produzido a propósito do texto que segue ou que antecede. Assim, o “posfácio” será considerado uma variedade do prefácio, cujos traços específicos, incontestáveis, me parecem menos importantes do que aqueles que ele tem em comum com o tipo geral (*Idem*, p. 145).

Essa definição abarca também os muitos sinônimos para o prefácio (como introdução, prólogo, *nota*, aviso, preâmbulo, exórdio, advertência...) e para o posfácio (epílogo, remate, pós-escrito...).

Genette considera que, com poucas variações, a maioria dos procedimentos e dos temas dos prefácios existem desde meados do século XVI. Alguns elementos tipicamente prefaciais são, por exemplo, comentários sobre as dificuldades do assunto e anúncios das intenções e do desenvolvimento do discurso (*Idem*, pp. 147-148).

Os prefácios, quanto ao papel do prefaciador, podem ser autorais ou autógrafos (quando escritos pelos autores – reais ou pretensos), actorais (quando “escritos” por alguma personagem da ação) ou alógrafos (quando escritos por terceiros). Além disso, em relação ao regime de “verdade”, um prefácio pode ser autêntico (quando a atribuição a uma pessoa real for confirmada por outra), apócrifo (quando um prefácio é falsamente atribuído a uma pessoa real) ou fictício (quando atribuído a uma pessoa imaginária). Do cruzamento entre essas duas categorias (papel e regime), resultariam nove tipos de prefácio (*Idem*, pp. 159-160).

As funções dos prefácios variam de acordo com os seus tipos. Um prefácio autoral tem a função principal de garantir ao texto uma boa leitura, o que compreende duas ações: “1. obter uma leitura e 2. conseguir que essa leitura seja boa” (*Idem*, p. 176). Nesse sentido, Genette propõe dois grupos de funções, ligadas ao “porquê” e ao “como”. O autor pode mostrar a

importância do livro por seu tema ou por sua utilidade documental, intelectual, moral, religiosa, social ou política. Ele pode também valorizar o texto por sua originalidade ou, por outro lado, por seu caráter tradicional (*Idem*, pp. 177-178). Uma questão relacionada à valorização e que importa mais neste trabalho (ainda que três crônicas talvez não formem, de fato, uma coletânea) diz respeito aos prefácios de coletâneas, em que ocorre frequentemente uma tentativa de mostrar a unidade (formal ou temática) do que, a princípio, pode parecer um “amontado artificial e contingente, determinado acima de tudo pela necessidade muito natural e pelo desejo legítimo de esvaziar uma gaveta” (*Idem*, p. 179). Genette manifesta certo mal-estar por uma valorização *a priori* da unidade e questiona por que não valorizar a multiplicidade (*Idem*, p. 182). Há ainda os prefácios que servem de “para-raios”, para prevenir críticas, sendo uma forma eficaz de se fazer uma autocrítica preventiva “o diálogo imaginário, que nos permite responder a objeções escolhidas por nós mesmos” (*Idem*, p. 185).

Desde o século XIX, porém, as funções do “porquê” sofreram um relativo desaparecimento (entre outros motivos, elas têm ocupado suportes diferentes do prefácio). Além disso, os temas do “como” têm “a vantagem de *pressupor* o porquê e, portanto, pela virtude bastante conhecida da pressuposição, de impô-lo de maneira imperceptível” (*Idem*, p. 186). A principal função do “como” seria dar ao leitor informações que o autor considera necessárias para uma boa leitura.

Já um prefácio alógrafo desempenha outras funções. A função principal desse tipo de prefácio seria a de recomendação: “Eu, X, digo que Y tem talento, e que se deve ler seu livro” (*Idem*, p. 236). Porém, há também nesses prefácios, frequentemente, informações sobre a gênese da obra, sobretudo em prefácios póstumos (porque, se o autor estivesse vivo, ele mesmo poderia se encarregar dessa função). Esse tipo de prefácio é mais frequente em edições eruditas em que um pesquisador apresenta suas opções editoriais: “estabelecimento do texto, escolha de prototextos variantes, notas documentais e críticas etc.” (*Idem*, p. 234). Às vezes, também, são dadas informações nesse tipo de prefácio com a finalidade de situar o texto no conjunto da obra do escritor (*Idem*, p. 235). Essa dimensão crítica e teórica do prefácio revela a ausência de uma fronteira nítida entre o paratexto e o metatexto (*Idem*, p. 238).

1.2 Notas sobre notas

Assim como os prefácios, as notas revelam uma ausência de fronteiras nítidas no campo dos paratextos. Genette – em uma nota de rodapé – começa apresentando um chavão sobre as notas: “‘A nota é o medíocre que se liga ao belo’ (Alain, citado no dicionário *Robert*).

O ódio à nota é um dos mais constantes estereótipos de certo *poujadisme* (ou às vezes dandismo) anti-intelectual. Era preciso que isso fosse dito numa nota” (*Idem*, p. 281). O autor reconhece que esse “ódio às notas” pode ser relacionado a uma decepção quanto às suas manifestações, que são, por definição, pontuais, fragmentárias e, frequentemente, “tão estreitamente relativas a determinado detalhe de determinado texto que não têm por assim dizer nenhuma significação autônoma” (*Ibidem*).

Indo, obviamente, além desse lugar-comum, vejamos a definição formal dada por Genette para as notas:

uma nota é um enunciado de tamanho variável (basta uma palavra) relativo a um segmento mais ou menos determinado de um texto, e disposto seja em frente seja como referência a esse segmento. O caráter sempre parcial do texto de referência e, conseqüentemente, o caráter sempre local do enunciado colocado em nota, parece-me ser o traço formal que melhor distingue esse elemento de paratexto, e que o opõe, entre outros, ao prefácio – inclusive aos prefácios ou posfácios que, modestamente, se intitulam “Nota” (*Ibidem*).

Essa diferenciação formal, porém, deixa transparecer um parentesco de função entre as notas e os prefácios. Muitas vezes, o discurso do prefácio e o das notas estabelecem uma relação estreita de continuidade e homogeneidade: um mesmo discurso pode se dividir entre o prefácio (no qual ocorrem as considerações mais gerais) e as notas (nas quais aparecem aspectos mais pontuais) (*Idem*, p. 282).

Ainda que uma apreensão diacrônica não seja o objetivo do livro de Genette, o autor apresenta um breve histórico das notas.¹⁵ Ele conta que seu nome mais antigo é *glosa* e que essa prática ocorria na Idade Média, quando um texto era cercado ou “recheado” de esclarecimentos escritos em letras menores. Ao longo do século XVI, aparecem as notas marginais, mais curtas e anexadas a segmentos mais determinados do texto. Até que, no século XVII, elas passam a ocupar, de modo mais dominante o pé da página, o rodapé (*Ibidem*).

Esse local mais usualmente ocupado pelas notas hoje, o rodapé, não é, porém, exclusivo. Genette apresenta variados exemplos de livros com notas nas margens, entre as linhas, no final do capítulo ou do volume, agrupadas em um volume especial, ocupando uma coluna central entre duas colunas de texto, ocupando a página esquerda de um livro, enquanto o texto aparece na direita (ou o contrário), entre outros possíveis sistemas. Além disso, em um mesmo volume, diferentes sistemas podem ser adotados simultaneamente (por exemplo: notas curtas no pé da página e notas mais detalhadas ao final do volume). E as notas podem ser longas, ocupando a metade inferior de várias páginas de um livro e aparecer em diferentes níveis, “notas

¹⁵ Ainda nesta seção, são apresentadas mais algumas informações sobre esse histórico, discutidas por Emanuel Araújo, em *A construção do livro* (2008).

sobre notas”; Genette apresenta, como exemplo, o livro *Traver*, de Renaud Camus, no qual o autor apresenta notas sobre notas até o décimo sexto nível (*Idem*, pp. 282-283).

Genette comenta também os procedimentos usuais para a apresentação das notas. Normalmente, elas são “chamadas” no texto (por meio de algarismos, letras ou símbolos) e são indexadas por uma chamada idêntica onde aparecerem. Notas marginais podem facilmente dispensar essa indexação, e as notas podem se referir a trechos maiores do que aqueles a que estão indexadas (por exemplo, uma nota no final de um parágrafo para se referir ao parágrafo todo; no título ou na primeira frase de um capítulo para se referir ao capítulo todo). Genette menciona, inclusive, o caso de um romance, *L’interdit* (1986), de Gérard Wajeman, composto por um aparato de notas para um texto inexistente (*Idem*, p. 283).¹⁶

Quanto às características temporais, as notas podem aparecer a qualquer momento da vida do texto (notas originais, posteriores ou tardias) e elas também podem desaparecer de uma edição para outra. Além disso, pode haver a coexistência de notas de idades diferentes, com ou sem indicação de data (*Idem*, p. 284).

Os destinadores das notas podem variar em nove tipos, assim como variam os destinadores dos prefácios (assunto comentado ao final da seção anterior). Já os destinatários das notas são, a princípio, os leitores do texto (diferentemente de outros paratextos, as notas, se desassociadas do texto, correm risco maior de não ter sentido algum). No entanto, mais que os prefácios, a leitura das notas é facultativa, e elas podem, por conseguinte, endereçar-se apenas a alguns leitores: “aqueles a quem possa interessar determinada consideração complementar ou digressiva, cujo caráter acessório justifica exatamente a colocação em nota” (*Idem*, p. 285).

As notas podem desempenhar diversas funções, que variam, basicamente, conforme seu destinador e suas características temporais. Para analisar suas funções, Genette divide as notas em alguns tipos, acrescentando, ainda, uma distinção que é dispensada do estudo dos prefácios: notas relativas a textos discursivos (história, ensaios etc.) e relativas a textos literários.

Genette destaca as seguintes funções para as notas originais em textos discursivos: apresentar definições ou explicações de termos utilizados no texto; apresentar traduções de citações (ou o texto na língua original); apresentar referências de citações, indicações de fontes ou de autoridades de apoio (informações ou documentos); apresentar precisões sobre um fato evocado no texto; mencionar incertezas ou complexidades negligenciadas no texto (voltadas não para o leitor comum, mas para leitores eruditos mais exigentes); apresentar argumentos

¹⁶ Questões relacionadas aos locais e aos procedimentos são retomadas mais à frente nesta seção; essa discussão será orientada por reflexões de editores brasileiros.

complementares ou prevenções de objeções; e apresentar digressões (oportunas ou fora de propósito), apartes autobiográficos, observações de amigos-leitores reais ou supostos, chistes mais polêmicos ou sarcásticos do discurso (*Idem*, pp. 286-288).

Diante desse conjunto, Genette conclui que a função essencial da nota autoral é mais de complemento que de comentário: “nada, como se notou várias vezes, que não pudesse sem um certo absurdo ser integrado ao próprio texto – e sabe-se, aliás, que muitos autores preferem, por recusa de parecerem pedantes, abster-se do uso de notas ou reduzi-las a um aparato mínimo de referências” (*Idem*, p. 288). Apesar disso, Genette considera que abster-se das notas pode não ser absurdo, mas pode trazer danos ao texto. Entre os prejuízos, o que o autor considera mais significativo é o escritor privar-se da possibilidade de um segundo nível de discurso:

a principal vantagem da nota é, com efeito, disponibilizar no discurso efeitos pontuais de nuance, de surdina, ou como se diz ainda na música, de *registro*, que contribuem para reduzir sua famosa e, às vezes, enfadonha linearidade. Registros de intensidade, níveis na obrigação de leitura, eventualmente reversíveis e voltados para o paradoxo (o essencial em uma nota), dos quais se vê muito bem por que tantos escritores, e dos maiores, não se quiseram privar (*Ibidem*).

As notas autorais originais, que poderiam ser um simples parêntese, fariam mais parte do texto que do paratexto, elas constituiriam, assim, “uma franja muito indecisa entre texto e paratexto” (*Idem*, p. 289).

Já as notas autorais posteriores e tardias se vinculam mais claramente ao paratexto, por apresentar uma função mais de comentário que de complemento. Elas apresentariam uma relação de continuidade com os prefácios de mesma data (com a diferença de que o prefácio traria comentários mais globais e as notas, mais localizados). Nessas notas, normalmente se encontram respostas às críticas, às correções, às reavaliações e à autocrítica (*Idem*, pp. 289-291). Genette também pontua que, nos textos de ficção ou de poesia, as notas autorais, com caráter discursivo, assinalam uma ruptura no regime enunciativo. Normalmente, elas ocorrem em textos ficcionais “impuros”, marcados por referências históricas ou por reflexões filosóficas (*Idem*, p. 292).

As notas alógrafas (que correspondem ao tipo realizado nesta pesquisa) quase sempre são notas do editor, no sentido crítico do termo (o *editor* do inglês, diferente do *publisher*). Novamente, os limites se confundem; agora, porém, essa confusão se dá não mais entre texto e paratexto, mas sim entre paratexto e metatexto crítico (*Idem*, p. 296).

Genette apresentou, como um caso de anotação incomum hoje em dia – em que são feitos comentários apreciativos –, o *Commentaire de Corneille*, no qual Voltaire destaca, por

exemplo, acertos, aponta inconveniências, inverossimilhanças ou erros de linguagem e de estilo:

insisti neste comentário porque atesta também um tipo de anotação hoje praticamente abandonado, nas edições críticas, em proveito de um tipo muito mais objetivo, idealmente despojado de todo o tipo de avaliação e limitado a uma função de esclarecimento (enciclopédico e linguístico) e de informação: sobre a história e o estabelecimento do texto, com produção de prototextos e de variantes, sobre as fontes e – por citação do epitexto privado – sobre as próprias avaliações ou interpretações do autor (*Idem*, p. 297)

São apresentadas ainda as notas actorais, que são feitas não pelo autor, mas por seu “objeto”; um exemplo desse caso incomum são as notas feitas pelo próprio Mauraux no estudo escrito por Gaétan Picon intitulado *Mauraux par lui-même* (*Idem*, p. 298).

Há, por fim, as notas ficcionais, que não se referem às notas autênticas sérias que podem acompanhar uma obra de ficção, mas que seriam, em um texto ficcional ou não, as notas cujo destinador é ficcional. Ocorrem, por exemplo, casos em que o autor se apresenta como editor, responsável apenas pelo estabelecimento do texto que diz ter encontrado ou recebido para cuidar; nessas notas, é adotada uma postura de simulacro de comentário alógrafo (*Idem*, p. 299). Há também as notas atribuídas a um personagem narrador (que dão a esse narrador uma função autoral verossímil) ou, ainda, podem existir notas atribuídas a personagens não narradores (*Idem*, p. 300).

As notas, enfim, são consideradas por Genette “um elemento um tanto elusivo e fugidio do paratexto” (*Idem*, p. 301). Alguns tipos delas cumprem bem a função paratextual de comentário, mas outras se aproximam mais de modulações do texto, diferindo pouco de uma frase entre traços ou entre parênteses. Outras ainda “escapam pelo outro lado” (*Ibidem*), confundindo-se não mais com o texto, mas com o metatexto crítico, eventualmente conversível em comentário autônomo. Genette, porém, deixa claro que essa situação não teria nada de paradoxal e muito menos de incômodo:

[...] se o paratexto é uma franja amiúde indecisa entre texto e fora-do-texto, a nota, que, em todos os seus aspectos, advém de um ou do outro ou do entre-dois, ilustra perfeitamente essa indecisão e essa instabilidade. Mas, sobretudo, não se deve esquecer que a própria noção de paratexto depende, como várias outras, muito mais de uma decisão de método do que de um balanço dos fatos. O “paratexto” não *existe* propriamente falando, escolhe-se antes *dar conta nesses termos* de certo número de práticas ou de efeitos, por razões de método e de eficácia, ou se se preferir, de rentabilidade. A questão não é, pois, saber se a nota “pertence” ou não ao paratexto, mas se há ou não vantagem e pertinência em considerá-la desse modo. A resposta é claramente, como muitas vezes, que isso depende dos casos, ou melhor – grande progresso na descrição racional dos fatos –, que isso depende dos *tipos* de notas. Esta conclusão, pelo menos, justificará talvez pelo uso (e no uso) uma tipologia à primeira vista embaraçosa (*Ibidem*).

Chegando ao final deste capítulo, vejamos algumas questões editoriais relacionadas às notas ou, mais especificamente, a como elas são tratadas por editores brasileiros (ainda que saibamos da inexistência de um padrão rígido em termos editoriais).

Plínio Martins Filho, em *Manual de Editoração e Estilo* (2016), divide a estruturação do original em partes pré-textuais, textuais, pós-textuais e elementos de apoio ao texto. Nessa divisão, as notas foram incluídas na parte dos elementos de apoio. O editor brasileiro apresenta uma definição para as notas e, com base no que é discutido por Umberto Eco em *Como se faz uma tese* (2016 [1977]), apresenta algumas funções delas. Como considero que as crônicas de Machado de Assis se aproximam mais dos textos literários, penso que as discussões de Genette – inclusive, bem mais detalhadas no que diz respeito a definições e funções – já são suficientes e mais pertinentes para esta pesquisa. No entanto, Genette não aborda tanto questões editoriais e, nesse sentido, ver algumas recomendações do importante editor brasileiro, Plínio Martins Filho, são interessantes para esta pesquisa, que se pretende, em alguma medida, prática.

Quanto aos locais que as notas podem ocupar, Martins Filho não vai muito além do que é dito por Genette. O editor é mais específico, porém, ao recomendar que as notas tenham tamanho de 2 a 3 pontos menor que o corpo do texto (MARTINS FILHO, 2016, p. 129). Além disso, ele chama atenção para o trabalho de mais um “reescritor” (tomo emprestado o já comentado termo de Lefevere): o *designer*. Para Martins Filho, esse profissional deve verificar todas as notas do original antes de decidir que diagramação e que sistema de notação (no rodapé, nas margens, em fim de capítulo etc.) deve ser adotado a fim de se evitar acúmulos de informações visuais (*Idem*, p. 130).

As chamadas das notas – “os momentos em que o leitor (se assim o desejar) deve abandonar a leitura do texto e consultar a nota” (*Ibidem*) – podem ser representadas por meio de diferentes sinais gráficos (como números, asteriscos, letras ou signos). O critério que permite ao leitor associar a chamada à nota correspondente, porém, deve ser “absolutamente inequívoco, sem dar margem a dúvidas que invalidariam a existência da própria nota” (*Ibidem*). As combinações de diferentes sistemas de notações podem ser inúmeras (por exemplo, números para notas do autor; asteriscos para notas do tradutor, com a indicação (N. do T.), entre outras possibilidades), mas Martins Filho recomenda que essas combinações sejam evitadas, pois elas exigiriam demais do leitor, “que não apenas tem de interromper sua leitura para consultar a nota, como ainda cabe-lhe decifrar que tipo de nota é adequada” (*Idem*, p. 131). Diante disso, a recomendação do editor é, por segurança, contentar-se com os algarismos arábicos.

Outro aspecto que pode gerar confusão em relação às chamadas das notas é a sua sequência. O editor recomenda que, se as notas forem poucas, o ideal é reiniciar a contagem a cada página (por exemplo, nota 1 na página 15; notas 1 e 2 na página 18). Já em livros com muitas notas, o critério mais seguro seria a contagem corrida (por exemplo, nota 1 na página 15; notas 2 e 3 na página 18). Porém, Martins Filho recomenda que essa contagem seja “zerada” (reiniciada) a cada capítulo, com a finalidade de que números de chamada muitos altos, superiores a cem, sejam evitados, o que pode criar problemas gráficos de ordem estética (*Idem*, pp. 131-132).

Martins Filho faz ainda algumas recomendações sobre o modo de se apresentar as chamadas (em termos de formatação), a posição das chamadas em relação aos sinais de pontuação do corpo do texto e as expressões latinas mais utilizadas nas notas. Outra observação que o autor faz é sobre a edição e a revisão das notas, que devem ser cuidadosas, pois “é aí que se aninham as ‘gralhas’ ou ‘pastéis’ (isto é, erros de revisão) mais persistentes”; as notas são compostas em corpo menor e com informações de valor secundário ou paralelo, o que convida à desatenção do editor ou do revisor, dando margem a erros que não escapariam na edição ou revisão do texto normal (*Idem*, p. 132).

Em *A construção do livro* (2008), Emanuel Araújo – outro importante editor brasileiro – também tratou das notas. Desconsiderando os pontos que já foram comentados nesta seção, destaco apenas alguns aspectos abordados por ele.

Emanuel Araújo, que é também historiador, afirma que as notas foram introduzidas pelos alexandrinos, mas foram usadas principalmente pelos eruditos da Idade Média, que acrescentavam notas à margem do texto, os “escólios” (palavra que vem do grego e quer dizer “interpretação”, “comentário” e, sobretudo, “nota curta”). Esses eruditos utilizavam, além disso, as “glosas” (palavra que também vem do grego e significa “língua”, “palavra obsoleta, rara ou estrangeira que carece de esclarecimento”), que eram chamadas curtas colocadas acima ou abaixo de uma palavra para esclarecer termos ou expressões já incompreensíveis aos gregos do período bizantino. Os incunábulos, livros impressos nos primórdios da imprensa com tipos móveis e que ainda imitavam os manuscritos, mantiveram essa tradição, apresentando frequentemente o texto principal glosado ou comentado por notas ou escólios. Depois, as anotações ficaram mais concisas e passaram a ser feitas nas margens das páginas. O sistema de notas de margem duraria até o século XVIII, quando foi retomada a antiga disposição das notas ao pé da página. Com a multiplicidade de assuntos em uma mesma obra, porém, o velho sistema de comentários (e não mais simples registros elucidativos ou complementares) retornou, impulsionando a redação de notas desproporcionais, que ocupavam um espaço igual ou até

maior que o bloco do texto; as soluções para esse tipo de problema variavam sem critérios, quase sempre trazendo prejuízos para os leitores (ARAÚJO, 2008, pp. 95-96).

Em relação às opções de apresentação das notas, as observações de Emanuel Araújo não diferem muito do que foi exposto por Genette ou por Martins Filho. Há apenas alguns pontos diferentes, que, por isso, são aqui destacados. Araújo comenta sobre as “notas-texto”, cujo conteúdo normalmente é dispensável para a compreensão do assunto tratado, sendo um aprofundamento dele; esse tipo de nota se diferencia do texto principal apenas pela mudança de corpo (em geral, dois pontos a menos). O editor considera também os adendos e os apêndices como “falsas notas”, pois eles seriam, assim como as notas, matérias acrescentadas ao corpo principal do texto, com a finalidade de enriquecê-lo, complementá-lo ou esclarecê-lo, por exemplo. Por fim, Araújo comenta também sobre as “nótulas”, que igualmente seriam “falsas notas”, porque constituem breves chamadas, geralmente cruzamentos de matéria complementar (por exemplo, remissão bibliográfica ou de seções), que podem ser feitos dentro do próprio texto (entre parênteses ou não) ou no rodapé (*Idem*, p. 98).

Uma última discussão do editor que não é exatamente sobre notas, mas que interessa para esta pesquisa, diz respeito às edições críticas (inclusive, muitas vezes chamadas de “edições anotadas”). Araújo, ao abordar esse assunto, foca na edição crítica de textos clássicos, de autores antigos, mortos há décadas ou há milênios, casos em que mais frequentemente se confundem os limites entre os papéis dos preparadores de originais e dos filólogos, quanto à produção ou à reprodução de registros técnicos de orientação aos leitores (*Idem*, p. 183). Em relação a esses aparatos críticos, Araújo comenta que a prática deles depende de solicitações de mercado: se a edição se dirigir a um leitor especializado, ela deverá conter minudências, mas, se ela se destinar ao leitor culto (não necessariamente especializado), ela deverá conter apenas notas breves que visem à pronta compreensão do texto, além de uma introdução clara e simples. No entanto, a questão não é tão simples assim:

À primeira vista, assim, o problema parece resolvido: parafernália erudita para o leitor “erudito”, simplicidade cristalina para o leitor “comum”. Acontece que nenhum leitor é erudito ou comum diante de um texto: em primeiro lugar, ambos degustam, na qualidade de *leitor*, embora de formas diferentes, o prazer da palavra, da construção das frases e de seu conteúdo informativo; e em segundo lugar, ambos dependem – em se tratando de textos antigos – de sua credibilidade (*Idem*, pp. 183-184).

Nesse sentido, o estabelecimento do texto e os limites da intervenção do filólogo ou do preparador geram divergências:

O filólogo em nada, ou quase nada, se preocupa com o leitor, vale dizer, o leitor comum, não seu aluno, não os “iniciados”, não seus colegas; no máximo, suporta algumas ligeiras concessões, mas na edição de um texto arcaico, por exemplo, vê

como inadmissível modernizar qualquer palavra, registrando-se *fermoso* em vez de *formoso*, *pera* em vez de *para*, *visibil* em vez de *visível* etc., por amor a uma autenticidade anacrônica (*Idem*, p. 196).

Já para o editor de texto, que, hoje, busca a máxima divulgação possível do produto livro, não interessa que ele seja lido apenas por um público restrito, iniciado nas convenções e símbolos tipográficos que, em edições críticas rigorosas, já seriam de conhecimento “geral” (*Idem*, p. 196).

Além dessas recomendações mais gerais sobre as notas, John Gledson (2008, pp. 74-77), ao apresentar a sua edição comentada da série *Bons dias!*, de Machado, deixou seis indicações para a edição das crônicas do escritor, que foram consideradas nesta pesquisa. A primeira indicação parte do princípio de que o objetivo das notas é tornar as crônicas compreensíveis. Assim, se há algo no texto que o editor não entende, ele deve dizer, por dois motivos: para que, ao explicitar a dúvida, alguém possa fornecer a resposta e para que o leitor não ache que algo é óbvio sem o ser. É nesse sentido também que o pesquisador não vê problemas em especular sobre uma possível solução (contanto que isso não seja feito em excesso). A segunda indicação diz respeito a limitar a informação ao que é estritamente necessário para a compreensão da crônica; Gledson reconhece que há divergências quanto a esse assunto, porém, sugere o princípio de que a nota deve ser o mais sucinta possível. As citações de jornais são o tema da terceira indicação. Para o crítico inglês, a citação só deve ser transcrita em nota se os fatos apresentados ou a linguagem da notícia favorecerem a compreensão da crônica; caso contrário, a recomendação é apenas indicar a referência da citação. O quarto ponto diz respeito a aludir a outros trabalhos de Machado. Gledson considera que, em alguns casos, a alusão é justificada, mas, se as relações forem mais abrangentes, é melhor que elas figurem na Introdução da edição. A penúltima recomendação trata das citações ou palavras isoladas em língua estrangeira: de forma geral, o pesquisador considera que elas devem ser traduzidas nas notas. Por fim, na sexta recomendação, Gledson defende que índices onomásticos úteis e completos são indispensáveis.¹⁷

As indicações de Gledson foram importantes no processo de elaboração das notas nesta pesquisa. Antes, porém, de realizar o trabalho prático de anotação, foi importante conhecer algumas especificidades das “Balas de Estalo” de Machado de Assis, bem como um pouco da realidade histórica nas quais essas crônicas estão inseridas. Esse é o assunto do próximo capítulo.

¹⁷ A sexta recomendação foi a única que não considerei nesta pesquisa, pois considero que um conjunto de apenas três crônicas não justifica a existência de um índice onomástico.

CAPÍTULO 2 – ENTRE BALAS E REMÉDIOS

2.1 Disfarce ou elaboração literária?

Como já mencionado, a relação de Machado de Assis com as crônicas durou mais de 40 anos e rendeu mais de 600 textos desse gênero. Diante desses números, não impressiona que haja uma enorme variedade entre as crônicas do escritor, que foram agrupadas em mais de uma dezena de séries, todas diferentes entre si. O fato de não haver uma série idêntica a outra, segundo John Gledson e Lúcia Granja, não se deve apenas a uma diferença de momentos históricos, mas também ao fato de que as séries foram produzidas no contexto de diferentes jornais e revistas, que tinham suas próprias exigências, por exemplo, em relação à extensão do texto. Além disso, Machado usou diferentes pseudônimos, com graus variados de anonimato (GLEDSON; GRANJA, 2008, p. 21).

E o estatuto desses pseudônimos é marcado por desacordos. Chalhoub (2006, pp. 113-114) explica que a raiz da discórdia está no livro *O carnaval das letras* (1994), de Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Nesse livro, é inaugurada a perspectiva de que não se deve supor, sem investigações profundas, que as opiniões do autor putativo da série “Bons dias!” sejam as mesmas de Machado de Assis. Leonardo Pereira argumenta que o narrador-personagem dessa série é Policarpo, um relojoeiro que ficou descrente de seu ofício quando constatou que os relógios do mundo nunca marcam a mesma hora. A resposta de John Gledson a essa perspectiva é negar a existência de um narrador ficcional na série “Bons dias!” e aproximar os sentidos dos textos às opiniões de Machado, expressadas com a proteção do anonimato e com efeitos de ironia (*Idem*, p. 114). Para Gledson, as palavras “Boas noites”, presentes ao final de cada crônica, funcionariam como pseudônimo ou assinatura da série.

Na introdução de sua edição anotada da série *História de quinze dias* (publicada entre julho de 1876 e janeiro de 1878), Leonardo Pereira afirma que Machado promove, já nessa série, uma empreitada original, ao introduzir no gênero cronístico “uma novidade que viria marcar profundamente sua produção posterior: o caráter parcial e pouco confiável da narração, definido em sua forma” (PEREIRA, 2009, p. 51). Esse deslocamento do sentido da crônica levaria o leitor a tentar decifrar a lógica daqueles escritos, “cujos silêncios e esquecimentos, ao reproduzirem as lacunas de uma ideologia que organizava ainda aquela sociedade, muitas vezes revelavam mais do que aquilo que se afirmava, permitindo que Machado construísse através deles o humor do texto” (*Ibidem*). Para Leonardo Pereira, ainda que escrevendo em um gênero voltado para a discussão do cotidiano, Machado adotava uma perspectiva abertamente literária,

utilizando recursos e artifícios distantes da pretensa objetividade de um jornalista. Mesmo sem apresentar personagens-narradores com uma delimitação precisa (como os que marcariam algumas de suas produções posteriores em gêneros variados), Machado tornaria evidente sua tentativa de modificar o estatuto da narração, induzindo o leitor a desconfiar do que lia.

Assim como Leonardo Pereira, Sidney Chalhoub reconhece que o narrador ficcional Brás Cubas, por exemplo, é diferente de Policarpo, já que o narrador das crônicas está “mergulhado na experiência da indeterminação histórica” (CHALHOUB, 2006, p. 115), ou seja, ele vive um turbilhão de acontecimentos ao mesmo tempo em que escreve “crônicas afundadas na terra e no estrume da história” (*Ibidem*). No entanto, para Chalhoub, disso não decorreria o pressuposto de que a regra das crônicas é sua pouca elaboração narrativa: “decerto, para Machado de Assis, autor imaginário de crônica era diferente de autor imaginário de romance. Policarpo não era Brás Cubas, ainda que fossem ambos realidades da ficção” (*Ibidem*).

Em objeção ainda à suposta pouca elaboração narrativa da crônica, Sidney Chalhoub, Margarida de Souza Neves e Leonardo Affonso de Miranda Pereira, na apresentação do livro *História em cousas miúdas* (2005), chamam a atenção para o fato de que, assim como as crônicas, muitos romances ou contos escritos na segunda metade do século XIX eram publicados originalmente em jornais, frequentemente com pressão de prazos idêntica àquela que inibiria a qualidade das crônicas (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 12). Além disso, os autores nos lembram de que a indeterminação histórica não é exclusividade das crônicas. Eles citam, por exemplo, a situação de inúmeros romances-folhetins, publicados nos jornais oitocentistas, que eram escritos, muitas vezes, em diálogo com as reações dos leitores. Sem contar os casos de impasses estéticos, pessoais ou políticos que interferiam na concepção das obras, forçando a sua reelaboração em meio ao processo de escrita. Específica da crônica, no entanto, seria a natureza de sua indeterminação, já que esses textos são particularmente ligados ao tempo vivido; eles dependem dos acontecimentos com os quais os escritores buscam interagir, movendo-se e transformando-se de acordo com eles (*Idem*, pp. 16-17).

Diante dessa discórdia quanto ao estatuto dos pseudônimos das crônicas de Machado (e da relação deles com a questão da elaboração narrativa desse tipo de texto), Chalhoub acredita que

não é possível decidir, de antemão, sobre qualquer série cronística à baila, se podemos ler esses textos como a expressão das ideias de Machado, mesmo que minados por sua ironia, ou, ao contrário, se devemos lê-los na clave d’algum narrador ficcional do naipe de Brás ou Dom Casmurro, e por isso muito distante da perspectiva do próprio Machado de Assis. (CHALHOUB, 2005, p. 72).

E, por esse motivo,

deve-se considerar a hipótese de haver diferentes níveis ou possibilidades de leitura da mesma série de crônicas, em momentos diversos ou em relação a temas variados, o que nos levaria a situações de maior ou menor elaboração narrativa no que concerne à distância relativa entre autor e narrador ficcional. O argumento se resolve na empiria, na análise interna da série e de cada texto dentro da série, no entrecruzamento de fontes, no alinhar dos nexos entre os assuntos – enfim, na articulação dum discurso de demonstração e prova (*Idem*, p. 72).

Para compreender o caso da série “Balas de Estalo”, da qual as crônicas anotadas neste trabalho fazem parte, serão considerados os diferentes níveis de leitura apontados por Chalhoub, bem como os estudos sobre o narrador dessa série, Lélío, desenvolvidos por Ana Flávia Cernic Ramos (2016). Antes disso, porém, vejamos algumas características dessa série.

2.2 Machado baleiro

“Balas de Estalo”, uma das mais conhecidas e duradouras séries de crônicas do Rio de Janeiro, foi publicada no jornal *Gazeta de Notícias* entre 1883 e 1887 (RAMOS, 2005, p. 9). Fundada por Elísio Mendes, Manoel Carneiro e Ferreira Araújo em agosto de 1875, a *Gazeta* foi um dos primeiros jornais da Corte a adotar o sistema de vendas avulsas¹⁸ e inaugurou uma forma barata e popular de fazer jornais, com a qual a imprensa foi ganhando, aos poucos, ares de empreendimento comercial e foi se tornando acessível a um número cada vez maior de leitores (*Idem*, p. 4). Visando à popularidade, a *Gazeta* propôs um novo formato para as colunas e os artigos, tornando-os mais alegres e descomplicados ao leitor (*Idem*, p. 7). Esse jornal, assim, ficou conhecido por defender um ideal de modernidade, por incentivar a literatura¹⁹, por sua preferência por textos mais simples e ligeiros e por um discurso de imparcialidade e neutralidade política – em contraste com muitos periódicos da época, com atuação partidária inequívoca (*Idem*, p. 8). Rapidamente, esse jornal alcançou a tiragem de 24 mil exemplares diários e, no final da década de 1880, já era um dos três maiores jornais cariocas (RAMOS,

¹⁸ Por exemplo, em 1881, um exemplar da *Gazeta* era vendido a 40 réis. Para efeito de comparação, menciono outros preços da época, citados por John Gledson e Lúcia Granja, em nota de rodapé a uma crônica de Machado da série *Notas Semanais*, publicada em 1878: “a assinatura anual de *O Cruzeiro*, jornal diário, custava 20.000 réis; um colarinho bordado para roupas femininas, em uma loja de fazenda, custava 4.500 réis; uma caixinha com 12 traques em loja de fogos de artifício custava 1.000 réis. Quinhentos réis parece mesmo ser preço bastante acessível” (GLEDSON; GRANJA, 2008, p. 127, nota 18). E 40 réis, então, mais acessível ainda.

¹⁹ Mesmo que a *Gazeta de Notícias* seja frequentemente considerada pioneira na abertura do discurso jornalístico às artes e, principalmente, à literatura, Ana Flávia Ramos considera que ainda são necessárias mais pesquisas para saber qual foi a real contribuição da *Gazeta* em relação a essa transformação do jornalismo; para a historiadora, é preciso avaliar em que medida a bibliografia não foi influenciada por discursos daqueles que participavam da confecção desse jornal (RAMOS, 2005, p. 6).

2016, p. 44). Ainda assim, sua produção era entrecruzada por tensões: a *Gazeta* precisava rebater acusações por ser voltada ao mercado, ao mesmo tempo em que debatia com o jornalismo conservador e escravista (BERGAMINI JUNIOR; TATIM, 2013, p. 39).

Um dos fundadores do jornal, Ferreira de Araújo, foi também o criador das “Balas de Estalo”. Ele pretendia que essa série de crônicas fosse engraçada, mas sem deixar de discutir temas importantes do momento, como a abolição e o regime monárquico. Além disso, esses temas deveriam ser discutidos por um grupo de narradores, com diferentes opiniões e formas de escrever seus textos (*Idem*, p. 9).

Machado de Assis, que passou a contribuir para a série três meses após o seu início, era o responsável por um de seus narradores, Lélío. Junto dele, apresentavam-se, “em animada competição, algumas das melhores penas do nosso jornalismo, na penúltima década do século passado” (MAGALHÃES JÚNIOR, [1958], p. 11). Além do próprio Ferreira de Araújo, que assinava com o pseudônimo Lulu Sênior, participaram da série Henrique Chaves (assinando como Zig-Zag e João Tesourinha), Demerval da Fonseca (Décio e Publicola), Capistrano de Abreu (Mercurio e Blick) e Valentim Magalhães (José do Egito)²⁰ (RAMOS, 2005, p. 10). Até o seu final, a série contou com 16 pseudônimos, alguns com autoria não identificada; além dos já mencionados, participaram dela também: Confúcio, Ly, João Bigode, Anastácio, Carolus, João Minhoca e Farina (RAMOS, 2005, p. 35).

Esses jornalistas e homens de letras se revezavam na produção dessa série coletiva, de tom humorístico, que, em seus quatro anos de publicação diária, contabilizou um conjunto de mais de 940 crônicas (RAMOS, 2016, p. 56). Durante esse período, nenhuma outra coluna da *Gazeta de Notícias* parece ter feito tanto sucesso quanto as “Balas de Estalo” (RAMOS, 2005, p. 11). Reforçando a existência de uma unidade para a série, esses narradores minimamente articulados em torno de um “programa” geral tinham o “ofício de comentar os mais variados assuntos do dia a dia e [...] tinham como mote central de seu trabalho fazer pilhéria com os fatos inusitados do cotidiano e da política imperial” (RAMOS, 2016, p. 24). As “Balas” eram produto de elaboração/interpretação de seus autores, mas frequentemente esses escritores falavam que os fatos comentados em suas crônicas eram o que chamamos hoje de piadas prontas, “apenas colhidas e guardadas nas crônicas, de onde estalam” (BERGAMINI JUNIOR; TATIM, 2013, p. 47).

A partir de uma “lente comum”, cada pseudônimo se tornava reconhecível por características discursivas específicas, que eram identificáveis pelos leitores. Além disso, havia

²⁰ Para informações biográficas desses cronistas, conferir RAMOS, 2016, pp. 95-96 (notas 54-58).

uma rede de autocomentários, um recurso bastante apreciado pelo público, nos quais, muitas vezes, os narradores simulavam brigas (*Idem*, p. 47). Nesse jogo, sem abandonar a relação com o humor, os diferentes “personagens-narradores” promoviam a discussão, instigavam o debate e ajudavam a montar um quadro com impressões distintas a respeito dos acontecimentos da época (RAMOS, 2005, pp. 104-105). O próprio título da série – “Balas de Estalo” – revela a ambiguidade entre artilharia e guloseima.

Para Heloísa Helena Paiva de Luca (1998, p. 22), ao criar a série, Ferreira de Araújo teria determinado que as balas seriam de “artilharia”, ou seja, os textos deveriam ser agressivos, com o intuito de despertar os leitores. Porém, essa postura combativa, ao receber respostas que “soaram incontinentes”, foi substituída por um tom mais ameno, voltado ao jocoso. Assim, as balas de artilharia (que ferem homens e instituições) teriam dado lugar aos confeitos (leves e engraçados). Ana Flávia Cernic Ramos, no entanto, acha arriscado defender essa mudança de tom e procura mostrar como, ao longo da publicação de toda a série, essa caracterização ambígua das balas foi mantida de forma tênue e variada, com seus sentidos alternando-se nas crônicas. (RAMOS, 2005, pp. 13-14). Além disso, a historiadora afirma que os narradores da série nem sempre faziam aquilo que diziam fazer: “muitas vezes ofereciam ‘pólvora’ disfarçada de ‘açúcar’” (*Idem*, p. 15). A série lia e interpretava o jornal para o leitor, fossem as crônicas “doces guloseimas”, “estalinhos de criança” ou “balas de artilharia” (RAMOS, 2005, p. 27). Assim, mantendo a convivência de diferentes opiniões, as crônicas de “Balas de Estalo” eram

textos curtos, bem-humorados, unindo “a força e a graça, a artilharia e os confeitos”, a fim de descobrir um “projétil” que participasse, a um tempo, “do amargo da guerra e da guerra aos amargos”, um projétil que ferisse, “mas docemente”, que estalasse, que batesse, mas que, “passado o estrago”, se dissolvesse em “doçuras no paladar da vítima” (RAMOS, 2016, pp. 58-59).²¹

Abordados dessa forma diversa e ambígua, os temas que apareceram na série eram “pequenos eventos ligados ao cotidiano político do Império [...], retórica parlamentar, disputas partidárias, atos administrativos, uso do dinheiro público, inquéritos, eleições, polícia, medicina, escravidão e religião” (RAMOS, 2016, p. 59).

Foi a esse “programa” mais geral que Machado de Assis, aos 44 anos e já reconhecido por *Memórias póstumas de Brás Cubas*, teve de se adaptar ao aceitar participar da série, que, como vimos, foi criada três meses antes de sua participação. Essa foi a sua primeira série na *Gazeta de Notícias* e foi uma das mais duradouras do escritor, rendendo um total de

²¹ Os trechos entre aspas nessa citação são referências da autora a uma das “Balas de Estalo”, assinada por José do Egito e publicada em 8 de maio de 1883.

126 textos (perdendo apenas para série “A semana”, com 248 crônicas) (*Idem*, p. 55). Enquanto participava dela, Machado vivia um período de muita produtividade:

Um balanço da produção de Machado de Assis no período das “Balas de Estalo” dá-nos um total de mais de cento e oitenta trabalhos, entre contos, crônicas, poesia, crítica etc. Deve ter sido um dos mais fecundos e brilhantes períodos de atividade do escritor, que atingira o ápice de sua carreira, pouco antes, com as “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, e nos dava, então, algumas de suas obras-primas no domínio da narrativa curta (MAGALHÃES JÚNIOR, [1958], p. 13).

Ao se inserir nas “Balas de Estalo”, Machado, com seu narrador, “precisava agregar e, ao mesmo tempo, diferenciar-se do restante do grupo para que o jogo ficcional da série fosse mantido” (RAMOS, 2016, p. 53). Lélío dos Anzóis Carapuça²², o primeiro narrador de crônicas depois da criação de Brás Cubas, foi o pseudônimo escolhido por Machado para sua participação na série, que começou em 2 de julho de 1883 e durou até 22 de março de 1886.

Como discutido na seção anterior, a questão dos pseudônimos cronísticos de Machado é complexa. No caso de “Balas de Estalo”, Atílio Bergamini Junior e Janaína Tatim defendem a elaboração literária dessas crônicas machadianas. Os pesquisadores afirmam que boa parte das crônicas de Lélío são construídas com “artifícios literários que tentam produzir distanciamento estético com relação ao conteúdo referencial (notícias, discussões políticas, acontecimentos da cena internacional)” (BERGAMINI JUNIOR; TATIM, 2013, p. 45). Machado teria elaborado suas crônicas – diferenciando-se nesse aspecto dos seus colegas da série – a partir da mistura de três elementos:

contingências históricas (acontecimentos de seu tempo), estetização (predominância narrativa com recursos literários, como cenas, personagens, diálogos, ancoragem de ponto de vista e distanciado) e, por fim, *topoi* “trans-históricos” (temas recorrentes da cultura ocidental, como a infalibilidade da morte e da passagem do tempo, a vaidade, a existência da verdade etc.) (*Idem*, p. 45).

Ana Flávia Cernic Ramos também defende que esse pseudônimo era fruto de elaboração literária de Machado. Ela reconhece que Lélío mudou ao longo da série, aproximando-se mais, talvez, das opiniões de Machado de Assis, demonstrando “desilusão”, sentimento de “retrocesso”, diante de uma guinada conservadora na política de emancipação, quando, em 1885, projetos mais ousados deram lugar à lei de libertação dos escravizados sexagenários. A pesquisadora também reconhece que a alteridade ideológica entre Machado e Lélío não era a mesma que existia, por exemplo, entre Machado e Brás ou Bento Santiago, porém, ela defende que a alteridade ideológica não é a única característica envolvida na construção de um narrador (RAMOS, 2016, pp. 388-389).

²² Na crônica de 17 de janeiro de 1885, em que escreve seu testamento, Lélío declara seu nome completo.

Além disso, a pesquisadora, que talvez seja a pessoa que até hoje mais se dedicou a compreender esse narrador, atentou-se aos variados sentidos e propósitos que a adoção de um pseudônimo pode adquirir. Ela reconhece que eles podem ser usados como uma brincadeira entre os autores, como uma maneira de preservar a identidade do escritor ou como uma personagem com características previamente elaboradas. No entanto, ela pontua que um aspecto comum entre os pseudônimos seria o fato de eles indicarem para os leitores algumas características da série, “e é por isso que devemos considerar o pseudônimo mais do que um simples ‘jogo ficcional’, interpretando-o como indicativo dos caminhos que serão trilhados em cada crônica e em cada série” (RAMOS, 2005, p. 34).

Em “Balas de Estalo”, para a historiadora, a assinatura “Lélio” até atendia à necessidade de Machado de se preservar enquanto funcionário público – já que, desde 1876, ele era chefe da seção da Secretaria da Agricultura. No entanto, esse não era o único motivo do uso do pseudônimo, inclusive, porque muitos contemporâneos de Machado sabiam que era ele quem escrevia aquelas crônicas (*Idem*, p. 48). Por exemplo, a pesquisadora cita um trecho de uma “Bala de Estalo” assinada por Décio na qual são identificados os autores escondidos por trás dos narradores: “Lélio é aquele literato chefe, poeta, dramaturgo e romancista, que depôs um dia a sua coroa de burocracia da agricultura e a sua filosofia brás cúbica para fazer em balas de estalo uma boa reclame (*sic*) à Camisaria Especial²³” (RAMOS, 2005, p. 38).

Para Ramos, esse narrador era fruto de elaboração literária, e a própria escolha do nome “Lélio” mobilizava referências clássicas da literatura humorística (RAMOS, 2016, p. 70). Em primeiro lugar, Lélio é um dos personagens fixos da *Commedia dell’Arte*, assim como Pantaleão, Colombina e Arlequim²⁴. Em cada companhia teatral, os personagens eram divididos em três conjuntos, com características arquetípicas de grupos sociais: os personagens com dinheiro, os empregados e os enamorados (*Idem*, p. 67). Lélio fazia parte desse terceiro tipo, os enamorados, que eram os únicos personagens da *Commedia* que não utilizavam máscaras e cuja participação, originalmente, servia apenas como pretexto para o início do jogo teatral (*Ibidem*).

²³ Décio faz referência a uma crônica de Lélio, publicada em 15 de julho de 1883, na qual o narrador – parodiando textos de Homero, em uma crônica dividida em cantos – apresenta o que chama de “epopeia burguesa”. Nela, Lélio ironiza um anúncio no qual o proprietário de uma camisaria enalteceu um cliente que voltou à loja para completar uma diferença de valor, após perceber que havia pagado menos do que deveria por uma mercadoria. Machado também ironizou o fato de o proprietário, nesse anúncio, ter aproveitado para passar o endereço exato do comércio. Dias depois, o dono da loja publicou uma carta reclamando do “poema” de Lélio. Após essa polêmica, o narrador de Machado ficou conhecido por fazer reclamações à camisaria e a outros comércios e produtos (RAMOS, 2005, p. 41).

²⁴ De forma simples, a *Commedia dell’Arte* é um gênero teatral que surgiu na Itália do século XVI e que passou a ser considerado a primeira manifestação de um teatro profissional. Realizados por trupes de artistas, com dez ou doze atores, os espetáculos populares eram compostos por danças, cantos, acrobacias e mágicas (RAMOS, 2016, p. 66).

Esses personagens eram jovens, ricos e ociosos, que expressavam seus sentimentos em monólogos e diálogos afetados (*Idem*, p. 68).

Em segundo lugar, Lélío é um dos personagens de Molière (1662-1673), dramaturgo e ator francês considerado o mestre da comédia satírica. Como tributo à *Commedia* italiana, Molière escreveu a peça *Sganarelle ou o corno imaginário*, na qual Lélío era um dos personagens e na qual apareceu pela primeira vez Sganarelle, personagem que se tornou um dos mais famosos do escritor francês, reaparecendo em obras posteriores (*Idem*, p. 69).

Mais tarde, o personagem Lélío volta a aparecer, mas com novos contornos psicológicos e literários. No século XVIII, a *Commedia* – que sobreviveu durante gerações por toda a Europa – passou por uma grande transformação. Inspirados pelo Iluminismo, os artistas substituíram a comédia de enredo pela comédia de caráter, com o objetivo de revelar os homens com suas nuances, sem máscaras sociais (*Ibidem*). Nesse contexto, Lélío deixa de ser um personagem responsável apenas pela condução da intriga amorosa e se transforma em um personagem principal, “mais complexo, filosófico, preocupado em discutir os princípios do amor e das relações humanas” (*Ibidem*). Nesse contexto, ele volta aos palcos franceses em peças do escritor francês Pierre de Marivaux (1688-1763), com um novo enfoque, mas ainda aparecendo como um jovem rico e ocioso, que tem como única preocupação amar e entender o amor (*Idem*, pp. 69-70).

Lélío foi ainda personagem do dramaturgo italiano Carlos Goldoni (1707-1793), que, em tributo a Molière, adaptou esse personagem às comédias de seu tempo e ampliou o repertório das questões filosóficas por ele abordadas. Lélío dos Humildes, na peça *Le Menteur*, será um jovem, rico, galanteador, mas também um mentiroso convicto, preocupado em discutir o princípio das coisas e em descobrir as razões e as consequências da mentira (*Idem*, p. 70).

Ana Flávia Cernic Ramos defende que o narrador criado por Machado de Assis compartilha algumas das características dessas várias “versões” de Lélío, além de se relacionar a acontecimentos políticos contemporâneos à entrada de Machado na série. Pouco antes do início da participação do literato nas “Balas de Estalo”, tinha repercutido na imprensa carioca o fato de que Lafayette Rodrigues Pereira, após assumir o cargo de chefe do Gabinete de Ministros, diante de uma pergunta polêmica, evasivamente afirmou que daria uma “resposta de Sganarelle”, dizendo “Podia ser que sim, podia ser que não” (*Idem*, p. 71), em referência ao famoso personagem de Molière. Ferreira Araújo fez críticas e chacotas, inclusive em suas crônicas das “Balas de Estalo”, ao que considerou um cinismo e um uso superficial e equivocado de Molière por parte do ministro Lafayette. E, ao que tudo indica, Machado – por esses motivos e compartilhando a piada do momento – escolheu Lélío como pseudônimo, um

dos personagens da peça *Sganarelle ou o corno imaginário*. Ana Flávia Ramos reconhece que essa escolha cifrada de Machado poderia não ser óbvia para a maioria do público leitor, mas considera que a brincadeira não passou despercebida pelos colegas literatos (*Idem*, p. 74).

Com essa escolha, Machado já revelava alguns dos eixos temáticos que permeariam muitas de suas balas, como “a teatralidade da política e a retórica por trás dos discursos oficiais, fossem políticos, científicos ou quaisquer outros” (*Idem*, p. 75). Ao mesmo tempo, essa escolha cifrada também indicaria que

apesar do esforço para se enquadrar na proposta geral da série e no contexto político no qual ela se inseria, haveria também um esforço, por parte do autor, de criar outros significados para sua participação, mais individualizados, diferenciando-se, em parte, do formato coletivo de “Balas” (*Ibidem*).

Mesmo comentando pequenos absurdos do cotidiano, Lélío parecia buscar suas pérolas um pouco mais a fundo. Ele ia atrás “dos princípios das coisas, das contradições e dos absurdos mais estruturais dos acontecimentos, que nem sempre ficavam tão óbvios aos leitores ou mesmo eram discutidos pelos outros cronistas” (*Ibidem*). Em sua crônica de 26 de janeiro de 1885, por exemplo, Lélío se defendeu da acusação, feita por um amigo, de que ele ria de tudo. O narrador de Machado falou que há pessoas que não se lembram de raspar o que há dentro da “casca do riso”, para encontrar o que está por trás da piada. Além disso, afirmou que, para ele, as ideias eram como nozes e que, para saber o que estava dentro delas, seria preciso quebrá-las (*Ibidem*). Para Ana Flávia Cernic Ramos, não foi sem motivos que Lélío passou a ser citado pelos outros baleiros como o filósofo do grupo (*Idem*, p. 76).

Tratando das “Notas Semanais”, última série de Machado antes das “Balas de Estalo”, John Gledson e Lúcia Granja (2008, p. 35) afirmam que o método de Machado consistia em levar as questões abordadas a graus paradoxais, conduzindo-as ao absurdo total. As “mentiras” que ele contava em suas crônicas funcionariam, portanto, “como meios para ressaltar verdades, levando-as a extremos absurdos – como se dissesse: ‘Ah, sim, essa é boa, suponho que tal e tal tenha acontecido também...’” (*Idem*, p. 71).

Ana Flávia Ramos considera que Machado, em “Balas de Estalo” teria adotado estratégia semelhante ao criar um narrador – mentiroso convicto, atrapalhado, confuso e estouvado – que, em muitas crônicas, é colocado de modo perplexo “diante dos acontecimentos, tentando explicá-los de formas inusitadas, com o fim claro de colocar uma ironia sobre o assunto para o leitor, até que esse percebesse o absurdo e ‘participasse’ da discussão” (*Idem*, p. 82). A historiadora, porém, acredita que a colaboração de Machado em “Balas de Estalo” sugeriria que essa estratégia não era apenas uma forma de mostrar a inadequação da realidade

brasileira a modelos europeus, e chama a atenção para um ponto que o escritor parecia considerar como a verdadeira impostura: “a defesa de que essas ‘novas ideias’ científicas eram objetivas e imparciais, ao invés do reconhecimento de que, como qualquer outro discurso, criavam as suas próprias ‘invenções espirituosas’, com o intuito de atender a interesses específicos e particulares” (*Idem*, p. 136).

Assim, Machado irá realizar um esforço, ao longo de suas “Balas”, com o objetivo de chamar a atenção do leitor para o narrador de seus textos, a fim de mostrar que “quem fala constrói uma perspectiva particular dos acontecimentos e que não havia a possibilidade de retratar objetivamente, imparcialmente, a realidade” (*Idem*, p. 52). Antes de passarmos para as três crônicas selecionadas, que dialogam diretamente com essa questão, vejamos um pouco do contexto em que Machado escrevia esses textos, na medida em que esse aspecto nos ajuda a compreender essa postura adotada pelo autor.

2.3 O frágil peso da objetividade

Verdades eternas pedem horas eternas.
(Machado de Assis, Esaú e Jacó)

O historiador britânico Eric Hobsbawm afirma que, em termos de conhecimento e de capacidade de transformação da natureza, a mudança era tão patente em meados do século XIX que a história parecia sinônimo de progresso, marcado por um aperfeiçoamento contínuo:

parecia difícil acreditar que, há pouco mais de três séculos, europeus inteligentes tivessem considerado a agricultura, as técnicas militares e até a medicina da Roma antiga como modelo para suas próprias; que há escassos dois séculos pudesse ter havido um debate sério sobre se os modernos algum dia poderiam superar as realizações dos antigos (HOBBSAWM, 2013, pp. 48-49).

Para o historiador, outra ideia que penetrou na ideologia do período quase tão profundamente quanto a de “progresso” foi a de que a humanidade era dividida em “raças”. Especialmente aqueles que se sentiam destinados à superioridade apelavam à biologia para explicar a desigualdade, e, mesmo nos países “desenvolvidos”, a humanidade era dividida entre as cepas enérgicas e talentosas da classe média e a cepa com deficiências genéticas das massas indolentes, condenadas à inferioridade (*Idem*, p. 56).

A partir dos anos 1870, diversos setores da atividade intelectual teriam sido atingidos por uma crise, ao se defrontarem com imprevistos, com inesperados, com resultados muitas vezes incompreensíveis ou até com contradições geradas pelo próprio progresso. Nietzsche seria um exemplo daqueles que expressavam tal crise de expectativas (*Idem*, pp. 394-

395). Hobsbawm considera, porém, que essa sensação – ainda que não deva ter seu impacto subestimado – era um fenômeno estritamente minoritário (*Idem*, p. 397) e,

para a grande maioria das pessoas instruídas, sobretudo os recentemente educados, as antigas verdades intelectuais não estavam em questão. Ao contrário, eram triunfantemente reafirmadas por homens e mulheres para quem o “progresso” estava longe de ter exaurido suas promessas (*Idem*, p. 402)

No Brasil dessa época, a confiança no “progresso” também parecia ser triunfante. A década de 1870, inclusive, é “entendida como um marco para a história das ideias no Brasil, uma vez que representa o momento de entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental” (SCHWARCZ, 1993, p. 19). As teorias raciais, que haviam sido modelos de sucesso na Europa de meados dos oitocentos, chegam tardiamente ao Brasil e recebem uma acolhida entusiasta, principalmente nos diversos estabelecimentos de ensino e pesquisa (*Idem*, p. 19). Essas teorias não só ajudariam a explicar o atraso ou até uma possível inviabilidade dessa nação mestiça (*Idem*, p. 18), mas também – em um contexto marcado pelo enfraquecimento da escravidão e pela realização de um novo projeto político – elas se apresentavam “enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava” (*Idem*, p. 24).

Lilia Moritz Schwarcz, no entanto, pontua que o que era valorizado nesse momento não era tanto o avanço científico, compreendido como incentivo a pesquisas originais, mas sim certa ética científica, certa “cientificidade difusa” e indiscriminada, tanto que eram consumidos mais manuais e livros de divulgação científica do que relatórios originais: “a ciência penetra primeiro como ‘moda’ e só muito tempo depois como prática e produção” (*Idem*, p. 41).

Essa moda cientificista, para a historiadora e antropóloga, “entra no país por meio da literatura e não da ciência mais diretamente” (*Idem*, p. 43). Os romances naturalistas da época teriam feito grande utilização e divulgação dos modelos científicos deterministas, e autores desse movimento tomariam cada vez mais o pensamento científico com o intuito de garantir uma suposta “objetividade literária” (*Ibidem*). É nesse contexto em que se inicia uma disputa velada entre “profissionais de sciencia” e “homens de letras”. Os primeiros – definindo-se como intelectuais que lutavam pelo progresso científico da nação – começam a questionar e caricaturizar o papel dos segundos, acusando-os de serem alheios às questões políticas e sociais mais imediatas do país (*Idem*, p. 50).

Representativa desse embate é a polêmica entre Machado de Assis e Silvio Romero, “alguém que procurou de forma quase doentia orientar sua vida tal qual um ‘homem de sciencia’” (*Idem*, p. 201). Romero integrava a chamada Geração de 1870, que foi criticada por

seu didatismo e pela utilização superficial de teorias científicas no artigo “A nova geração”, que Machado publicou em 1879.²⁵ A resposta de Romero foi a de que o Bruxo do Cosme Velho “além de um mero ‘homem de letras’, não seria suficientemente brasileiro, antes, um homem acima da média, mas o representante de uma sub-raça cruzada, estéril e com problemas na fala, que se transferiram para sua escrita e atropelaram seu estilo” (MISKOLCI, 2006, p. 357). Machado foi ainda criticado por seu pessimismo, que não exprimiria o caráter brasileiro; pessimismo esse que repousava na “não adesão do escritor ao Naturalismo e [em] seu aparente desdém pela ciência da época” (*Idem*, p. 358) e foi acusado de não ter uma educação científica indispensável para aqueles que querem se ocupar de certas questões (RAMOS, 2016, p. 111).

Com relação a esses comentários de Romero, Richard Miskolci considera que eles já se desqualificam por avaliar o valor artísticos da obra de Machado com base em fatores externos a ela, além de revelarem um racismo implícito, “um elitismo mal encoberto por um verniz cientificista” (MISKOLCI, 2006, p. 357). O sociólogo considera, ainda, que Machado era “um observador mais acurado da sociedade brasileira do que imaginavam seus adversários, e foi justamente por isso que não se deixou encantar pelas teorias evolucionistas e liberais, abraçadas com ardor por nossos homens de ciência” (*Idem*, pp. 364-365). Machado teria sido mais radical que a Geração de 1870, por “colocar em xeque aspectos que nossos homens de ciência deixaram intocados: o culto da ciência como panaceia e a hierarquia patriarcal e racial que estruturava a sociedade brasileira” (*Idem*, p. 366).

Outra polêmica na qual Machado também se envolveu nessa época diz respeito às críticas que o escritor fez ao romance *O primo Basílio*, de Eça de Queirós, publicado em 1878. Inspirado em obras de franceses como Gustave Flaubert ou Émile Zola, esse romance levantava novamente questões sobre o papel social da literatura e o papel do romance na educação da classe burguesa (RAMOS, 2016, p. 118). Machado, sob o pseudônimo de Eleazar, publicou um artigo no qual questionou o papel da literatura: seria o de fotografar minuciosamente a realidade? O que essas cópias poderiam dizer sobre a sociedade? Como esse movimento contribuiria para um aperfeiçoamento estético e poético da literatura e da sociedade? O escritor falou ainda que o romance apenas retratava um incidente erótico vulgar, em que as personagens eram condicionadas pelo meio e não tinham sentimentos ou motivações próprias (*Idem*, p. 120).

²⁵ Vale comentar que entre dezembro de 1878 e março de 1879, Machado interrompeu suas atividades literárias. Doente e ameaçado pela cegueira, o escritor passou pelo que se costuma chamar de um momento de “crise”. Quando ele retornou aos jornais, publicou “A nova geração”, mostrando que muitos dos questionamentos que o levaram a um confronto com a obra de Eça de Queirós ainda estavam em sua mente (RAMOS, 2016, p. 130).

Com essas polêmicas, é possível perceber o desagrado de Machado de Assis com a associação da literatura a uma ciência que se afirmava como isenta e objetiva.²⁶ Essa insatisfação tinha motivos tanto estéticos quanto políticos: “se Machado estava preocupado com os rumos que a forma literária iria tomar a partir do naturalismo, também parece claro que ele estava preocupado com o discurso cientificista que se tornava explicação para tudo, até mesmo para a arte” (*Idem*, p. 137). Esse desagrado de Machado, tanto em relação ao Realismo e ao Naturalismo quanto a algumas das teorias defendidas na época, pode também ter “razões que eram em parte pessoais, embora isso não diminua sua validade e importância: mulato e epilético, ele sem dúvida considerava repulsivas algumas das teorias sobre miscigenação e doenças hereditárias” (GLEDSON, 2006, pp. 318-319).

Mostrando-se, então, como “uma voz dissonante num coro que elegia a ciência como musa” (SILVA, 2007, p. 149), Machado de Assis tratou – criticamente – dessa ciência em muitos de seus textos claramente literários, tanto romances²⁷ quanto contos.

Em relação aos romances, o cenário dessas polêmicas antecede ligeiramente uma “mudança de rumo” na obra do escritor, a partir de 1880. A transição entre *Iaiá Garcia*, de 1878, e *Memórias Póstumas*, de 1880, – que antes parecia inexplicável e era vista como resultado de um rompimento brusco com os primeiros romances – hoje é vista pela crítica como decorrência de um paciente e lento processo de amadurecimento literário. O livro narrado por Brás Cubas representaria um momento importante, em que Machado retomou debates nos quais se envolveu na década de 1870 e articulou uma resposta sofisticada para os impasses sociais e estéticos colocados na conjuntura brasileira da época. Para Ana Flávia Ramos, “as discussões sobre o naturalismo e a noção de verdade embutida na prática científica provavelmente fizeram parte desse processo de ‘amadurecimento’ da obra de Machado de Assis” (RAMOS, 2016, p. 131).

Quanto aos contos, “O Alienista” talvez seja aquele mais lembrado. Roberto Gomes (1993), por exemplo, faz uma leitura do conto, mostrando como nele é questionado o poder da ciência; poder esse que a retórica científica procurava mascarar e que se apresentava como

²⁶ Vale pontuar que o desagrado de Machado se estendia também ao modelo romântico: “os modelos que Machado tinha disponíveis – resumindo, o romântico e o naturalista – eram simplesmente insatisfatórios e envolviam distorções simplórias de realidade. Ele tinha escrito quatro romances e muitos contos de acordo com a estética romântica e tinha chegado ao limite nos dois gêneros. O Naturalismo, por seu turno, a que ele se refere como Realismo, era colado demais a sistemas de pensamento que não o convenciam para ser adotado como uma solução” (GLEDSON; GRANJA, 2008, p. 77).

²⁷ Vários são os estudos sobre esse assunto. Em relação aos romances, para mencionar dois exemplos, temos a pesquisa de Katia Muricy, *A razão cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo* (1988), que, focando na questão do casamento e da organização da família, passa por vários romances de Machado. Em “Para que servem os narizes? Paternalismo, darwinismo social e ciência racial em Machado de Assis”, Sidney Chalhoub (2003) analisou como essa questão aparece em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

rigorosamente objetivo e com pretensões universais (GOMES, 1993, p. 153). Outros contos, porém, como “Conto alexandrino”, “A causa secreta” e “Verba testamentária” também já foram analisados sob uma perspectiva da ciência enquanto uma forma de violência (SILVA, 2007).

Ainda em relação aos contos que abordam o discurso científico, buscando compreender alguns deles como parte de um todo, Daniela Magalhães da Silveira se dedicou a estudar duas coletâneas organizadas pelo escritor: *Papéis Avulsos* (publicada em 1882) e *Histórias sem data* (publicada em 1884). Para a pesquisadora, essas duas coletâneas – nas quais Machado reuniu contos anteriormente publicados em periódicos,²⁸ fazendo algumas mudanças para o novo formato – apresentam vários pontos em comum, sendo o principal deles temático. Boa parte dos contos dessas duas coletâneas abordariam, a partir de ângulos diferentes, as dificuldades enfrentadas por Machado e seus contemporâneos, devido à assimilação e à divulgação de algumas questões relacionadas ao cientificismo (SILVEIRA, 2010, p. 193).²⁹ Porém, se, em *Papéis Avulsos*, o foco era mostrar “como o discurso científico tinha a intenção de fazer calar outras vozes [que não a dos portadores do conhecimento científico]” (*Idem*, p. 194), em *Histórias sem data*, a reflexão do literato centrou-se nas “possibilidades de reação encontradas por muitos daqueles e daquelas que poderiam ter suas vozes caladas” (*Idem*, p. 231), como uma reação ao alargamento do cientificismo “no controle do lar e na definição do papel feminino para a construção da nação” (*Idem*, p. 33).

E também é nesse contexto e imerso nessas discussões que Machado escreve suas crônicas para a série “Balas de Estalo”. Agora, talvez fiquem mais nítidos os motivos da escolha do narrador Lélío e das estratégias adotadas por Machado em suas crônicas dessa série coletiva. A partir de 1880, a fantasia – em vez da descrição verossímil e colada ao real – vai ganhar cada vez mais destaque, “provavelmente com o intuito de provocar aqueles que acreditavam que somente as estéticas realistas e naturalistas cumpririam a ‘função social’ dos homens de letras” (*Idem*, p. 130). Nas “Balas”, o escritor dá sequência a esse projeto e, “sob a exigência [típica do gênero cronístico] de falar do real, de comentar os fatos do cotidiano, escolherá um

²⁸ A maioria dos contos dessas coletâneas foram originalmente publicados ou na já conhecida *Gazeta de Notícias* ou no periódico *A Estação*, uma revista de moda e literatura que fazia parte de uma empresa alemã com filiais em vários países (SILVEIRA, 2010, p. 67). No “Anexo 2 – Contos publicados por Machado de Assis entre 1883-1884”, há uma lista, adaptada de Daniela Magalhães da Silveira (2010), dos contos que Machado publicou durante o período de publicação das crônicas selecionadas para anotação nesta monografia.

²⁹ A pesquisadora afirma que, embora provavelmente Machado se sentisse “receoso com relação à recepção de algumas ideias científicas ainda no seu século, tanto quando se tratava de classificar pessoas em escalas de desenvolvimento quanto sobre o encaminhamento da própria literatura produzida à época” (SILVEIRA, 2010, p. 278), é preciso ficar claro que Machado não simplesmente criticava todo e qualquer posicionamento científico: “nosso autor parecia mais empenhado em mostrar a arbitrariedade de certos tipos de discursos científicos do que em duvidar de qualquer ciência” (*Idem*, p. 90). Inclusive, Machado possuía em sua biblioteca boa parte dos autores citados por muitos literatos, principalmente os da geração de 1870 (*Idem*, p. 155).

mentiroso, um inventor de dissimulações, como seu narrador” (*Ibidem*). Lélío evidencia um olhar perplexo e atordoado diante das transformações que vivenciava naquele momento, e o método utilizado para estalar suas balas seria “perscrutar os acontecimentos, analisar os discursos político, científico e literário, descobrir quais eram as fronteiras entre a verdade e a mentira, entre a retórica e a realidade” (*Idem*, p. 79). Assim, o argumento sugerido em várias crônicas dessa série é que “o exagero, o absurdo e a ‘mentira’ permeariam todos os âmbitos sociais” (*Idem*, p. 137), ou seja, a ficção “não seria um privilégio da arte, ela não representaria apenas a forma que a arte havia encontrado para descrever e entender o real, mas seria parte intrínseca da realidade” (*Ibidem*).

Dialogando com um contexto em que determinada literatura se dizia mais engajada e melhor por se associar à ciência, Machado criou um narrador inventor de “dissimulações” (*Idem*, p. 140). Com esse narrador, mais uma vez, o escritor enfatizava “o perigo da adesão irrestrita a qualquer teoria científica ou literária” (*Idem*, p. 188). Para Ana Flávia Cernic Ramos, Machado não considerava – em uma epifania “pós-modernista” – que a realidade não existia, que existiam apenas discursos sobre o real: “o que Machado parecia combater era a fragilidade das falas unânimes e totalizantes da ciência no século XIX” (*Idem*, p. 138). Machado enfrentaria uma batalha específica contra o dogmatismo ou o messianismo da intelectualidade brasileira em relação às teorias científicas que se difundiam no país (*Idem*, p. 196) e ressaltaria que “todo conhecimento e todo enunciado eram construídos em meio a disputas e tensões, que sempre continham lacunas e os seus propósitos” (*Idem*, p. 138). Desse modo, quando levava os argumentos dessas teorias ao extremo, Lélío demonstraria “como as doutrinas científicas tinham significados muito maiores que simplesmente compreender os fenômenos naturais que regiam o mundo” (*Idem*, p. 196).

Em seus questionamentos à pretensão de uma objetividade, de uma neutralidade e ancorando-se no exagero ou no absurdo, Lélío, ao longo de “Balas de Estalo”, consultou um padre defunto e tirou dúvidas científicas com o espírito de Newton, conversou com seu carneiro acionista e com os vermes do cemitério e até passeou pelo Rio de Janeiro com um grego do século VII a.C. (*Idem*, p. 168). Rindo das certezas do cientificismo e do culto ao progresso, um dos caminhos pelo qual Machado passou tanto em sua obra mais explicitamente ficcional quanto nas crônicas foi o das inovações da medicina de sua época; passagem inevitável, já que a medicina foi, no Brasil, um importante veículo da modernização (MURICY, 1988, p. 14).

A medicina popular foi um tema recorrente em crônicas machadianas (não apenas em “Balas de Estalo”). Comentando uma crônica da série “Bons dias!”, por exemplo, Gledson fala sobre o verdadeiro interesse de Machado pelo assunto, sobre o qual “como sempre, mostra

o mesmo ceticismo em relação a todas as escolas. Como José Dias [personagem de *Dom Casmurro*] diz no seu leito de morte, ‘em todas as escolas se morre’” (GLEDSON, 2008, p. 56). Nesse sentido, o escritor, paradoxalmente, mostra-se mais favorável aos direitos da medicina popular e contrário às condenações que ela recebia pela medicina científica. Para Gledson, Machado

é mais relativista, mais histórico até no seu ponto de vista, e menos crítico da medicina popular, quer na forma de curandeiros, quer na de certas drogas populares (o xarope de Cambará, o xarope do Bosque etc.), do que os próprios jornais que tendem a refletir uma crença mais “moderna”, e a seu modo convencional, do progresso científico (*Ibidem*).

As crônicas relacionadas à medicina, como já afirmado, foram as escolhidas enquanto objeto desta monografia. Vejamos, então, brevemente que medicina era essa.

2.4 Breve anamnese da medicina no fim do século XIX

A etimologia de medicina é, como acontece com outras palavras, uma lenda.

Conta-se que, no tempo do rei Numa, o corpo médico era composto unicamente de coveiros, regidos por um coveiro-mor, chamado Cinna, avô, dizem, da tragédia de Corneille.

Adoecia um romano (eterno romano!), iam os coveiros a casa do doente medir-lhe o corpo para abrir a sepultura.

– Mediste, Caio? Perguntava o chefe.

– Medi, Cina – respondia o coveiro oficial

(Machado de Assis)³⁰

A década de 1870, como vimos, foi um marco no panorama intelectual brasileiro. Paralelamente à entrada de novos modelos científicos no país, diferentes centros de pesquisa e ensino tomaram impulso. Para Lilia Schwarcz, esses centros adaptaram, de forma original, os novos modelos, atualizando o que combinava e descartando o que era problemático para a construção de um argumento racial no Brasil, um país naquela altura já bastante miscigenado (SCHWARCZ, 1993, p. 28). Além dos museus etnográficos, das faculdades de direito e dos institutos históricos e geográficos, as faculdades de medicina também se beneficiaram com a entrada desses modelos.

³⁰ Trecho de uma crônica publicada originalmente em 3 de novembro de 1872, na *Semana ilustrada*. Texto-fonte: *Obra Completa*, Machado de Assis, Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1938.

Elas, nesse contexto da década de 1870, passaram por um momento de guinada no seu perfil e nas suas produções científicas (*Idem*, p. 259). Lembremos que as primeiras escolas médico-cirúrgicas brasileiras são de 1808, época em que a família real veio para o Brasil; antes disso, era proibida a fundação de instituições de ensino superior na colônia. Em 1789, por exemplo, há uma queixa à Metrópole de que havia apenas 4 médicos no país (*Idem*, p. 252). Nesse cenário, a maioria dos atendimentos era feita por “curandeiros, parteiras, boticários, dentistas e sangradores que abundavam em vista da carência absoluta de médicos e cirurgiões” (*Ibidem*). Havia ainda alguns poucos “práticos” e “proto-médicos”, que “não passavam, por sua vez, de simples iniciantes, geralmente mestiços, analfabetos e cuja atuação não levava a qualquer posição de maior prestígio social” (*Ibidem*).

Antes de 1870, mesmo que com alguns avanços, as faculdades de medicina eram marcadas pela benevolência nos exames, pela pouca capacitação dos mestres, pela falta de verbas e pelo desrespeito por parte dos alunos³¹. A partir desse momento, novos cursos foram organizados, publicações foram criadas e grupos de interesses começaram a se aglutinar (*Idem*, p. 259). Lilia Schwarcz ressalta que, além da entrada dos novos modelos científicos no país, o contexto em que isso ocorreu também foi relevante:

as recentes epidemias de cólera, febre amarela, varíola, entre tantas outras, chamavam a atenção para a “missão higienista” que se reservava aos médicos. Além disso, com a Guerra do Paraguai, afluíam em massa doentes e aleijados que demandavam a atuação imediata de um corpo de cirurgiões. Juntamente com o crescimento desordenado das cidades, aumentavam a criminalidade e os casos de alienação e embriaguez. Por fim, crescia a apreensão médica frente ao fenômeno das doenças consideradas endêmicas entre certas populações de imigrantes (*Ibidem*).

Apesar desse impulso na década de 1870, a constituição da medicina científica no Brasil é fruto de um conflituoso processo, que envolvia diversas práticas de cura e diversos sujeitos, que travavam disputas em torno das concepções sobre saúde e doença (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2003, p. 11).

Gabriela dos Reis Sampaio nos lembra de que, no Rio de Janeiro do final do século XIX, assim como em todo o país, “as mais variadas práticas de cura conviviam lado a lado com a medicina oficial do Império, aquela que se julgava a medicina científica” (SAMPAIO, 2001, p. 21). Embora, a essa altura, práticas não oficiais de cura fossem consideradas ilegais e fossem arduamente combatidas por grupos de médicos e por setores da imprensa, elas estavam

³¹ À proporção que a profissão se valorizava, o perfil socioeconômico dos alunos tendia a mudar: as escolas de medicina passavam a ser frequentadas por uma clientela mais privilegiada em termos econômicos, a qual normalmente guardava pouco respeito aos mestres da faculdade, oriundos basicamente de estratos mais humildes da população e, em sua maioria, pardos e mestiços (SCHWARCZ, 1993, p. 258).

presentes “com bastante força no cotidiano dos mais variados cidadãos do Império” (*Idem*, p. 22). Utilizando métodos e tratamentos diferentes daqueles usados por médicos tradicionais, os curandeiros e outros agentes não oficiais de cura conquistaram muitos pacientes e acabaram se tornando “alvos de uma verdadeira ‘cruzada anticharlatanismo’, isto é, uma perseguição generalizada a todos os que exercessem alguma arte de cura e não fossem formados ou autorizados pelas faculdades de medicina do Império” (*Idem*, p. 24). Essa perseguição, embora tenha se acentuado nas últimas décadas do século XIX, era bem antiga:

no decorrer de todo o Império, um grupo de médicos lutou para conseguir maior prestígio junto das autoridades brasileiras, tentando estruturar e fortalecer sua medicina, visando torná-la a única forma legítima de exercício da arte de curar. Para isso, era preciso realizar reformas e melhorias no interior da própria medicina. Mas também era fundamental que criticassem e combatessem as práticas de curas diferentes da sua – algumas muito antigas, bastante arraigadas no cotidiano de diferentes grupos sociais, representavam uma séria concorrência aos médicos científicos, bem mais recentes no país. Dessa maneira, quando começaram a se formar os primeiros grupos de médicos nacionais, ainda na primeira metade do século XIX, começaram também as intenções de eliminar a vasta concorrência (*Ibidem*).

A consolidação dos representantes da medicina como influentes e poderosos diante da sociedade foi um processo lento e conflituoso, e as práticas ilegais de medicina representavam uma séria dificuldade para esses doutores. Como vimos, até o início do século XIX, praticamente inexistiam no Brasil médicos formados em faculdades. Assim, os curandeiros, os barbeiros sangradores, os benzedeiros e outros práticos eram os agentes de cura existentes, e eles permaneceram bastante procurados ao longo de todo o período imperial (*Idem*, pp. 24-25).

Nesse contexto, o combate ao “charlatanismo” foi intenso e frequentemente recebeu grande apoio da imprensa. Essa categoria, “charlatanismo”, era abrangente e os intelectuais médicos a usavam para qualificar “toda e qualquer medicina diferente da sua, desde curandeiros, espíritas e boticários até homeopatas e médicos estrangeiros cujos diplomas não tinham sido convalidados pelas faculdades de medicina do país” (*Idem*, p. 25).

Gabriela Sampaio, todavia, afirma que não se pode esquecer o espaço que os jornais abriam para criticar as perseguições sofridas por curandeiros e por outros agentes, sem contar que existiam momentos em que os “senhores médicos” eram duramente criticados (*Idem*, p. 26). Nos jornais, havia denúncias de imperícias e de absurdos por eles cometidos, sendo a classe médica às vezes até ironizada (*Idem*, pp. 27-28). Além disso, os jornais também davam espaço para discussões entre membros da própria classe. Em alguns embates entre esses profissionais, podemos perceber, nas palavras dos próprios médicos, o reconhecimento de que eles cometiam muitos erros e imprecisões (*Idem*, p. 33). Os honorários médicos também eram motivo de

discussão; os colegas oponentes eram chamados de ladrões e exploradores, revelando que provavelmente os preços das consultas eram abusivos (*Idem*, p. 33).

Dessa forma, quando atacavam seus adversários, esses médicos mostravam para os leitores um outro lado da medicina científica: “as falhas e os absurdos que os doutores tanto recriminavam quando se referiam aos praticantes de outras atividades de cura, os chamados ‘charlatães’, eram também cometidos, e muito, por eles mesmos” (*Ibidem*).³² O que também ficava explícito para quem acompanhasse aqueles debates nos periódicos era o fato de que não havia consenso entre aqueles médicos quanto aos diversos procedimentos utilizados. Com essas discussões, os próprios médicos acabavam indicando aos pacientes que era um risco entregar-se aos cuidados desses profissionais (*Ibidem*). Assim, a imagem dos médicos ia se desgastando; ao menos “era o que indicava a seção de piadas do jornal, da qual os médicos e suas atrocidades eram alvos permanentes” (*Idem*, p. 35). Sobre essas rixas, não interessa buscar quem estava mais ou menos certo. O que vale destacar é que elas desnudam as rivalidades no interior da própria classe médica e o fato de que “por mais que muitos médicos influentes, dentro e fora da corporação, tentassem frisar a superioridade de sua atividade, eles estavam longe de obter a legitimidade que almejavam em diversos setores sociais” (*Idem*, p. 38).

Mesmo que houvesse divergências entre os membros da classe médica, bem como insatisfação e desconfiança da população em relação a esses profissionais, muitos deles vinham buscando conquistar seu lugar de destaque na sociedade e se sentiam responsáveis “por uma grandiosa tarefa, uma verdadeira missão – a de conduzir o país ao progresso científico, rumo à ‘modernidade’ e à ‘civilização’” (*Idem*, p. 41). Nesse contexto – principalmente no Rio de Janeiro, conhecido como uma das cidades mais insalubres do mundo, marcado pela visita de inúmeras moléstias (*Idem*, p. 39) e apelidado de “túmulo dos estrangeiros” (*Idem*, p. 42) –, os pressupostos da higiene foram entendidos como uma ideologia:

as autoridades acreditavam que, ao adotar uma série de medidas científicas, orientadas por especialistas – os médicos higienistas –, poderiam não apenas combater epidemias, mas sanar problemas e conflitos sociais mais amplos. Amparados pela técnica, estariam acima dos interesses particulares dos indivíduos, conduzindo o país ao sonhado progresso. Ao se legitimar pela ciência médica, acreditando haver uma forma neutra de gestão da política, autoridades assumiram posturas autoritárias e muitas vezes violentas para lidar com problemas da cidade e com as diferenças sociais presentes. (*Idem*, p. 41).

³² Porém, vale lembrar que, se nos jornais, todos os dias se liam notícias sobre erros – cometidos por médicos diplomados ou por curandeiros – no tratamento de pessoas doentes e de mortes causadas por esses erros, apenas os representantes da classe médica contavam com uma rede de proteção para agir, tendo quase uma permissão legal para errar (SAMPAIO, 2001, p. 92).

Assim, os governantes conduziram uma série de reformas urbanas, e os médicos higienistas, nesse cenário em que a urbanização foi encarada como um problema de saúde pública, desempenharam um papel de destaque, passando por um inegável aumento de influência e de poder (*Idem*, p. 42). Gabriela Sampaio, no entanto, pondera que não se deve radicalizar a tese de que o poder político dos médicos constituísse a medicina social – aquela preocupada não apenas com o indivíduo doente, mas com todas as instâncias da vida social – desde o seu surgimento³³. A historiadora, sem negar a dimensão política do saber médico ou a sua influência em transformações da sociedade brasileira da época, considera importante relativizar uma ligação óbvia entre médicos e autoridades, na qual a medicina aparece como uma instituição homogênea e como um “instrumento do Estado” (*Idem*, p. 46). Dessa forma,

o fato de a “medicalização da sociedade” estar sendo imposta pelos médicos higienistas não significava, em hipótese alguma, que toda a sociedade estivesse aceitando facilmente aquelas regras. Ao contrário, costumes e hábitos relacionados a doença e cura de diferentes grupos sociais vinham sendo mantidos; os médicos, ainda que com mais poder junto aos órgãos públicos, não tinham conseguido suprimir práticas “bárbaras” como o curandeirismo, ou outros “embustes” do “vulgo” (*Idem*, p. 60).

Nesse contexto, podemos compreender que os protestos exaltados de médicos³⁴ contra o “charlatanismo” e a “velhacaria” de tudo que divergisse da sua ciência não decorriam apenas do fato de que eles passavam anos e anos estudando e aprendendo que a ciência era o único critério de verdade possível. Como as formas alternativas de cura pareciam ser mais procuradas por diversos setores da população, caso elas não fossem combatidas, poderiam atrapalhar o sustento dos médicos oficiais (*Idem*, pp. 51-52). Isso reforça a ideia de que “a tão apregoada supremacia da ciência estava ainda longe de se constituir de fato” (*Idem*, p. 52).

Até finais do século XIX – uma época em que os “médicos ditos científicos” prescreviam, basicamente, medidas como sangrias e purgantes para o combate dos males e epidemias que afligiam a população” (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2003, p. 11) –, não era incomum encontrar nos jornais cartas de agradecimento aos doutores (possivelmente, eles mesmos mandavam publicar essas cartas, para melhorar sua imagem), as quais acabavam transmitindo a impressão de que não era comum procurar um médico quando se estava doente:

³³ Seria apenas nos primeiros anos da República que a autoridade dos higienistas atingiria uma maior consolidação: “quando a medicina científica caminhou em suas pesquisas e começou a obter sucesso na cura de diversas doenças e epidemias e, também, quando as políticas repressivas dos higienistas passaram a ser implantadas com maior sucesso, contando com o apoio de diversas autoridades” (SAMPAIO, 2001, p. 138).

³⁴ Cabe ponderar que, em meados do século XIX, não havia consenso dentro da comunidade médica nem mesmo em relação ao combate ao charlatanismo. Gabriela Sampaio afirma que provavelmente não era unânime entre os médicos a opinião de que tudo que fosse diferente da ciência representasse uma “pura charlatanice” que deveria ser destruída (SAMPAIO, 2001, p. 57).

“ao contrário, parecia que se render a esses especialistas era mesmo o último recurso, a derradeira tentativa de quem não tinha mais nada a perder” (SAMPAIO, 2001, p. 68). Aliás, no século XIX, havia um consenso em relação ao pavor dos hospitais, que eram considerados “depósitos de doentes”, sendo que, até em relatos médicos, é possível encontrar descrições sobre a precariedade dos hospitais (*Idem*, p. 90).

Além dessas cartas de agradecimento, também eram comuns nas páginas dos jornais dessa época anúncios de remédios contra as mais diferentes enfermidades:

os mais variados elixires, xaropes, pós, licores, específicos, pomadas, pílulas, óleos e outras tantas misturas eram anunciadas havia anos. Sua permanência ao longo de toda a segunda metade do século XIX mostra sua larga utilização por diversas pessoas, que consumiam muitos produtos por conta própria, sem que houvesse necessariamente recomendação médica (*Idem*, p. 78).

E, apesar de todo o alarido dos médicos, também era comum que curandeiros ou espíritas se anunciassem livremente nos jornais (*Idem*, p. 79). Assim, podemos perceber um movimento ambíguo da imprensa: em muitas publicações, os jornais se mostravam a favor da guerra aos curandeiros, denunciavam suas práticas e cobravam repressão, mas, em tantas outras, criticavam e até ironizavam e ridicularizavam os doutores (*Idem*, p. 104), além de anunciarem serviços e produtos nem sempre autorizados pela medicina oficial.

Na *Gazeta de Notícias*, a ciência médica também foi um assunto muito presente e tratado de forma heterogênea. Colunas como “Questões Científicas”, “Higiene Pública” e “Febre Amarela”, desse jornal, revelam a preocupação com esse tema, principalmente a partir de 1883, período marcado por várias polêmicas em torno da criação de uma vacina para febre amarela (RAMOS, 2005, p. 112).

Imersa nessas discussões e compondo as páginas desse jornal, a série “Balas de Estalo” também apresenta testemunhos diferentes sobre a ciência médica do período (*Idem*, p. 112-113). Por exemplo, Ferreira de Araújo – que, como vimos, é um dos fundadores da *Gazeta de Notícias* e um dos “baleiros” – era também médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (*Idem*, p. 112). Mesmo tendo abandonado a medicina para se dedicar ao jornalismo, em suas crônicas, narradas por Lulu Sênior, Araújo se revela como um guardião da medicina oficial, criticando práticas alternativas de cura e defendendo uma superioridade da ciência em relação à religião (*Idem*, p. 14). Já outro baleiro médico, Demerval da Fonseca, com o seu narrador Décio, embora também defenda em suas “Balas” a ciência médica, acredita que ela precisa ser aperfeiçoada. Em uma de suas crônicas, por exemplo, ele critica a formação dos médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (onde também havia se formado),

desaprovando principalmente as aulas de cirurgia dessa instituição, nas quais cachorros eram usados nas operações experimentais (*Idem*, pp. 121-124).

No debate entre os narradores dessa série, é possível perceber o ambiente cercado de dúvidas e incertezas a respeito da medicina daquele final de século (*Idem*, p. 128). Machado de Assis, com seu personagem Lélío, também participou desse debate. Como vimos, a medicina foi o assunto explícito de três de suas “Balas” – incluindo aquela que inaugura a participação de Lélío na série. Adotando aquela postura de questionar a objetividade dos discursos, levando as teorias científicas ao absurdo, Lélío desconfiava também das ciências médicas e, comparando-as à religião, ele se mostrou “confuso diante de tantas ciências que se dizem verdadeiras e que se negam mutuamente” (*Idem*, p. 121). No capítulo seguinte, as três crônicas nas quais Lélío tratou da medicina serão, finalmente, apresentadas de modo integral e com notas.

CAPÍTULO 3 – APRESENTAR E TORNAR PRESENTE: UMA TENTATIVA

Entre balas e remédios: Machado examina a medicina

Disputas sobre diferentes formas de tratamento de doenças, remédios com promessas milagrosas, pessoas encarando a medicina como uma questão de fé... Esses temas, tão familiares no contexto atual da pandemia de Covid-19, foram discutidos há mais de 100 anos por Machado de Assis. É inegável que a medicina avançou muito desde o final do século XIX até hoje, mas será que as reflexões do Bruxo do Cosme Velho ainda têm algo a nos dizer sobre esse assunto?

Entre os anos de 1883 e 1886, Machado de Assis, já consagrado pelo romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), participou de uma série de crônicas, coletiva e humorística, chamada “Balas de Estalo”. A série era publicada diariamente na *Gazeta de Notícias*, um jornal carioca que tinha como ideal produzir textos mais simples e ligeiros e se tornar acessível (inclusive financeiramente) a um número cada vez maior de leitores. A *Gazeta*, de fato, tornou-se popular, e as “Balas de Estalo” foram um sucesso na sua época. Para a produção dessa série, revezaram-se mais de uma dezena de escritores, que tinham o ofício de comentar os acontecimentos do dia a dia, zombando de fatos inusitados. Esses escritores liam e interpretavam o jornal para os leitores, e as “balas” tanto podiam ser doces guloseimas (leves e engraçadas) quanto balas de artilharia (que ferem homens e instituições).

A série rendeu mais de 900 crônicas, e 126 delas foram escritas por Machado de Assis. O escritor assinava seus textos como Lélío, um narrador-personagem considerado o filósofo dos baleiros, por querer analisar as questões sempre mais a fundo: para ele, as ideias eram como nozes e, para saber o que estava dentro delas, seria preciso quebrá-las. Lélío ainda tinha traços de mentiroso, atrapalhado, confuso e brincalhão, e, em várias crônicas, parecia combater a fragilidade de falas unânimes e totalizantes da ciência. Essas falas, sobretudo a partir de 1870, chegaram ao Brasil e receberam uma acolhida entusiasta, gerando uma “moda cientificista”, baseada, principalmente, nas teorias raciais, que defendiam a superioridade natural de algumas raças em detrimento de outras.

Em várias de suas crônicas, Lélío levava os argumentos dessa ciência ao extremo, ao absurdo, para mostrar que todo conhecimento e todo discurso são construídos em meio a disputas, que eles têm suas lacunas e seus propósitos. Assim, Lélío travou uma batalha contra

o dogmatismo ou o messianismo da intelectualidade brasileira a respeito das teorias que se difundiam no Brasil da época.

Rindo das certezas do cientificismo e do culto ao progresso, Lélío, por exemplo, consultou um padre defunto sobre questões de latim, tirou dúvidas científicas com o espírito de Newton e conversou com vermes do cemitério. Com seus questionamentos à objetividade e à neutralidade, um dos caminhos pelos quais o cronista passou foi o das inovações da medicina de sua época; uma passagem compreensível, já que a medicina foi, no Brasil, um importante veículo da modernização.

As três crônicas que vêm a seguir, acompanhadas de notas, foram aquelas em que Lélío abordou de forma explícita a medicina de então. Nas três, ele compara o discurso científico ao discurso religioso: caberia aos doentes a nada fácil tarefa de decidir em qual dos sistemas de cura disponíveis crer; os diferentes tratamentos são apresentados como uma questão de fé, com várias verdades – até contraditórias – sendo pregadas ao mesmo tempo. Lélío também compara a medicina às artes e à política e, ao fazer essas aproximações, ele parece nos mostrar que o discurso cientificista, como qualquer outro, é construído de forma provisória, afundado em disputas e tensões, recheado de lacunas e, muitas vezes, até de intenções de atender a interesses particulares.

A primeira crônica desta pequena reunião é também a primeira de Lélío nas “Balas de Estalo”. Em **2 de junho de 1883**, ele estreia sua participação na série com um texto que parte da abertura de uma enfermaria dosimétrica (um novo sistema terapêutico baseado, sobretudo, no uso de remédios em doses exatas) para discutir a coexistência de distintos sistemas de cura, muitas vezes contraditórios, disponíveis no momento. Ele aproveita para nos lembrar de que as inovações na medicina não são privilégios de seu tempo, aproximando a novíssima dosimetria ao que pregava um médico grego do século I a.C.

Na crônica de **10 de agosto de 1884**, a trigésima de Machado na série, é “reproduzido” um diálogo entre Deus e São Pedro a respeito dos diversos remédios que eram anunciados na época, quase como itens milagrosos: eles só não ressuscitam os mortos; de resto, prometem fazer tudo. Apesar disso, são frequentemente esquecidos e substituídos por outros remédios, que chegam com novas promessas de cura ainda mais milagrosas.

Por fim, em **18 de novembro de 1884**, Machado publicou sua 52ª “bala de estalo”, na qual retomou um assunto discutido na sua primeira crônica na série: a disputa entre diferentes sistemas terapêuticos, agora, mais especificamente, entre a homeopatia, que fazia certo sucesso na época, e a chamada alopatia, a medicina “tradicional”. Nessa crônica, Lélío aproxima a

medicina à política do Império, contrapondo e ao mesmo tempo associando os homeopatas e os alopatas políticos.

Se muito mudou desde da década de 1880 até hoje, é possível adaptar os nomes dos tratamentos e dos remédios e ver semelhanças entre as situações apresentadas por Lélío e a realidade em que vivemos hoje. A medicina não é uma “obra acabada”, ainda é feita por humanos e apresenta as marcas do que isso implica. Assim, a boa dose de ceticismo de Lélío parece ser um remédio que não perdeu sua eficácia, mesmo depois de um século, contra crenças fixas e promessas milagrosas.

Sobre as notas

As escolhas sobre o que explicar ou não foram feitas imaginando-se como interlocutor um estudante universitário ou um leitor em formação. Para evitar um excesso de notas, optei por não adicionar comentários sobre o significado de palavras que, ainda que pouco usuais hoje, podem ser facilmente encontradas em dicionários atuais.

As fontes consultadas para a elaboração das notas foram indicadas em uma seção separada, ao final das três crônicas. Como os leitores perceberão, não consegui identificar absolutamente todas as referências incorporadas por Machado em seus textos.

Sobre o texto

O texto todo foi atualizado conforme o acordo ortográfico vigente. Entretanto, foram respeitados os casos em que o autor optou entre duas formas correntes no seu tempo; por exemplo: cousa/coisa, dous/dois. A pontuação do escritor foi mantida, mesmo quando ela não corresponde ao uso atual. Problemas tipográficos ou lapsos evidentes foram corrigidos, mas as alterações foram indicadas em nota.

* Para mais informações sobre a participação de Machado na série “Balas de Estalo”, conferir o livro *As máscaras de Lélío: política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886)*, de Ana Flávia Cernic Ramos, publicado pela Editora da Unicamp em 2016.

Crônica 1 – 2 de julho de 1883

Sabe-se que a Sociedade Portuguesa de Beneficência acaba de abrir uma enfermaria à medicina dosimétrica.¹ Este é o nome, creio eu; e não há por onde trocar os nomes às cousas, que já os trazem de nascença.

Mas não basta abrir enfermarias; é útil explicá-las. Se a dosimetria quer dizer que os remédios dados em doses exatas e puras curam melhor ou mais radicalmente, ou mais depressa, é, na verdade, grande crueza privar os restantes enfermos de tão excelso benefício. Uns ficarão meio curados, ou mal curados, outros sairão dali lestos e pimpões; e isto não parece justo.

Note-se bem que eu não ignoro que os doentes, por estarem doentes, não perdem o direito à liberdade; mas entendamo-nos: é a liberdade do voto, a liberdade de consciência, a liberdade de testar, a liberdade do ventre, (teoria Lulu Sênior);² por um sentimento de compaixão, a liberdade de descompor. Mas, no que toca aos medicamentos, não! Concedo que o doente possa escolher entre a alopatia e a homeopatia,³ porque são dous sistemas, – ou duas

¹ Criado na penúltima década do século XIX, esse sistema terapêutico defendia o uso exclusivo de substâncias ativas e puras, tomadas em grânulos e, principalmente, em doses exatas. Aparentemente, a dosimetria não foi muito bem recebida pela medicina tradicional brasileira, já que alguns dos adeptos desse novo sistema julgaram necessário defendê-lo nos jornais, como o médico Pedro de Alcântara Nabuco de Araújo, que, em texto publicado na *Gazeta de Notícias* de 1880, afirmou que “era de fato muito natural que ela [a dosimetria] não fosse vista a bons olhos, pois que vinha destronar práticas dominantes, reconhecidas pela tradição, veneradas e venerandas, mas não seria talvez mal compreendida se já se houvesse procurado fazê-la conhecer”. O Dr. João Raymundo Pereira da Silva, um dos introdutores da dosimetria no Brasil, também publicou uma série de textos, no mesmo periódico, em defesa desse sistema. Por exemplo, também em 1880, ele publicou, com o título “Medicina dosimétrica ou alopatia moderna”, uma estatística anual em que mostra as vantagens da dosimetria, com uma longa lista de doenças que teriam sido tratadas exitosamente por meio desse sistema, como diabetes, zumbidos no ouvido ou tumor no ovário.

² Lulu Sênior é o pseudônimo de Ferreira de Araújo na série “Balas de Estalo”. Além de ser um dos cronistas que se revezavam na produção dessa série, ele foi o seu criador e um dos fundadores do jornal *Gazeta de Notícias*. Ao falar de liberdade do ventre (teoria Lulu Sênior), Lúlio parece se referir à lei de 28 de setembro de 1871, apelidada “Lei do Ventre Livre”, que libertava os filhos das escravizadas nascidos a partir de então e criava um Fundo de Emancipação, cujo objetivo era promover a alforria gradual dos escravizados. As dificuldades que o Estado enfrentaria para a aplicação da lei já eram sabidas. Um dos desafios foi o fato de que frequentemente essa lei era considerada uma “obra aberta”, que, em casos de ambiguidade, podia ser interpretada em prejuízo da liberdade, sendo apropriada segundo estratégias ou disputas políticas do momento. Assim, no início dos anos 1880, havia um sentimento generalizado de inoperância da lei. Ferreira de Araújo, em sua coluna “Cousas Políticas”, publicada no mesmo dia desta crônica de Lúlio, afirma que a lei de 28 de setembro, que poderia ter algum efeito (apesar de suas limitações), é “a cada momento iludida e trucidada, e está servindo aí escandalosamente para satisfazer a ganância de alguns senhores”. A teoria de Lulu Sênior parece dizer respeito à liberdade de interpretação da lei de 28 de setembro.

³ Homeopatia é um sistema terapêutico, especialmente popular no século XIX, fundado em 1796 pelo médico alemão Christian Friedrich Samuel Hahnemann (1755-1843). Esse sistema se baseia no princípio de que uma substância que, em pessoas saudáveis, cause sintomas semelhantes a uma enfermidade pode ser usada para curar a própria enfermidade, mas essa substância deve ser oferecida ao paciente em doses extremamente diluídas. Para muitos pacientes e alguns médicos do século XIX, a homeopatia era uma alternativa moderada a terapias comuns da época, como sangrias e lavagens. A partir de 1940, a homeopatia passou por um declínio e, em 1970, ela teria experimentado certo ressurgimento. Atualmente, a homeopatia ainda tem alguns adeptos, porém, diversas

escolas, – a escola cadavérica (versão Maximiano) e a escola aquática.⁴ Mas não tratando a dosimetria senão da perfeita composição dos remédios, não há para o doente a liberdade de medicar-se mal. Ao contrário, este era o caso de aplicar o velho grito muçulmano: – crê ou morre.⁵

Se, ao menos, a própria dosimetria permitisse o uso de ambos os modos, as doses bem medidas e as doses mal medidas, tinha a enfermaria uma explicação. E não seria absurdo. Conheci um médico, que dava alopatia aos adultos, e homeopatia às crianças, e explicava esta aparente contradição com uma resposta épica de ingenuidade: – para que hei de martirizar uma pobre criança? A própria homeopatia, quando estreou no Brasil, teve seus ecléticos; entre eles, o Dr. R. Torres e o Dr. Tloesquelec, segundo afirmou em tempo (há quarenta anos) o Dr. João V. Martins, que era dos puros. Os ecléticos tratavam os doentes “como a eles aprouvesse.” É o que imprimia então o chefe dos propagandistas.⁶

pesquisas concluem que não há evidências de que tratamentos homeopáticos surtem efeito superior a placebos (terapias com substâncias neutras, inativas). No Brasil, considera-se que a homeopatia foi introduzida em 1840, pelo francês Benoit Jules Mure (1809-1858), ainda que haja registros de atividades homeopáticas por aqui já em 1836. De qualquer modo, a impressionante difusão da homeopatia no Brasil deve ser, de fato, atribuída ao trabalho conjunto de Mure com João Vicente Martins (para mais informações sobre Martins, conferir **nota 6 desta crônica**). Alopata é um termo que Hahnemann criou para se referir à medicina convencional de sua época, ou seja, aquela diferente da homeopatia. O termo “alopata” (que significa “outro que não a doença”) faz referência ao uso de remédios que produzem efeitos contrários aos das doenças (por exemplo, receitar um remédio antitérmico para alguém com febre). Esse é um termo usado de forma pejorativa pelos defensores da homeopatia para se referir aos médicos “convencionais”, acusados de apenas “combater” os sintomas das doenças.

⁴ “Escola cadavérica (versão Maximiano)” é uma referência a Maximiano Marques de Carvalho, médico alopata que posteriormente adotou princípios da homeopatia, combinando os dois sistemas; ele foi também um dos fundadores da Academia Médico-Homeopática do Brasil. No *Jornal do Commercio*, o médico publicou vários textos nos quais critica a medicina “alopata”, referindo-se a ela como “escola cadavérica”. Em um texto de 1882, ele inaugura e explica essa denominação: “Apareceu nesta capital há pouco tempo um professor de anatomia e disse: ‘o cadáver é o homem, o cadáver é a saúde e a vida’, e a esse enorme absurdo a faculdade [de Medicina do Rio de Janeiro] se curvou, e se reformou, recuando até a mais profunda antropologia cadavérica: aumentou suas salas de anatomia e experiências veterinárias, o cão, o gato e o porquinho da Índia têm sido os mestres da filosofia da nova escola cadavérica do Rio de Janeiro e sobre esses pedestais informa ao governo imperial que o miolo de pão e o charlatão alopata das Sete Pontes fazem milagres e maravilham o povo, e portanto a nova medicina homeopática fique adiada para melhores tempos. São esses os argumentos científicos da escola cadavérica contra a medicina fisiologista de Hahnemann”. Aparentemente, Lélío criou a variação “Escola aquática” para se referir à visão dos “alopatas” sobre o princípio da homeopatia de que as substâncias utilizadas para a cura devem ser oferecidas aos pacientes em doses extremamente diluídas em água.

⁵ O velho grito mulçumano, ao que tudo indica, é uma referência à apostasia (renúncia de uma religião ou crença), que é considerada passível de punição com a morte em algumas interpretações do Islã. Lélío compara a medicina à religião, pois seria uma questão de “crença” a escolha entre as diversas propostas médicas do período, que, às vezes, eram até contraditórias.

⁶ João Vicente Martins – médico homeopata que nasceu em 1808 em Lisboa e emigrou para o Brasil em 1837 – foi um importante difusor da homeopatia no Brasil, atuando em parceria com o francês Benoit Jules Mure. Dedicou-se à fundação de instituições associativas de ensino e atendimento clínico e, em suas publicações, enfatizava o uso leigo e doméstico da homeopatia. Não encontrei referências sobre os doutores R. Torres e Tloesquelec, porém, sobre essa questão dos “ecléticos”, em 1847, surgiu uma dissidência no grupo dos homeopatas brasileiros. Os dissidentes se denominaram “evolucionistas” e se opuseram aos “puristas”. Os evolucionistas admitiam certos princípios e práticas da alopatia, julgando necessária uma formação em instituição de ensino alopata para que quem quisesse exercer a medicina homeopática. João Vicente Martins criticou os dissidentes, por exemplo, em texto no *Jornal do Commercio*, no qual afirmou que os “homeopatas impuros” misturavam a nova ciência (homeopatia) com a velha ciência (alopatia).

Mas a dosimetria é contrária a esses tristes recursos. Parece mesmo que esta nova religião ainda não passou do vers. 18, cap. IV de S. Matheus, que é o lugar em que Jesus chama os primeiros apóstolos, Pedro e André: “Vinde após mim, e farei que sejais pescadores de homens.” Não há ainda tempo de ter hereges nem cismáticos: está nas primeiras pescas de doentes.

O único ponto em que a escola dosimétrica se parece com a homeopática é na facilidade que dá ao doente de tratar-se a si mesmo; mas isto não quer dizer que tenha de cair no mesmo abuso do ecletismo. Quer dizer que a ciência, como todas as moedas, tem seus trocos miúdos.⁷ Dous amigos meus andam munidos de caixas dosimétricas; ingerem isto ou aquilo, conforme um papelinho impresso, que trazem consigo. Levam a saúde nas algibeiras; chegam mesmo a distribuí-la aos amigos.

Lá que isto seja novo, é o que nego redondamente. O avô destas vulgarizações parece ser um certo Asclepiades, contemporâneo de Pompeu.⁸ Esse cavalheiro era mestre de eloquência; mas sentindo em si outros talentos, estudou a medicina, criou uma arte nova, e anunciou cinco modos de cura aplicáveis a todas as enfermidades. Estão ouvindo? Cinco, nem mais uma pílula para remédio. Essas drogas eram: dieta, abstinência de vinho, fricções, exercício a pé e passeios de liteira. *Cada um sentia que podia medicar-se a si próprio*, escreve Plínio,⁹ – e o entusiasmo foi geral. Tal qual a homeopatia e a dosimetria. Nem uma nem outra tocou ao sublime daquele Asclepiades, que, segundo o mesmo autor, encontrando o saimento de um desconhecido, fez com que o inculcado morto não fosse deitado à fogueira, levou-o consigo e curou-o; mas, em suma, aguardemos o primeiro freguês que a escola cadavérica remeter para a Jurujuba.¹⁰

⁷ A expressão “trocos miúdos”, aparentemente, diz respeito a algo de pouco valor, que pode ser trocado por pouco e, assim, ser levado nos bolsos, como pequenas moedas. Na crônica, ela parece se referir a algumas áreas da ciência mais acessíveis ao grande público, já que antes é mencionada a possibilidade de os doentes tratarem a si mesmos, inclusive, carregando consigo seus medicamentos. Em 1880, por exemplo, o doutor José de Góes lançou o *Guia da Medicina Dosimétrica*, manual que tornava “possível e fácil a cada um utilizar-se da medicina dosimétrica e aplicar-se ou aplicar seus meios [...] Em resumo: o livro do Dr. José de Góes pode ser utilizado por todos, médicos, doentes ou amadores”, como afirma o também médico entusiasta da dosimetria Pedro de Alcântara Nabuco de Araújo, em texto do *Jornal do Commercio* de 1880.

⁸ Cneu Pompeu Magno (106-48 a.C.) foi um dos grandes estadistas e generais do final da República Romana. Asclepiades de Bitínia (124-40 a.C.) foi um médico grego que estabeleceu a medicina grega em Roma. Asclepiades limitava ao máximo o uso de fármacos e defendia ações preventivas e terapêuticas baseadas, por exemplo, em dietas adequadas, massagens, luz, ar fresco e exercícios. “Fricções”, um dos cinco modos de cura mencionados na crônica, diz respeito a “massagens”, que, já antes de Asclepiades, eram consideradas uma forma de tratamento.

⁹ Plínio Segundo ou Plínio, o Velho (23-79 a.C.), autor de *História Natural*, obra que é considerada a primeira enciclopédia científica e que, durante séculos, serviu como a principal fonte de informação científica do mundo ocidental. O tema da medicina se concentra nos livros XXVII a XXXII dessa obra e eles são considerados uma das principais fontes da Antiguidade sobre medicina. Não consegui encontrar na obra de Plínio a passagem exata mencionada na crônica, porém, de fato, Asclepiades é abordado na *História Natural*. Machado de Assis cita Plínio em outros textos seus, por exemplo, nos contos “A sereníssima república” e “Anel de Polícrates”.

¹⁰ Cemitério da época, localizado no estado do Rio de Janeiro.

Voltando ao ponto, espero que a direção da Beneficência atenda aos meus conselhos. Não negue a cem doentes o que tão liberalmente distribui a sete ou quinze. Que o semelhante cure ao semelhante, ou o contrário ao contrário, são afirmações que se excluem: mas, contrário ou semelhante, é de rigor que as doses sejam as mesmas.

Lélio

BALAS DE ESTALO

Sabe-se que a Sociedade Portuguesa de Beneficência acaba de abrir uma enfermaria á medicina dosimétrica. Isto é o nome, creio eu; e não ha por onde trocar os nomes ás cousas, que já os trazem de nascença.

Mas não basta abrir enfermarias; é útil explical-as. Se a dosimetria quer dizer que os remédios dados em doses exactas e puras curam melhor ou mais rapidamente, ou mais depressa, é, na verdade, grande cruzeira privar os restantes enfermos de tão excelso beneficio. Uns ficarão meio curados, ou mal curados, outros sairão d'alli leitos e pimplados; e isto não parece justo.

Note-se bem que eu não ignoro que os doentes, por estarem doentes, não perdem o direito á liberdade; mas, entendamo-nos: é a liberdade do voto, a liberdade de consciencia, a liberdade de testar, a liberdade do ventre, (theoria Lulu Senior); por um sentimento de compaixão, a liberdade de descompor. Mas, no que toca aos medicamentos,

não! Concedo que o doente possa escolher entre a allopathia e a homoeopathia, porque são dois systemas,—ou duas escolas,—a escola cadaverica (versão Maximiano) e a escola aquatica. Mas não tratando a dosimetria senão da perfeita composição dos remédios, não ha para o doente a liberdade de medicar-se mal. Ao contrario, esta era a coisa de applicar o velho grito musulmano: —crê ou morre.

Se, ao menos, a propria dosimetria permittisse o uso de ambos os modos, as doses bem medidas, e as doses mal medidas, tinha a enfermaria uma explicação. E não seria absurdo. Conheci um medico, que dava allopathia aos adultos, e homoeopathia ás crianças, e explicava esta apparente contradicção com uma resposta epica de ingenuidade: —para que hei de martyrisar uma pobre criança? A propria homoeopathia, quando estreou no Brazil, teve seus eclecticos; entre elles, o Dr. R. Torres e o Dr. Theozolec, segundo affirmou em tempo (ha quarenta annos) o Dr. João V. Martins, que era dos puros. Os eclecticos tratavam os doentes, «como á elles aprovesse.» E' o que imprimia então o chefe dos propagandistas.

Mas a dosimetria é contraria a esses tristes recursos. Parece mesmo que esta nova religião ainda não passou do vers. 18, cap. IV de S. Matheus, que é o logar em que Jesus chama os primeiros apostolos, Pedro e André: «Vinda após mim, e farei que sejais pescadores de homens.» Não ha ainda tempo de ter hereges nem schismaticos: está nas primeiras pesas de doentes.

O unico ponto em que a escola dosimetrica se parece com a homoeopathica é na facilidade que dá ao doente de tratar-se a si mesmo; mas isto não quer dizer que tenha de cahir no mesmo abuso do eclectismo. Quer dizer que a sciencia, como todas as moedas, tem seus trocos miúdos. Dous amigos meus andam munidos de caixas dosimetricas; ingere-m'isto ou aquillo, conforme um papellinho impresso, que trazem comsigo. Levam a saúde nas algibeiras; cliogam mesmo a distribuil-a aos amigos.

Lá que isto seja novo, é o que nego redondamente. O avô d'estas vulgarisações parece ser um certo Asclepiades, contemporaneo de Pompeo. Esse cavalleiro era mestre de eloquencia; mas sentindo em si outros talentos, estudou

a medicina, creou uma arte nova, e annunciou cinco modos de cura applicaveis a todas as enfermidades. Estão ouvindo? Cinco, nem mais uma pilula para remedio. Essas drogas eram: dieta, abstinencia de vinho, fricções, exercicio a pé e passeios de liteira. Cada um sentia que podia medicar-se a si proprio, escreve Plinio,—e o enthusiasmo foi geral. Tal qual a homoeopathia e a dosimetria. Nem uma nem outra tocou ao sublimo d'aquelle Asclepiades, que, segundo o mesmo auctor, encontrando o sahimento de um desconhecido, fez com que o incalcado morto não fosse deitado á fogueira, levou-o comsigo e curou-o; mas, em summa, aguardemos o primeiro freguez que a escola cadaverica remetter para a Jurujuá.

Voltando ao ponto, espero que a direcção da Beneficencia atenda aos meus conselhos. Não negue a cem doentes o que tão liberalmente distribue a sete ou quinze. Que o semelhante cure ao semelhante, ou o contrario ao contrario, são afirmações que se excluem: mas, contrario ou semelhante, é de rigor que as doses sejam as mesmas.

LEME

“Bala de Estalo” 02 de julho de 1883. Gazeta de Noticias.

Crônica 2 – 10 de agosto de 1884

E o Senhor, baixando os seus divinos olhos para a terra, disse ao príncipe dos apóstolos:

– Pedro, o que é que vejo ali no Rio de Janeiro, no lado exterior da Capela Imperial?

– Senhor, são vários anúncios que...

– Anúncios de prédicas e missas? Pois que! tanto desceu o espírito religioso daquele povo, que seja preciso anunciar os ofícios divinos com letras grandes e escarlates?

– Perdoai, Senhor Deus meu, não são anúncios de missas...

– De escritos religiosos?

– Também não. São anúncios de várias cousas profanas... Não vejo bem de longe; creio que são camisas de flanela... Não; leio agora um: *Manteiga da Normandia*. Outro: *Sapatos de Curvelo*. Há também alguma cousa da grande alfaiataria *Estrela do Brasil*, e a *Erva Homeriana*... Não leio bem os outros.¹

Então o Senhor, depois de estar alguns minutos atento, soltou um suspiro que abalou todas as colunas do império; mas, logo depois, ao bafejo da palavra eterna, agitou-se brandamente o ar, como se as asas de dez bilhões de serafins se movessem todas a um tempo. E eis aqui o que disse o Senhor Deus ao apóstolo:

– De maneira, Pedro, que eu expeli um dia os mercadores, do templo,² e ei-os que mandam pintar-lhe nas paredes os seus anúncios? Dezoito séculos bastaram a esta desforra... Pedro, o mundo está ficando triste. Sabes ao menos o que é essa Erva Homeriana, e essa outra?

– Senhor, deixai-me ler.

Ao dizer isto, invadiu o espaço um grande clarão: eram todos os sóis e estrelas do universo que aumentavam de intensidade, para que os olhos do santo pescador pudessem bem ler através de bilhões de léguas. Pedro leu tudo, para si; depois respondeu ao Senhor:

¹ Os mais variados xaropes, elixires, pós, licores, pílulas, óleos, pomadas e outras tantas misturas eram frequentemente anunciados, inclusive nos jornais, durante o século XIX, o que mostra a sua larga utilização por diversas pessoas, que muitas vezes consumiam os produtos por conta própria, sem que houvesse recomendação médica (ainda que vários desses medicamentos tivessem autorização da Junta de Higiene Pública, órgão responsável, entre outras coisas, por fiscalizar o exercício das “artes de cura” do período).

² Referência ao episódio bíblico em que Jesus expulsa do Templo de Jerusalém, localizado na região da Judeia, cambistas (que trabalhavam com a troca de moedas, sem as quais não haveria o comércio), vendedores (que ofereciam animais para o sacrifício; como as pombas, mencionadas mais à frente nesta crônica) e compradores (peregrinos que precisavam desses animais para se purificarem no Templo). Com essa atitude, considera-se que Jesus defende que o Templo seja um local de oração, atividade totalmente gratuita e sem despesas com sacrifícios religiosos, comprados a preços exorbitantes, sobretudo, para os mais pobres. Esse episódio é narrado nos quatro evangelhos canônicos do Novo Testamento (Mateus, Marcos, Lucas e João).

– Não direi nada em relação aos outros anúncios; mas relativamente à erva e às pastilhas, digo-vos que não se lhes pode aplicar o que fizeste um dia na Judeia. Os mercadores do templo, posto vendessem pombas para o sacrifício, não as tinham já sagradas, de maneira que elas tanto valiam como se fossem para comer. Não é assim com a erva e as pastilhas, que são puros milagres; fazem o que fizeste na terra...

– Ressuscitam os mortos?

– Só não ressuscitam os mortos. No mais, fazem tudo, – ou quase tudo. São as últimas descobertas da ciência; e a tempo vieram, porque a natureza humana está ficando tão depravada, que em poucos séculos não há mais homem são.

– Mas, Pedro, disse o Senhor sorrindo, que lugar se dará então nas boticas ao *Xarope do Bosque*,³ uma descoberta de 1853... Curava tudo.

– Senhor, respondeu doutamente o apóstolo, esse outro milagre acabou. Os xaropes são como os impérios. Onde está Babilônia?⁴ O *Xarope do Bosque* foi, com efeito, a última palavra da ciência em 1853; durou até 1857, creio eu. Tal qual a Salsaparrilha de Sands. Onde está a Salsaparrilha de Sands? Onde está mesmo a Salsaparrilha de Bristol? Conheceis a anedota de uma certa dama...

– Conheço tudo, Pedro, mas conta, conta.

– Anedota velha e revelha. Era uma dama adoentada, que ouviu a notícia de um grande remédio para muitos achaques, especialmente os que ela padecia. Consultou um médico sobre a eficácia do invento; e o médico, espírito fino e agudo, deu-lhe de conselho que tomasse a droga sem demora: – Vá, apresse-se enquanto ela cura...

³ Xarope bastante popular na década de 1850, frequentemente anunciado como eficaz para a cura de diversos sintomas, desde uma simples tosse a palpitações no coração. Este é, por exemplo, um anúncio do remédio no *Jornal do Commercio*, em julho de 1850: “Xarope do Bosque – para cura da tísica em todos os seus diferentes graus, quer motivada por constipações, tosse, asma, pleuriz, escarros de sangue, dor de costados e peito, palpitações no coração, coqueluche, bronquite, dor na garganta e todas as moléstias dos órgãos pulmonares”.

⁴ Por volta do século XVIII a.C., Hamurabi, rei da Babilônia (cidade na região da Mesopotâmia), realizou uma série de conquistas e criou, na região, o Primeiro Império Babilônico. Esse império submeteu diferentes povos, e, para governá-los, Hamurabi organizou o primeiro código escrito de leis de que se tem notícia, o Código de Hamurabi. A prosperidade econômica gerada com as conquistas ajudou a transformar a cidade da Babilônia em um dos grandes centros da Antiguidade, onde muitos monumentos foram erguidos; o mais famoso dele é o que aparece na *Bíblia* como a Torre de Babel. Com a morte de Hamurabi, revoltas internas e invasões, ocorreu o colapso do Império Babilônico e a sua fragmentação. Nesse contexto, os assírios conquistaram toda a Mesopotâmia. Porém, esse povo também não resistiu às revoltas internas e às pressões externas de outros povos. Após a derrota assíria, a Babilônia voltou a ser a cidade mais importante da Mesopotâmia. O Império – chamado de Segundo Império Babilônico ou Império Neobabilônico – foi reconstituído e viveria um novo apogeu sob o governo de Nabucodonosor. Durante seu reinado (no século VI a.C.), várias campanhas militares lhe renderam muitas riquezas, o que possibilitou a construção de palácios, templos e outras obras públicas, como os famosos jardins suspensos da Babilônia. Com a morte de Nabucodonosor, o novo Império entrou em decadência, e a região foi conquistada pelos persas. Curiosa a escolha de Lélío em mencionar o Império da Babilônia, que foi superado, mas teve um ressurgimento (e uma nova superação).

Ouviu-se em todo o empíreo uma imensa gargalhada, eram os anjos e arcanjos, que escutavam a narração de Pedro, e acharam graça ao dito do médico. O próprio apóstolo sorriu. Só o Senhor olhava melancólico para a sua obra universal. Após alguns instantes, disse ele:

— Assim, pois, cada descoberta nova tem a missão de curar até que aparece outra?

— Justamente. Logo que aparece outra, a primeira desaparece, à maneira das peças de teatro.

— Mas algumas peças voltam à cena, objectou o Senhor.

E o apóstolo, destro na réplica, acudiu sorrindo:

— Alguma diferença há de haver entre a química e a arte. O essencial é que cada droga, enquanto se usa, vá curando; se não fosse assim, não valia a pena inventá-la. Que ela cure, que preencha o fim a que a destinaram; mas nada mais. Se, uma vez substituída por outra, pretender continuar a curar, constitui-se em rebelião contra todos os princípios e costumes, além de praticar uma injustiça e um escândalo, pois é de razão que cada droga tenha o seu dia, para que todas passem sem contradição, nem usurpação, nem diminuição.

Lélio

BALAS DE ESTALO E o Senhor, baixando os seus divinos olhos para a terra, disse ao príncipe dos apóstolos: — Pedro, o que é que vejo ali no Rio de Janeiro, no lado exterior da Capella Imperial? — Senhor, são varios annuncios que... — Annuncios de prédicas e missas? Pois que! tanto desceu o espirito religioso d'aquelle povo, que seja preciso annunciar os officios divinos com letras grandes e escriptas? — Perdoadi, Senhor Deus meu, não são annuncios de missas... — De escriptos religiosos? — Também não. São annuncios de varias cousas profanas... Não vejo bem de longe; creio que são camisas de flanela... Não; leio agora um: <i>Manteiga da Normandia</i>. Outro: <i>Sapatos do Curvello</i>. Ha tambem alguma cousa da grande alfaiataria <i>Estrella do Brazil</i>, e a <i>Herba Homérica</i>... Não leio bem os outros. Então o Senhor, depois de estar alguns minutos attento, soltou um suspiro	que abalou todas as colunas do empyreo; mas, logo depois, ao bafejo da palavra eterna, agitou-se brandemente o ar, como se as azas dos cherubims se movessem todas a um tempo. E eis aqui o que disse o Senhor Deus ao apóstolo: — De manceira, Pedro, que eu expelli um dia os mercadores, do templo, e cil-os que mand'm pintar-lhe nas paredes os seus annuncios? Dezoito seculos bastaram a esta desforra... Pedro, o mundo está ficando triste. Sabes ao menos o que é essa <i>Herba Homérica</i>, e essa outra? — Senhor, deixai-me lbr. Ao dizer isto, invadiu o espaço um grande clarão: eram todos os sóes e estrelas do universo que augmentavam de intensidade, para que os olhos do santo pescador pudessem bem ler através do bithões do loguaz. Pedro leu tudo, para si; depois respondeu ao Senhor: — Não direi nada em relação aos outros annuncios: mas relativamente á herba e ás pastilhas, digo-vos que não se lhas pôde applicar o que fizestes um dia na Judéa. Os mercadores do templo, posto vendessem pombas para o sacrifi-	cio, não as tinham já sagradas, de maneira que ellas tanto valiam como se fizessem para comer. Não é assim com a herba e as pastilhas, que são puros milagros; fazem o que fizestes na terra... — Resuscitam os mortos? — Só não resuscitam os mortos. No mais, fazem tudo,— ou quasi tudo. São as ultimas descobertas da sciencia; e a tempo vieram, porque a natureza humana está ficando tão depravada, que em poucos seculos não ha mais homem sãõ: — Mas, Pedro, disse o Senhor sorrindo, que logar se dará então nas botiças no <i>Xarope do Bosque</i>, uma descoberta de 1833... Curava tudo. — Senhor, respondeu donamente o apóstolo, esse outro milagre acabou. Os xaropes são como os imperios. Onde está Babilonia? O <i>Xarope do Bosque</i> foi, com effeito, a ultima palavra da sciencia em 1833; durou até 1837, creio eu. Tal qual a <i>Salsaparrilha de Sands</i>. Onde está a <i>Salsaparrilha de Bristol</i>? Conheceis a	anecdota de uma certa dama... — Conheço tudo, Pedro, mas conta, conta. — Anecdota velha e re-velha. Era uma dama adoentada, que ouviu a notitia de um grande remedio para muitos achaques, especialmente os que ella padecia. Consultou um medico sobre a efficacia do invento; e o medico, espirito fino e agudo, deu-lhe de conselho que tomasse a droga sem demora: — Vá, apresse-se, enquanto ella cura... Ouviu-se em todo o empyreo uma imensa gargalhada: eram os anjos e arcanjos, que escutavam a narração de Pedro, e acharam graça ao dito do medico. O proprio apóstolo sorriu. Só o Senhor olhava melancolico para a sua obra universal. Após alguns instantes, disse elle: — Assim, pois, cada descoberta nova tem a missão de curar até que apparece outra? — Justamente. Logo que apparece outra, a primeira desaparece, á maneira das peças de theatro. — Mas algumas peças voltam á scena, objectou o Senhor.	E o apóstolo, destro na réplica, acudiu sorrindo: — Alguma differença ha de haver entre a chimica e a arte. O essencial é que cada droga, enquanto se usa, vá curando; se não fosse assim, não valia a pena invental-a. Que ella cure, que preencha o fim a que a destinaram; mas nada mais. Se, uma vez substituída por outra, pretender continuar a curar, constitue-se em rebelião contra todos os principios e costumes, alem de praticar uma injustiça e um escandalo, pois é de razão que cada droga tenha o seu dia, para que todas passem sem contradição, nem usurpação, nem diminuição. LELIO.
---	--	--	--	---

“Bala de Estalo” 10 de agosto de 1884. Gazeta de Notícias.

Crônica 3 – 18 de novembro de 1884

A Santa Casa da Misericórdia acaba de dar uma prova de grande ceticismo: resolveu que a enfermaria homeopática ali provisoriamente estabelecida seja considerada definitiva, com um médico pago por ela. Naturalmente o Instituto Hahnemanniano¹ dá graças ao céu, enquanto na Faculdade de Medicina há choro e ranger de dentes.

Que isto se faça na provedoria do Sr. barão de Cotegipe² é a cousa mais legítima do mundo, uma vez que S. Ex. é presidente do Senado. Segundo a boa doutrina parlamentar, o presidente é o defensor da minoria, e por ora, a minoria é dos homeopatas. Ninguém exerce longos anos um grande cargo sem encarná-lo em si mesmo; é o caso do presidente de uma câmara política.

Além dessa razão doutrinária, há outra puramente fenomênica. S. Ex., durante quatro meses por ano, ouve no senado as duas escolas políticas. Uma prega o curativo por meio dos contrários, outra por meio dos semelhantes; assim como esta chama bárbara à outra, a outra ri das gotas d'água desta. Para cúmulo de analogia, a alopatia política responde que certas regras, que os homeopatas cuidam ter inventado, lá estão há muitos séculos entre os aforismos de Hipócrates; enquanto a homeopatia, seja ou não política, repete o que me dizia, há anos, um médico da nova escola: “Nós também sangramos.”³

¹ Instituto Hahnemanniano do Brasil (entre 1876 e 1880, chamado de Instituto Hahnemanniano Fluminense), associação criada com a finalidade de aperfeiçoar e propagar a doutrina médica fundada por Hahnemann, médico alemão considerado o criador da homeopatia.

² João Maurício Wanderley (1815-1889), barão de Cotegipe, um dos principais políticos conservadores do Segundo Reinado, antiabolicionista e filho de proprietário de terra, ocupou diversos cargos públicos durante o Império brasileiro (1822-1889). Foi presidente do Senado entre 1881 e 1885 e foi provedor – administrador geral – da Santa Casa de Misericórdia entre 1883 e 1889. Nesta crônica, Lélío aproxima a atuação do Barão de Cotegipe nesses dois cargos e, a seguir, compara a existência dos dois sistemas de cura (alopatia e homeopatia) à vida política no Império.

³ Os principais partidos do Império brasileiro foram o Partido Liberal e o Partido Conservador, que tradicionalmente se alternavam na ocupação dos cargos centrais do Poder Executivo, pela ação do Imperador, que detinha o chamado Poder Moderador. Na historiografia brasileira, existe um longo debate sobre a natureza desses partidos: alguns autores destacam as semelhanças entre eles, considerando que ambos eram compostos pela mesma parcela da sociedade, a elite latifundiária; outros autores destacam as diferenças entre os partidos, com base em critérios distintos (por exemplo, alguns defendem que o Partido Conservador se vinculava aos interesses dos grupos rurais, enquanto o Liberal aos dos grupos urbanos). A partir da década de 1880, houve um crescimento expressivo dos movimentos abolicionistas, e em julho de 1884 foi iniciada a discussão sobre um projeto de libertação dos escravizados sexagenários, o que deu origem a uma das maiores batalhas da história do Parlamento brasileiro. Nessa discussão, embora poucos ousassem contestar a necessidade da abolição, muitos deputados e senadores mantiveram um discurso ambíguo sobre o tema, oscilando entre o reconhecimento da importância da sociedade livre e a necessidade de que o processo de abolição se desse do modo mais lento possível. Além disso, alguns opositores da Lei do Ventre Livre, de 1871 (entre eles, o Barão de Cotegipe), passaram a defendê-la, como um escudo ao avanço do abolicionismo e uma esperança de gradualismo da abolição e de indenização aos senhores. Essa ambiguidade deixou Lélío perplexo e descrente a respeito da política imperial e ao aspecto de “farsa” que ela havia adquirido, assunto abordado em algumas de suas “Balas de Estalo”. Na comparação que Lélío faz nesta crônica, parece que a denominação “homeopatas políticos” se refere aos conservadores, que se posicionam contrários à libertação dos escravizados sexagenários e favoráveis a uma abolição que aconteça em “doses

Quando se ouve durante anos, a defesa constante de dous sistemas, com os mesmos processos, contrai-se um jeito à Montaigne: *Peut être!*⁴ A consequência é autorizar todas as enfermarias. Contanto que curem, todos os sistemas são bons.

A dosimetria, por exemplo, teve um princípio bonito. Eu cansei-me em dizer a alguns amigos que não era uma questão de medicina, mas de farmácia. Perdia o tempo; os devotos continuavam munidos de tubos de vidro, e a expressão *medicina dosimétrica* fez alguma figura. Hoje creio que vai acabando. Ocorre-me que, no século passado, uma fidalga foi consultar um médico célebre sobre o valor de não sei que remédio, então em voga: “Apreste-se em tomá-lo, respondeu o médico: apresse-se enquanto ele cura!” Quem se apressou com a dosimetria não se arrependeu.

A questão de saber onde está a verdade é importante, mas não o é mais na Santa Casa do que fora dela: Cá fora é o doente que escolhe o médico. O mais ínfimo espírito resolve esta questão capital de saber onde está a verdade científica, se com Hipócrates ou Hahnemann.⁵ A Santa Casa não fez mais do que permitir lá dentro o que é lícito cá fora e igualar a medicina à religião: liberdade para todos os cultos, para sarar, como para rezar. E ainda é mais liberal a Santa Casa do que a Constituição do Império, que permite os outros cultos, sem forma exterior de templo. A Santa Casa paga até o padre.⁶

Desculpem-me* os alopatas cá de casa; eu quero-os à minha cabeceira, e todos os seus, mas, se fosse a Santa Casa, faria a mesma cousa.

homeopáticas”; já os “alopatas políticos” seriam uma parte dos liberais, mais “bárbaros”, favoráveis a uma abolição mais imediata e críticos à apropriação que os conservadores fizeram da lei do Ventre Livre, antes criticada por eles. Em 1885, será sancionada a Lei Saraiva-Cotegipe, que, apesar de libertar os escravizados com mais de 60 anos, determinou a indenização aos senhores, sendo recebida como um retrocesso por aqueles que defendiam o fim da escravidão no país.

⁴ Michel Eyquem de Montaigne (1533-1592) foi um humanista francês, autor dos *Ensaaios*. Com essa obra, inaugurou o uso da palavra “ensaio” para se referir a um texto que trata de determinado assunto de forma pessoal e informal, não com o objetivo de transmitir um conhecimento comprovado, mas como um projeto de tentativa e erro, em uma atitude de questionamentos e de avaliação contínua. Montaigne é bastante conhecido por seu ceticismo, o qual não impede a crença na existência de uma verdade, mas constitui uma atitude de duvidar de afirmações sobre conhecimentos estabelecidos em diferentes áreas e um alerta sobre o perigo de se localizar verdades em noções não examinadas e impostas externamente. *Peut être*, pode ser traduzido como “talvez”, “pode ser”, o que revela essa atitude de dúvida e de rejeição a concepções infladas sobre a certeza, o conhecimento e o próprio ser humano. Montaigne foi uma referência importante para a formação filosófica de Machado de Assis e é mencionado em vários de seus textos.

⁵ Sobre Hahnemann, conferir **nota 1 desta crônica**. Hipócrates (460-375 a.C.), médico grego tradicionalmente considerado o pai da medicina. É muitas vezes lembrado por seus padrões éticos na prática médica, sobretudo, pelo *Juramento de Hipócrates*, que, suspeita-se, não foi escrito por ele.

⁶ A *Constituição do Império* (1824) determina que a Religião Católica Apostólica Romana é a religião oficial do Império. Ela permite que todas as outras religiões tenham culto doméstico ou particular, mas proíbe qualquer forma de “templo exterior”. Assim, a liberdade religiosa era parcial no Império, o que trazia dificuldades para pessoas não católicas (por exemplo, para se casar, exercer cargos públicos e políticos ou utilizar cemitérios). Dom Pedro II, que buscava passar uma imagem de homem ilustrado, defensor da ciência, era criticado por manter-se omissos em relação à religião oficial do Império.

* No jornal, “desculpe-me”.

E agora me lembro que conheci há muitos anos um médico alopata, que acabou curando por ambos os sistemas. Como alguém lhe pedisse uma explicação da cousa, respondeu ele que só aplicava homeopatia às crianças: – “Não hei de martirizar os pobres Inocentes!”

Vós, que escreveis para o público, vede nessa frase que aí ficam dous gêneros de cômico. Dita assim, só por dizer, com um ar de epigrama, tem certa graça, não muita; mas o que lhe dá uma nota de Molière ou Balzac⁷ é que o homem falava profundamente convencido. Pobre amigo! lá está na terra da verdade.⁸ Não perguntavam há pouco onde é que estava a verdade? Debaixo da terra. *Veritas quae sera tamen...*⁹

Lélio

⁷ Jean-Baptiste Poquelin (1622-1673), mais conhecido como Molière, foi um dramaturgo e ator francês, considerado um dos maiores escritores da comédia francesa. Em suas obras, ele criticava os valores tradicionais da burguesia e inventou um novo estilo baseado em uma visão constantemente dupla entre normal e anormal, certo e errado, sábio e tolo, vistos juntos, lado a lado. A presença de Molière é recorrente na obra de Machado de Assis, inclusive em suas crônicas. Honoré de Balzac (1799-1850) foi um escritor francês que produziu um grande número de romances, novelas e contos. Boa parte dessas produções foi reunida pelo escritor em uma série unificada que ele chamou de *La comédie humaine* (*A comédia humana*). Balzac é considerado o criador do realismo no romance. Ele se empenhou em ilustrar a relação entre origem social e caráter; sua ambição era retratar exatamente seus contemporâneos, em suas distinções de classes e ocupações. Machado de Assis possuía algumas obras de Balzac em sua biblioteca; porém, o francês é referido explicitamente apenas duas vezes na ficção machadiana. Não entendi completamente a aproximação que Lélio faz entre Molière e Balzac, a respeito de o médico responder algo contraditório de modo profundamente convencido. Talvez o narrador considere que Molière pertence a um gênero de cômico (por justamente escrever textos com humor) e Balzac, a outro (pela referência à palavra “comédia” no título de sua obra, em uma concepção clássica do termo, de texto que retrata a vida de pessoas comuns, em oposição à tragédia, que retrata a vida de pessoas de posições elevadas na sociedade. Ou ainda pode ser que Lélio considere Balzac “cômico” ou “ingênuo” por estar “profundamente convencido” em sua ambição de retratar com fidelidade a sociedade em que vivia, o que seria impossível).

⁸ “Ir para a terra da verdade”: morrer, falecer. Essa expressão aparece, por exemplo, em um poema de homenagem a um falecido, publicado no *Jornal do Commercio*, em 1883: “[...] Eu lamento e choro a sua morte,/dorme descansado,/Ai! Na terra da verdade,/onde tudo é justo e verdadeiro/Dorme, ó velho honrado”.

⁹ “Verdade ainda que tardia” pode ser uma tradução para a frase em latim mencionada no texto, seguindo a forma mais usual (ainda que haja polêmicas) com que a conhecida citação “*libertas quae sera tamen*” é traduzida: “Liberdade ainda que tardia”. Essa citação – que é uma parte do verso 27 do primeiro poema das *Bucólicas* ou *Éclogas* do poeta romano Virgílio (70-19 a.C.) – comporia a bandeira que os inconfidentes esboçaram para a república que resultaria da Inconfidência Mineira (1788-1789), levante separatista que nunca se consolidou.

BALAS DE ESTALO

A Santa Casa da Misericórdia acaba de dar uma prova de grande scepticismo: resolveu que a enfermaria homoeopathica alli provisoriamente estabelecida seja considerada definitiva, com um medico pago por ella. Naturalmente o Instituto Hahnemanniano dá gr.ças ao céu, enquanto na Faculdade de Medicina ha choro e ranger de dentes.

Que isto se faça na provedoria do Sr. barão de Cotegipe é a cousa mais legitima do mundo, uma vez que S. Ex. é presidente do Senado. Segundo a boa doutrina parlamentar, o presidente é o defensor da minoria, e por ora, a minoria é dos homoeopathas. Ninguém exerce longos annos um grande cargo sem encarnal-o em si mesmo; é o caso do presidente de uma camara politica.

Além dessa razão doutrinaría, ha outra puramente phenomenica. S. Ex., durante quatro mezes por anno, ouve no senado as duas escolas politicas. Uma préga o curativo por meio dos contrarios, outra por meio dos semelhantes; assim como esta ch. ma barbara é outra, a outra ri das gottas d'agua desta. Para cumulo de

analogia, a allopathia politica responde que certas regras, que os homoeopathas cuidam ter inventado, lá estão ha muitos seculos entre os aphorismos de Hippocrates; enquanto a homoeopathia, seja ou não politica, repete o que me dizia, ha annos, um medico da nova escola: «Nós tambem sangramos.»

Quando se ouve durante annos, a defeza constante de dous systemas, com os mesmos processos, contrahe-se um geito á Montaigne: *Peut-être*! A consequencia é auclorizar todas as enfermarias. Contanto que curem, todos os systemas são bons.

A dosimetria, por exemplo, teve um principio bonito. Eu cancei-me em dizer a alguns amigos que não era uma quest.ão de medicina, mas de pharmacia. Perdia o tempo; os devotos continuavam munidos de tubos de vidro, e a express.ão *medicina dosimetrica* fez alguma figura. Hoje creio que vai acabando. Occorre-me que, no seculo passado, uma fidalga foi consultar um medico celebre sobre o valor de não sei que remedio, então em voga: «Apreste-se em tomal-o, respondeu o medico; apresse-se enquanto elle cura!» Quem se apressou com a dosimetria não se arrependeu.

A quest.ão de saber onde está a verdade é importante, mas não o é mais na Santa Casa do que fóra d'ella. Cá fóra é o doente que escolhe o medico. O mais infimo espirito resolve esta quest.ão capital de saber onde está a verdade scientifica, se com Hippocrates ou Hahnemann.

A Santa Casa não fez mais do que permittir lá dentro o que é licito cá fóra e igualar a medicina á religião; liberdade para todos os cultos, para sarar, como para resar. E aliada é mais liberal a Santa Casa do que a Constituição do Imperio, que permitta os outros cultos, sem fórma exterior de templo. A Santa Casa paga até o padre.

Desculpe-me os allopathas cá de casa; eu quero-os á minha cabeceira, e todos os seus, mas, se fosse a Santa Casa, faria a mesma cousa.

E agora me lembro que conheci ha muitos annos um medico allopatha, que acabou curando por ambos os systemas. Como alguém lhe polisse uma explicação da cousa, respondeu elle que só applicava a homoeopathia ás crianças:—«Não hei de martyrisar os pobres innocentes!»

Vós, que escreveis para o publico, vêde n'essa phrase que ahí fica dous generos de comico. Dita assim, só por dizer,

com um ar de epigramma, tem certa graça, não muito; mas o que lhe dá uma nota de Molière ou Balsac é que o homem fallava profundamente convencido. Pobre amigo! lá está na terra da verdade. Não perguntavam ha pouco onde é que estava a verdade? Debaixo da terra. *Veritas quæ serà tamen....*

LELIO.

“Bala de Estalo” 18 de novembro de 1884. Gazeta de Notícias.

Fontes de pesquisa das notas

CRÔNICA 1

Dosimetria:

SANTOS FILHO, Licurgo. *História da Medicina no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1947. Citado por RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo” (1883-1884)*. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

“A guia de medicina dosimétrica do Dr. José de Góes, e a dosimetria no Brasil”, texto de P. A. Nabuco de Araujo. *Gazeta de Notícias*, RJ, 22 de fevereiro de 1880. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Pedro de Alcantara Nabuco de Araujo. Dicionario Bibliographico Brasileiro, de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1900. Volume 7.

“Medicina dosimetrica ou allopathia moderna”, texto de João Raymundo Pereira da Silva. *Gazeta de Notícias*, RJ, 15 de fevereiro de 1880. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

João Raymundo Pereira da Silva. Dicionario Bibliographico Brasileiro, de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1900. Volume 4.

Lulu Sênior, liberdade do ventre:

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de estalo” (1883-1884)*. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. História e crônica: a Lei dos Sexagenários e as Balas de Estalo de Machado de Assis (1884-1885). *História Social*, n. 22 e 23, 2012.

Ferreira Araújo. “Cousas Políticas”. *Gazeta de Notícias*, 02/07/1883.

Homeopatia e João Vicente Martins:

Homeopathy. Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/science/homeopathy>. Acesso em: 17/06/2021.

BIERNATH, André. O cerco à homeopatia. *SAÚDE*, 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/especiais/o-cerco-a-homeopatia/>. Acesso em: 17/06/2021.

WHORTON, James C. *Natural cures: the history of alternative medicine in America*. New York: Oxford University Press, 2002.

Alopatia. Dicionário Caldas Aulete digital. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/alopatia>. Acesso em: 17/06/2021.

SANTOS, Wilza Betania dos. João Vicente Martins: do pessoal às discussões sobre as nacionalidades. *Almanack*, Guarulhos, n. 20, p. 266-281, dez 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320182012>

Instituto Homeopático do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/insthombr.htm>. Acesso em 14/06/2021.

WAISSE, Silvia. Novas evidências documentais para a história da homeopatia na América Latina: um estudo de caso sobre os vínculos entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p.779-798, jul.-set. 2016.

Escola cadavérica e escola aquática:

“A escola homeopática do Brasil e a escola anatômica cadavérica”. *Jornal do Commercio*, RJ, 31 de outubro de 1882. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Maximiano Marques de Carvalho. Dicionário Bibliográfico Brasileiro, de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1900. Volume 6.

Instituto Homeopático do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/insthombr.htm>. Acesso em 14/06/2021.

Academia Médico-Homeopática do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/acadmehobr.htm>. Acesso em: 01/07/2021.

Velho grito mulçumano:

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo” (1883-1884)*. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

Apostasia. Dicionário Aulete Digital. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/apostasia>. Acesso em: 18/06/2021.

A vida secreta dos ateus no Paquistão, onde não crer em Deus pode levar à morte. *BBC News Brasil*, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40603086>. Acesso em: 18/06/2021.

Trocós miúdos:

“A guia de medicina dosimétrica do Dr. José de Góes, e a dosimetria no Brasil”, texto de P. A. Nabuco de Araujo. *Jornal do Commercio*, RJ, 8 de março de 1880. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Pedro de Alcantara Nabuco de Araujo. Dicionario Bibliographico Brasileiro, de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1900. Volume 6.

Pompeu:

Pompey the Great. Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Pompey-the-Great>. Acesso em: 19/06/2021.

Asclepiades:

Asclepiades Of Bithynia. Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Asclepiades-of-Bithynia>. Acesso em: 19/06/2021.

Hellenistic and Roman medicine. <https://www.britannica.com/science/history-of-medicine/Hellenistic-and-Roman-medicine#ref412723>. Acesso em: 19/06/2021.

Fricção:

Massage. Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/science/massage>. Acesso em: 19/06/2021.

Plínio:

Pliny the Elder. Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Pliny-the-Elder>. Acesso em: 16/06/2021.

Natural History. Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Natural-History-encyclopedic-scientific-by-Pliny-the-Elder>. Acesso em: 16/06/2021.

BIZÁRIO, Priscila Cristina. Um pouco da medicina na *Naturalis Historia* de Plínio, o Velho. *Rónai*: revista de Estudos Clássicos e Tradutórios, UFJF, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, pp. 35-47, 2013.

VIEIRA, Ana Thereza Basílio. Reflexões sobre a recepção da medicina na obra de Plínio o velho. *Rónai*: revista de Estudos Clássicos e Tradutórios, UFJF, Juiz de Fora, v. 7, n. 1, pp. 41-50, 2019.

Jurujuba:

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo” (1883-1884)*. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

Diferentes remédios

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da Unicamp, CECULT, IFCH, 2001.

Junta de Higiene Pública. MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/357-junta-de-higiene-publica>. Acesso em: 22/06/2021.

Expulsão dos mercadores do Templo de Jerusalém:

CORREIA JÚNIOR, João Luiz; MELO, Jair Rodrigues. Jesus expulsa o mal das pessoas e das instituições: uma análise da expulsão dos demônios do Geraseno e dos vendilhões do Templo de Jerusalém. *Paralellus*, Recife, v. 9, n. 20, p. 007-022, jan./abr. 2018.

Xarope do Bosque

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da Unicamp, CECULT, IFCH, 2001.
(A autora cita um anúncio do Xarope do Bosque, publicado no *Jornal do Commercio* em 30/07/1850)

Império da Babilônia

CAMPOS, Flávio de; MIRANDA, Renan Garcia. *A escrita da história: ensino médio*. 1. ed. São Paulo: Escala Educacional, 2005.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *História: geral e Brasil*. 2. ed. São Paulo: Atual, 2005.
Babylon. Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Babylon-ancient-city-Mesopotamia-Asia/The-ancient-city>. Acesso em: 25/06/2021.

CRÔNICA 3

Instituto Hahnemanniano:

Instituto Hahnemanniano Fluminense. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/insthahflu.htm>. Acesso em: 16/06/2021.

Samuel Hahnemann. Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Samuel-Hahnemann>. Acesso em: 16/06/2021.

Barão de Cotegipe, escolas políticas:

João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe. MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/ultimas-noticias/660-joao-mauricio-wanderley-barao-de-cotegipe>. Acesso em: 27/06/2021.

Presidentes do Senado na época do Império (1822-1889). Site do Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/presidentes/imperio>. Acesso em: 27/06/2021.

Partidos políticos. MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/297-partidos-politicos-no-periodo-imperial>. Acesso em: 27/06/2021.

Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, histórico. Site do Hospital Geral Santa Casa da Misericórdia. Disponível em: <https://hospitalgeralsantacasario.com.br/quem-somos/> Acesso em:

Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/stcasarj.htm>. Acesso em: 27/06/2021.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. História e crônica: a Lei dos Sexagenários e as Balas de Estalo de Machado de Assis (1884-1885). *História Social*, n. 22 e 23, 2012.

Lei dos Sexagenários. MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/280-lei-dos-sexagenarios>. Acesso em: 27/06/2021.

Montaigne:

Michel de Montaigne. Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Michel-de-Montaigne/The-Essays>. Acesso em: 24/06/2021.

Skepticism. Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/skepticism>. Acesso em: 24/06/2021.

SCORALICK, André. A experiência da condição humana: uma introdução aos *Ensaio*s de Montaigne. In: MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*s. Trad. e notas de Sérgio Milliet; rev. técnica e notas adicionais de Edson Querubini; apresentação de André Scoralick. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

COUTINHO, Afrânio. A formação filosófica e a atitude espiritual. *Machado de Assis em linha*, ano 4, número 7, junho 2011. (Este texto é um dos capítulos do livro *A filosofia de Machado de Assis e outros ensaios*, publicado por Afrânio Coutinho em 1940, pela Vecchi, Rio de Janeiro, e, em segunda edição, pela Livraria São José, Rio de Janeiro, em 1959).

CAMPOS, Alex Sander Luiz. Presença de Montaigne na crônica de Machado de Assis. *Revista Araticum*. Programa de Pós-graduação em Letras/Estudos Literários da Unimontes, v. 8, n. 2, 2013.

Hipócrates:

Hippocrates. Encyclopædia Britannica. Disponível em:
<https://www.britannica.com/biography/Hippocrates>. Acesso em: 17/06/2021.

Constituição do Império:

Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 27/06/2021.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo” (1883-1884)*. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

Molière e Balzac:

Molière. Encyclopædia Britannica. Disponível em:
<https://www.britannica.com/biography/Moliere-French-dramatist>. Acesso em: 15/06/2021.

Honoré de Balzac. Encyclopædia Britannica. Disponível em:
<https://www.britannica.com/biography/Honore-de-Balzac>. Acesso em: 15/06/2021.
Comedy. Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/art/comedy>. Acesso em: 01/07/2021.

SENNA, Marta de. Balzac lê Stendhal, Machado lê Eça de Queirós. *Machado de Assis em Linha*, São Paulo, v. 11, n. 24, p. 116-132, 2018.

Terra da verdade:

“Sobre o tumulto de nosso prezado amigo Cypriano Pereira Bittencourt”. *Jornal do Commercio*, RJ, 19 de março de 1883. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Libertas (veritas) quæ sera tamen:

HASEGAWA, Alexandre Pinheiro; FURTADO, Joaci Pereira. Promessa ou conquista? Virgílio e a bandeira de minas gerais (1788-1963). *Rev. hist.* (São Paulo), n. 180, a 07420, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.171248>.

Virgil. Encyclopædia Britannica. Disponível em:
<https://www.britannica.com/biography/Virgil>. Acesso em: 16/06/2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elaborar uma apresentação e notas para três crônicas escritas por Machado de Assis foi uma experiência que me permitiu aprender muito. Em primeiro lugar, pude ter contato com reflexões teóricas sobre as notas, enquanto paratextos editoriais ou enquanto reescrituras, sobre as suas diversas funções e seus variados formatos. Além disso, tive a oportunidade de ver como importantes editores brasileiros encaram esses pequenos textos, muitas vezes ignorados, mas que tanto me ajudaram e me ajudam na minha vida de leitora. Aprender a tornar textos literários presentes na vida de mais pessoas foi uma das minhas intenções ao cursar Estudos Literários.

Com essa experiência, também pude conhecer um pouco mais sobre a produção de Machado de Assis, principalmente sobre as suas crônicas, com as quais eu não havia tido muito contato. Diferentemente do que acontece muitas vezes, esse contato mais próximo com os textos do Machado não me decepcionou; pelo contrário: ele aumentou ainda mais minha admiração por sua obra e me mostrou que esse escritor quase bicentenário ainda tem muito a nos dizer. Inclusive, sobre as ciências médicas.

Se a medicina avançou muito desde o final do século XIX até agora, a pandemia de Covid-19 nos lembra da nossa vulnerável condição de seres humanos e das inevitáveis limitações das tecnologias tão presentes na sociedade atual. Diferentes abordagens para o tratamento de doenças, disputas dentro da classe médica, remédios com promessas milagrosas... Esses assuntos abordados nas três crônicas anotadas nesta pesquisa mostraram-se muito atuais, e a boa dose de ceticismo de Lélío parece ser um remédio ainda eficaz contra crenças fixas, que podem ser perigosas ou até mal-intencionadas.

Sobre a atividade de anotação em si, confesso que não tinha muita familiaridade com pesquisas em livros de consulta, como dicionários e enciclopédias. Esperava ter acesso às diversas obras desse tipo disponíveis nas bibliotecas da Unicamp, mas, com a pandemia, isso não foi possível.³⁵ De qualquer modo, tomando o cuidado de buscar fontes confiáveis, a internet me ajudou muito nesse trabalho, inclusive no que diz respeito a periódicos antigos, disponibilizados na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional. A maior dificuldade, porém, foi saber o que procurar e tentar entender o que o Machado queria dizer, com a sua característica forma enigmática de se expressar. Não consegui resolver todas as

³⁵ Apenas para mencionar algumas obras que, acredito, poderiam ter me ajudado nesta pesquisa, mas que não consegui consultar: o *Dicionário de Machado de Assis*, de Ubiratan Machado (que, inclusive, teve uma nova edição lançada no início de 2021); a *Bibliografia de Machado de Assis*, de José Galante de Souza; *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, uma coletânea sobre crônicas que reúne textos de importantes pesquisadores da literatura; sem contar dicionários e enciclopédias.

questões e também tive dificuldade para avaliar se minhas notas ficaram insuficientes ou exageradas. Como normalmente acontece, achei mais fácil criticar as notas de outras edições de crônicas de Machado do que produzir as minhas próprias. Entretanto, espero que esse trabalho consiga ajudar a tornar mais compreensíveis e mais presentes no mundo essas três “Balas de Estalo” de Machado de Assis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*. Revisão e atualização Briquet de Lemos; edição Luciano Trigo e Paulo Geiger. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.

BERGAMINI JÚNIOR, Atílio; TATIM, Janaína. “Machado de Assis no tabuleiro das Balas de Estalo”. *Organon*, Porto Alegre, v. 28, n. 55, 2013. pp. 33-53.

CANO, Jefferson; GRANJA, Lúcia. “Introdução”. In: ASSIS, Machado de. *Comentários da semana*. Organização de Lucia Granja e Jefferson Cano. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

CHALHOUB, Sidney. “A arte de alinhar histórias: a série ‘A + B’ de Machado de Assis”. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

CHALHOUB, Sidney. “As crônicas Machadianas: problemas de interpretação, temas de pesquisa”. *Remate de Males*, 29 (2), jul./dez. 2009.

CHALHOUB, Sidney. John Gledson, leitor de Machado de Assis. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 109-115, jul.-dez. 2006.

CHALHOUB, Sidney. “Para que servem os narizes? Paternalismo, darwinismo social e ciência racial em Machado de Assis”. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 26 ed. Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2016. (Coleção Estudos)

FARIA, João Roberto. “Introdução”. In: ASSIS, Machado de. *O espelho*. Organização de João Roberto Faria. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Trad. Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009. (Artes do livro)

GENETTE, Gérard. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Extratos traduzidos. Belo Horizonte: Edições Viva Voz, 2010.

GLEDSON, John. “Introdução”. In: ASSIS, Machado de. *Bons dias!*. Introdução e notas de John Gledson. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

GLEDSON, John. “Introdução”. In: ASSIS, Machado de. *Crônicas escolhidas/Machado de Assis*. Organização, introdução e notas de John Gledson. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

GLEDSON, John. “Machado de Assis e Graciliano Ramos: especulações sobre sexo e sexualidade”. *Por um novo Machado Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GLEDSON, John; GRANJA, Lúcia. “Introdução”. In: ASSIS, Machado de. *Notas semanais*. Organização de John Gledson e Lúcia Granja. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

GODOI, Rodrigo Camargo de. “Introdução”. In: ASSIS, Machado de. *O Futuro*. Organização de Rodrigo Camargo de Godoi. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

GOMES, Roberto. O Alienista: loucura, poder e ciência. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 5 (1-2), 1993 (editado em nov. 1994). p. 145-160.

HOBBSAWM, E. J. *A era dos impérios, 1875-1914*. 16. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2013.

LEFEVERE, André. *Tradução, reescrita e manipulação da fama literária*. Trad. Claudia Matos Seligmann. Bauru, Edusc, 2007.

LUCA, Heloisa Helena Paiva de. “Introdução”. In: ASSIS, Machado de. *Balas de Estalo de Machado de Assis*. Organização de Heloisa Helena Paiva de Luca. São Paulo: Annablume, 1998.

MAGALHÃES JUNIOR, Raymundo (org). ASSIS, Machado de. *Crônicas de Lélío*. Rio de Janeiro: Ediouro, [1958].

MARTINS FILHO, Plínio. *Manual de editoração e estilo*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MISKOLCI, Richard. Machado de Assis, o *outsider* estabelecido. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 15, 2006. p. 352-377.

MURICY, Katia. *A razão cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Introdução”. In: ASSIS, Machado de. *História de quinze dias*. Organização de Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo” (1883-1884)*. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da Unicamp, CECULT, IFCH, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Quando acaba o século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. (Breve Companhia – ensaios, e-book)

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de Contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

APÊNDICE – “BALAS DE ESTALO” PUBLICADAS POR MACHADO DE ASSIS

	Data de publicação				
1	02/07/1883	43	05/10/1884	87	25/04/1885
2	04/07/1883	44	10/10/1884	88	30/04/1885
3	10/07/1883	45	14/10/1884	89	05/05/1885
4	15/07/1883	46	19/10/1884	90	10/05/1885
5	22/07/1883	47	24/10/1884	91	16/05/1885
6	01/08/1883	48	29/10/1884	92	21/05/1885
7	05/08/1883	49	03/11/1884	93	28/05/1885
8	11/08/1883	50	10/11/1884	94	03/06/1885
9	15/08/1883	51	14/11/1884	95	08/06/1885
10	30/08/1883	52	18/11/1884	96	14/06/1885
11	02/09/1883	53	21/11/1884	97	20/06/1885
12	12/09/1883	54	25/11/1884	98	26/06/1885
13	10/10/1883	55	01/12/1884	99	01/07/1885
14	16/10/1883	56	06/12/1884	100	08/07/1885
15	23/10/1883	57	12/12/1884	101	12/07/1885
16	07/11/1883	58	17/12/1884	102	19/07/1885
17	24/11/1883	59	21/12/1884	103	26/07/1885
18	09/12/1883	60	24/12/1884	104	01/08/1885
19	16/12/1883	61	27/12/1884	105	10/08/1885
20	08/01/1884	62	01/01/1885	106	17/08/1885
21	10/01/1884	63	05/01/1885	107	23/08/1885
22	13/03/1884	64	09/01/1885	108	31/08/1885
23	26/04/1884	65	13/01/1885	109	08/09/1885
24	15/05/1884	66	17/01/1885	110	14/09/1885
25	15/07/1884	67	21/01/1885	111	24/09/1885
26	20/07/1884	68	26/01/1885	112	05/10/1885
27	25/07/1884	69	30/01/1885	113	11/10/1885
28	30/07/1884	70	01/02/1885	114	19/10/1885
29	04/08/1884	71	03/02/1885	115	26/10/1885
30	10/08/1884	72	07/02/1885	116	06/11/1885
31	15/08/1884	73	11/02/1885	117	15/11/1885
32	19/08/1884	74	17/02/1885	118	23/11/1885
33	23/08/1884	75	21/02/1885	119	30/11/1885
34	27/08/1884	76	26/02/1885	120	17/12/1885
35	01/09/1884	77	03/03/1885	121	04/01/1886
36	05/09/1884	78	08/03/1885	122	11/01/1886
37	09/09/1884	79	14/03/1885	123	09/02/1886
38	14/09/1884	80	19/03/1885	124	03/03/1886
39	18/09/1884	81	24/03/1885	125	22/03/1886
40	22/09/1884	82	29/03/1885	126	“Antes a rocha Tarpéia...”*
41	26/09/1884	83	03/04/1885		
42	01/10/1884	84	09/04/1885		
		85	14/04/1885		
		86	20/04/1885		

Fonte: baseado no sumário de LUCA, 1998.

* Esta crônica, assinada por Lélío, foi publicada no *Almanak da Gazeta de Notícias para 1887*. O texto é de 1886 (LUCA, 1998, p. 338).

ANEXOS

Anexo 1 – Séries de crônicas de Machado de Assis

Título da série	Jornal	Começo	Fim	Número de cr.	Assinatura
“Aquarelas” e “Revista de teatros”	<i>O Espelho</i>	11/09/1859	08/01/1860	22	M-AS
“Comentários da Semana”	<i>Diário do Rio de Janeiro</i>	12/10/1861	05/05/1862	20	Gil e M.A.
“Crônica”	<i>O Futuro</i>	15/09/1862	01/07/1863	16	Machado de Assis
“Ao acaso”	<i>Diário do Rio de Janeiro</i>	05/06/1864	16/05/1865	42	M.A.
“Pontos e Vírgulas”, “Badaladas” etc.	<i>Semana Ilustrada</i>	1865?	1876?	??*	Dr. Semana
“Histórias de Quinze Dias”	<i>Ilustração Brasileira</i>	01/07/1876	01/01/1878	37	Manassés
“Histórias de Trinta Dias”	<i>Ilustração Brasileira</i>	02/1878	04/1878	3	Manassés
“Notas Semanais”	<i>O Cruzeiro</i>	02/06/1878	01/09/1878	14	Eleazar
“Balas de Estalo”	<i>Gazeta de Notícias</i>	02/07/1883	22/03/1886	126	Lélio
“A+B”	<i>Gazeta de Notícias</i>	12/08/1886	24/10/1886	7	João das Regras
“Gazeta de Holanda”	<i>Gazeta de Notícias</i>	01/11/1886	24/02/1888	48	Malvólio
“Bons Dias!”	<i>Gazeta de Notícias</i>	05/04/1888	29/08/1889	49	Boas Noites (?)
“A Semana”	<i>Gazeta de Notícias</i>	24/04/1892	28/02/1897	248	Sem assinatura
“Crônica”	<i>Gazeta de Notícias</i>	04/11/1900	11/11/1900	2	Sem assinatura

Fonte: Adaptado de GLEDSON, 2013.

* Nessa série, todos os escritores utilizavam o mesmo pseudônimo; daí a dificuldade de afirmar quais textos foram escritos por Machado. Recentemente, Sílvia Maria Azevedo, após anos de pesquisa, conseguiu atribuir a autoria de muitas crônicas, antes incerta, a Machado. Os textos foram publicados no já mencionado livro *Badaladas Dr. Semana, de Machado de Assis*. Pesquisa, organização, apresentação e notas de Sílvia Maria Azevedo. São Paulo: Nankin Editorial, 2019, 1.682 p. (Nota minha)

Anexo 2 – Contos publicados por Machado de Assis entre 1883-1884

	Título na coletânea	Título no periódico	Per.*	Data da pub.	Coletânea
1	A igreja do Diabo	A igreja do Diabo – História sem data	GN	17/02/1883	Histórias sem data
2	Papéis velhos	Papéis Velhos	GN	14/03/1883	Páginas recolhidas
3		A ideia do Ezequiel de Maia	GN	30/03/1883	
4		História Comum	AE	15/04/1883	
5	O lapso	O lapso	GN	17/04/1883	Histórias sem data
6		O destinado	AE	30/04/1883	
7	Conto alexandrino	Conto alexandrino	GN	13/05/1883	Histórias sem data
8	Cantiga de esponsais	Cantiga de esponsais	AE	15/05/1883	Histórias sem data
9	Singular ocorrência	Singular ocorrência	GN	30/05/1883	Histórias sem data
10		Troca de datas	AE	31/05 a 30/06/1883	
11	Último capítulo	Último capítulo	GN	20/06/1883	Histórias sem data
12		Questões de maridos	AE	15/07/1883	
13		Três consequências	AE	31/07/1883	
14	Galeria póstuma	Galeria póstuma	GN	02/08/1883	Histórias sem data
15	Capítulo dos chapéus	Capítulo dos chapéus	AE	15/08/1883	Histórias sem data
16		Vidros quebrados	GL	15/10/1883	
17	Anedota pecuniária	Anedota pecuniária	GN	06/10/1883	Histórias sem data
18	Primas de Sapucaia!	Primas de Sapucaia!	GN	24/10/1883	Histórias sem data
19		Médico é remédio	AE	31/10/1883	
20	Uma senhora	Uma senhora	GN	27/11/1883	Histórias sem data
21		Cantiga velha	AE	30/11/1883	
22		Metafísica das rosas	GL	01/12/1883	
23	A segunda vida	A segunda vida	GL	15/01/1884	Histórias sem data
24	Fulano	Fulano	GN	04/01/1884	Histórias sem data
25		Trina e uma	AE	15/01/1884	
26	Noite de almirante	Noite de almirante	GN	10/02/1884	Histórias sem data
27	Manuscrito de um sacristão	Manuscrito de um sacristão	GN	17/02/1884	Histórias sem data
28		O contrato	AE	29/02/1884	
29		A carteira	AE	15/03/1884	
30		O melhor remédio	AE	30/03/1884	
31	Ex-cátedra	Ex-cátedra	GN	08/04/1884	Histórias sem data
32		A viúva Sobral	AE	15/04/1884	
33	A senhora do Galvão	A senhora do Galvão	GN	14/05/1884	Histórias sem data

34		Entre duas datas	AE	31/05/1884	
35	As academias de Sião	As academias de Sião	GN	06/06/1884	<i>Histórias sem data</i>
36	Evolução	Evolução	GN	24/06/1884	<i>Relíquias de casa velha</i>
37	O enfermeiro	Cousas íntimas	GN	13/07/1884	<i>Várias histórias</i>
38		Vinte anos! Vinte anos!	AE	15/07/1884	
39	Conto de escola	Conto de escola	GN	08/09/1884	<i>Várias histórias</i>
40		O caso do Romualdo	AE	15/09/1884	
41	D. Paula	D. Paula	GN	12/10/1884	<i>Várias histórias</i>
42	O diplomático	O diplomático	GN	29/10/1884	<i>Várias histórias</i>
43	A cartomante	A cartomante	GN	28/11/1884	<i>Várias histórias</i>
44		Uma carta	AE	15/12/1884	

Fonte: Adaptado de SILVEIRA, 2010.

* Periódicos:

GN = *Gazeta de Notícias*

AE = *A Estação*

GL = *Gazeta Litteraria*